

ORÇAMENTO FEDERAL AO ALCANCE DE TODOS



Projeto de Lei
Orçamentária
Anual • PLOA



2014

ORÇAMENTO FEDERAL AO ALCANCE DE TODOS



Projeto de Lei
Orçamentária
Anual • **PLOA**



2014
Brasília • 2013

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Secretária-Executiva

Eva Maria Cella Dal Chiavon

Secretária de Orçamento Federal

Célia Corrêa

Secretários-Adjuntos

Bruno César Grossi de Souza

Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios

George Alberto Aguiar Soares

Coordenador-Geral de Inovação e Assuntos Orçamentários e Federativos

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Coordenadores

André Guimarães Resende Martins do Valle

Rosana Lordelo de Santana Siqueira

Equipe Técnica

Catarina Mendonça Ferreira Pinheiro

Fernando Cesar Rocha Machado

Isabella Amaral da Silva

Jorge Gabriel Moises Filho

José Paulo de Araújo Mascarenhas

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Leila Barbieri de Matos Frossard

Munique Barros Carvalho

Rivalda dos Santos Pereira

Contribuições das Unidades da SOF

Departamento de Programas Especiais

Departamento de Programas Sociais

Departamento de Programas da Área Econômica

Departamento de Programas de Infraestrutura

Coordenação-Geral de Avaliação Macroeconômica

Coordenação-Geral de Consolidação

Informações:

www.orcamentofederal.gov.br

Secretaria de Orçamento Federal

SEPN 516, Bloco "D", Lote 8,

70770-524, Brasília – DF, Tel.: (61) 2020-2000

Sugestões e/ou Críticas:

gasto.eficiente@planejamento.gov.br

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014.

Brasília, 2013.

92p.

1 - Orçamento público. 2. Proposta orçamentária. I. Título.

CDU: 336.14(81)"2012"

CDD: 351.722



Apresentação à Edição 2014

Em 2010, com o intuito de proporcionar melhor compreensão aos cidadãos do conteúdo do orçamento público da União previsto para 2011, a Secretaria de Orçamento Federal publicou o “Orçamento Federal ao Alcance de Todos”, contendo informações adaptadas. Para isso, foram envidados esforços para simplificar a linguagem técnica, aproximando-a da linguagem do nosso cotidiano. Agora, em agosto de 2013, publicamos a quarta edição do documento, com dados relativos ao Orçamento proposto ao Congresso Nacional para o ano de 2014.

Em 2013, aperfeiçoamos o Orçamento Federal ao Alcance de Todos para tornar ainda mais compreensível o processo de elaboração orçamentária, os valores globais e a finalidade dos recursos direcionados às áreas de atuação governamental, aos Estados da Federação e ao Distrito Federal.

O objetivo deste orçamento simplificado, podendo ser também chamado de “orçamento-cidadão”, é contribuir para a formação de uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos. É no orçamento que se define o que será feito e quanto será gasto pelo Governo Federal para atender às necessidades da população, nas áreas da saúde, da agricultura, da educação e da segurança. Entender como esta atividade funciona e participar de sua condução, direta ou indiretamente, é uma condição essencial para o exercício da cidadania.

Por se tratar de uma síntese, um documento dessa natureza sempre será limitado e jamais suprirá integralmente as necessidades de informação sobre o orçamento da União. Porém, esperamos que esta referência inicial permita ao cidadão conhecer a proposta para 2014, motivando-o a ampliar seus conhecimentos sobre a matéria e influir futuramente na aprovação e execução da despesa pública.

No Brasil democrático, redutor das desigualdades e em acelerado desenvolvimento, é crescente o número de cidadãos que procuram se informar sobre a receita pública, obtida a partir do esforço de cada brasileiro, e a despesa pública, que produz bens e serviços necessários. A você, leitor, que certamente é um deles, desejamos uma boa leitura.

CÉLIA CORRÊA
Secretária de Orçamento Federal



Sumário

VISÃO GERAL	7
CONHECENDO O ORÇAMENTO	9
Como é feito o Orçamento	9
As Receitas e as Despesas no Orçamento Federal	11
Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento	14
ÁREA SOCIAL	17
Assistência Social	17
Cultura	19
Desporto e Lazer	21
Direitos da Cidadania	23
Educação	25
Organização Agrária	27
Previdência Social	29
Saúde	31
Trabalho	33
ÁREA DE INFRAESTRUTURA	35
Ciência e Tecnologia	35
Comunicações	37
Energia	39
Gestão Ambiental	41
Habitação, Urbanismo e Saneamento	43
Transporte	45
ÁREA ESPECIAL	47
Agricultura	47
Defesa Nacional	49
Indústria, Comércio e Serviço	51
Relações Exteriores	53
Segurança Pública	55
DESTAQUE DO ORÇAMENTO NOS ESTADOS BRASILEIROS	57
Região Norte	58
Região Nordeste	66
Região Centro-Oeste	76
Região Sudeste	81
Região Sul	86



CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Este documento tem por finalidade tornar mais acessível as informações sobre o orçamento federal, abrangendo as receitas (impostos, taxas e contribuições, entre outras) e as despesas (gastos com Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Investimentos e outros) que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014), encaminhado ao Congresso Nacional em 30 de agosto de 2013.

As informações são apresentadas em três partes. A primeira contempla os grandes números do orçamento para 2014 segundo a característica de cada receita e despesa, bem como a evolução das despesas dos últimos quatro anos. Para tornar possível a comparação entre os projetos de 2013 e 2014, excluíram-se dos números apresentados os valores acrescentados nos orçamentos mediante emendas parlamentares, que são realizadas durante a apreciação legislativa, assim como os valores acrescentados por intermédio de créditos extraordinários, que são recursos para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as de calamidade pública.

A segunda parte contém informações sobre as despesas, com a quantificação dos recursos que o Governo Federal tem aplicado nos últimos anos em Educação, Saúde, Segurança Pública, entre outras, e com o valor da respectiva proposta para 2014.

A terceira traz os principais destaques do orçamento federal para os Estados e o Distrito Federal nas cinco Regiões do País. Esclarecemos que são despesas que estão identificadas nominalmente no PLOA 2014 e que, portanto, não se aplicam às transferências obrigatórias previstas na nossa Constituição, que ocorrem da União para tais entes, pois o dinheiro das transferências é repassado somente durante a execução do orçamento.

Desde 2012, essa revista também está disponível em versão eletrônica com *links* que possibilitam o acesso a informações mais detalhadas, tais como o plano anual de financiamento da dívida pública, a legislação pertinente de algumas áreas abordadas neste documento e dados mais detalhados acerca dos valores de cada Estado e do Distrito Federal.

Maiores informações do PLOA 2014 poderão ser obtidas por meio da leitura da Mensagem Presidencial que encaminha esse Projeto de Lei ao Congresso Nacional, assim como dos anexos e volumes que compõem o texto da proposta.

Esses documentos podem ser acessados no sítio

<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014>



Conhecendo o Orçamento

Para que se possa administrar o Brasil, é necessário que o Governo tenha dinheiro para cobrir todas as despesas relacionadas com suas atividades, como manter hospitais, construir ferrovias ou contratar professores. Esse dinheiro é obtido, em grande parte, pelos tributos pagos pela população e pelas empresas. Quando alguém paga um imposto, uma taxa ou uma contribuição, automaticamente faz um depósito em uma “conta bancária” do Governo Federal, chamada de conta única, onde os valores depositados serão utilizados pelo governo para cobrir tais despesas.

O dinheiro disponível para a realização das despesas é distribuído entre os programas do governo. Por meio deles, é que o governo atua para alcançar seus diferentes objetivos. Por exemplo, tudo o que se faz em aeroportos pode ser agrupado em um programa. Dentro do programa, o dinheiro é distribuído para ações, que, como o nome indica, significa o que será feito. Por exemplo, “Construção do Aeroporto de Brasília” ou “Reforma do Terminal de Passageiros do Aeroporto de São Paulo”. Esse processo de distribuição também é chamado de alocação de recursos.

As despesas previstas no orçamento muitas vezes geram diretamente alguns produtos, como rodovias, serviços, e atendimento médico. Nesses casos, o orçamento também prevê a quantidade de produto que se pretende gerar, medido em quilômetros construídos ou atendimentos realizados, por exemplo.

O orçamento, mais do que definir valores de gastos, aponta o que, onde e em que quantidade o cidadão e a sociedade receberão em bens e serviços do Estado em retribuição aos tributos pagos, em áreas que afetam a vida de todos nós. Além disso, informa para a população como estará distribuído o dinheiro público e demonstra o compromisso do governo brasileiro em manter a disciplina fiscal nas suas contas para o próximo ano. Por isso é um instrumento tão importante.

COMO É FEITO O ORÇAMENTO FEDERAL

Todo ano, até o dia 31 de agosto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração dos outros Ministérios, prepara um documento com uma proposta de orçamento para ser encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional. Lá os Deputados Federais e Senadores discutem e aprovam o conteúdo da proposta de orçamento, que se transforma em uma lei. Os Deputados e Senadores podem alterar a proposta, sob determinadas regras, aumentando ou reduzindo projetos e valores, por meio de emendas parlamentares.

Dessa forma, esta revista que você está lendo traz as informações do orçamento que o Governo Federal propôs em 30 de agosto de 2013 para o ano de 2014. Os Deputados e Senadores devem aprová-lo até o último dia de trabalho no Congresso Nacional em 2013.

Por ser o documento que vai virar uma lei, a proposta de orçamento é conhecida como “Projeto de Lei”. Como vale por um ano, o nome da lei aprovada é “Lei Orçamentária Anual” (LOA), também chamada, antes da nossa atual Constituição, de Orçamento-Geral da União (OGU).

A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento público seja feito assim. Ela é nossa lei máxima. O orçamento público é um único documento, dividido em três partes: o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento Fiscal.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, com cerca de R\$ 105,6 bilhões, apresenta os investimentos das empresas dirigidas pelo Governo Federal, mas só das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não necessitam de recursos do governo para manter ou ampliar suas atividades. São exemplos: Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Orçamento da Seguridade Social mostra as despesas com saúde, previdência e assistência social. Para 2014, essas despesas representam R\$ 706,9 bilhões. Os pagamentos de aposentadorias e pensões, assim como os gastos com hospitais, medicamentos e Bolsa-Família são exemplos de despesas desse orçamento.

O Orçamento Fiscal é de aproximadamente R\$ 1,7 trilhão. Nele estão incluídas as despesas dos Poderes Legislativo (Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União), Executivo (Presidência, Ministérios e outros órgãos) e Judiciário (Fóruns e Tribunais) e do Ministério Público da União, além dos valores para pagamento e rolagem a dívida pública federal, que serão explicados posteriormente.

No orçamento público, todas as receitas e as despesas públicas devem estar registradas. O total das despesas não deve superar o total das receitas, ou seja, o orçamento deve ser equilibrado. Para o orçamento da União de 2014, as receitas e as despesas propostas são de aproximadamente R\$ 2,5 trilhões.

Evolução do Orçamento Federal (2009-2014)

R\$ Bilhões

Orçamentos	Orçamento Executado				PLOA	
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fiscal	977,5	1.015,3	1.137,2	1.224,9	1.496,5	1.655,1
Dívida Pública (Interna e Externa)	544,4	581,1	706,5	653,7	900,1	991,0
<i>Refinanciamento</i>	265,7	373,4	479,4	299,0	610,1	654,7
<i>Juros e Amortizações</i>	278,7	207,7	227,1	354,7	290,0	336,2
Programações	433,1	434,1	430,7	571,2	596,4	664,1
Seguridade Social	425,1	473,9	532,5	598,7	643,8	706,9
Investimento das Estatais	71,1	84,0	82,5	98,0	110,6	105,6
Total Orçamento Federal	1.473,7	1.573,1	1.752,1	1.921,6	2.250,9	2.467,6

É importante destacarmos que no Orçamento Fiscal, embora o valor total da despesa com a dívida pública federal alcance a soma de R\$ 991 bilhões, a maior parte desse montante não representa propriamente pagamento da dívida, uma vez que R\$ 654,7 bilhões correspondem ao seu refinanciamento, ou seja, substituição de títulos anteriormente emitidos por títulos novos, com vencimento posterior. Nesse tipo de operação, usualmente conhecida como “rolagem da dívida”, não há redução nem ampliação do endividamento atual. O pagamento da dívida contempla ainda juros no total de R\$ 189,5 bilhões inclui a cobertura do Banco Central e amortização (diminuição do principal da dívida) de R\$ 147,8 bilhões.

O gerenciamento da dívida é realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. O Plano Anual de Financiamento da Dívida pode ser visto no link:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Divida_publica/Publicacoes/Plano_Anuar/PAF2013_.pdf

AS RECEITAS E DESPESAS NO ORÇAMENTO FEDERAL

A elaboração do Orçamento Federal inicia-se pela estimativa das receitas, ou seja, é uma previsão de arrecadação calculada. Para entendermos como ela é feita, é importante sabermos primeiro os tipos de receitas e despesas. Tanto as receitas quanto as despesas são classificadas em primárias e financeiras.

Em uma abordagem simplificada, as receitas primárias correspondem aos tributos arrecadados e as despesas primárias aos gastos do governo para manter suas atividades e investir em ações novas. O pagamento de servidores públicos, a manutenção de uma universidade ou a construção de um aeroporto são exemplos de despesas primárias.

Já as receitas e as despesas financeiras são as que se originam, como o próprio nome diz, de operações financeiras, que, em sua maior parte, são empréstimos. Anualmente, o Governo Federal pega um grande valor emprestado para pagar dívidas de anos passados, “rolando a dívida”, como já explicado. Se o governo decide pagar menos dívida, fica em condições de gastar mais naquele momento, mas no futuro ficará mais endividado, o que pode trazer problemas, inclusive inflação, principalmente se a arrecadação futura não aumentar.

Para fazer a estimativa das receitas primárias, o governo primeiro verifica quanto de receita de arrecadação de tributos houve nos últimos meses e como estava a economia no período. Em seguida, usa meios técnicos para estimar como a economia vai se comportar no ano seguinte, prevendo a inflação, os juros, a produção nacional, o valor de moedas estrangeiras e o valor do salário mínimo. Por fim, faz um cálculo aproximado de como esses aspectos econômicos, chamados parâmetros, vão aumentar ou diminuir as receitas futuras em relação à arrecadação passada.

Os principais parâmetros utilizados e sua relevância para o orçamento do próximo ano são os seguintes:

Parâmetros Previstos para 2014		Significado e Relevância no Orçamento Federal
Inflação do Período	5,0% Variação Anual	O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice oficial da inflação. Ele é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a variação de preços de uma cesta de bens e serviços formada por alimentos, vestuário, aluguel e o pagamento de luz, água, esgoto, entre outras despesas cotidianas. Esse índice é importante para o orçamento, pois vários contratos administrativos são reajustados por ele, bem como algumas receitas do governo.
PIB	5,24 trilhões de reais	O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de tudo que é produzido no País durante um ano. Também é calculado pelo IBGE. Esse indicador auxilia na previsão da variação/crescimento das receitas e, atualmente, no cálculo do valor estimado para o salário mínimo, além dos valores que devem ser destinados à saúde.

Parâmetros Previstos para 2014		Significado e Relevância no Orçamento Federal
Taxa de Câmbio Média	2,19 reais/dólar	É estimada para permitir a fixação de despesas que ocorrerão em moeda estrangeira, mas que constarão em reais no orçamento dos órgãos federais. A dívida pública externa do Brasil e os contratos das Embaixadas brasileiras no exterior são exemplos típicos de despesas que dependem dessa informação. Também é importante para permitir a estimativa de receitas como os Impostos de Importação, Exportação, entre outras.
Taxa de Juros Média	9,3% ao ano	O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), ou taxa Selic, é importante porque reflete a taxa de juros vigente na economia brasileira. Está relacionada à remuneração dos títulos públicos. Seu valor é determinado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.
Salário Mínimo	R\$ 722,90 mensal	Previsão do salário mínimo nacional. Para o orçamento, os principais impactos desse parâmetro são nos cálculos dos Benefícios Previdenciários, no Abono e Seguro-desemprego, nos Benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia.

Fonte para fixação dos parâmetros: Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Na parte das receitas financeiras, define-se quanto de empréstimo será tomado para pagar empréstimos anteriores e, se o governo achar necessário ou importante, mais um determinado valor para gastar em suas atividades e investimentos.

Esses cálculos só são possíveis porque os efeitos das condições da economia sobre a arrecadação já foram estudados e observados durante muitos anos. O Brasil faz e aprova *orçamentos desde 1830*.

Com base nos parâmetros, estimam-se as receitas disponíveis para o ano e define-se o valor máximo para as despesas no orçamento. Algumas despesas são obrigatórias por força de lei e, portanto, o Governo não pode deixar de pagá-las. Como exemplo de despesas obrigatórias, podemos citar as transferências constitucionais a Estados e Municípios, os benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas de pessoal. Para essas despesas, são calculados os valores necessários para o pagamento durante o ano e reservados os recursos no Orçamento, dentro de programas e ações executados pelo Governo Federal. Para fazer o cálculo das despesas obrigatórias, também é necessário pensar no futuro da economia. Um aumento do salário mínimo, por exemplo, aumenta também as despesas de pagamento de aposentadorias, que são despesas obrigatórias.

As despesas em que o Governo pode escolher quanto e onde vai aplicar são chamadas discricionárias ou não obrigatórias. Os recursos disponíveis para as despesas discricionárias são também distribuídos nos programas e ações do Governo. Pode até haver despesas obrigatórias e discricionárias em um mesmo programa, que trabalham juntas para um mesmo objetivo.

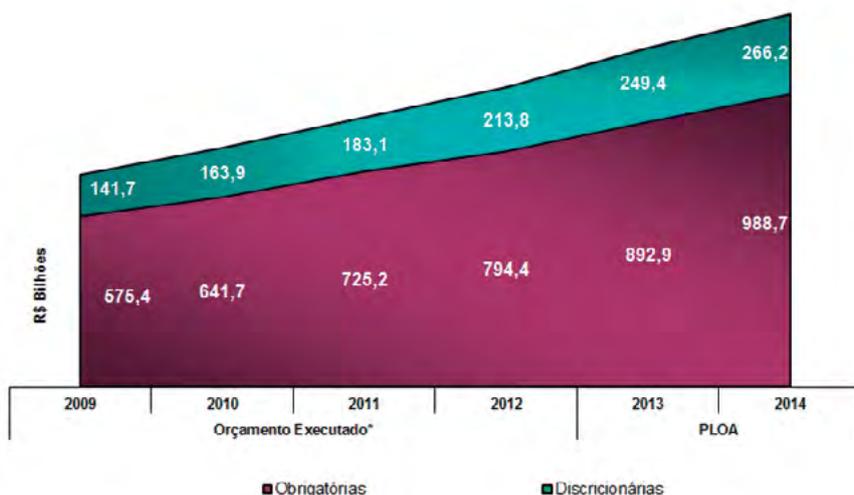
No orçamento federal, o valor das despesas obrigatórias é bastante elevado, isto é, quase tudo que é arrecadado já tem um destino definido por lei. Então, apenas uma parte pequena do dinheiro fica livre para ser usada nas demais ações governamentais. Isso ocorre porque a maioria dos gastos do governo se constitui de obrigações constitucionais ou legais que devem ser sempre executadas.

A tabela a seguir mostra a composição das duas despesas (primária e financeira), o comparativo com o último ano e os valores previstos para 2014. Já o gráfico aponta a relação entre as despesas obrigatórias e discricionárias, assim como sua evolução desde 2009.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 2013 - 2014

Receita	PLOA		Despesa	PLOA	
	2013	2014		2013	2014
Primária	1.229,5	1.315,4	Primária	1.142,3	1.255,0
Impostos	412,7	432,5	Transferências	199,8	214,1
Taxas	11,2	8,1	Pessoal e Encargos	208,0	224,4
Contribuições Sociais	640,3	688,6	Benefícios da Previdência	348,3	388,0
Outras	165,3	186,3	Demais Despesas Obrigatórias	136,9	162,2
Financeira	910,7	1.046,6	Despesas Discricionárias	249,4	266,2
Refinanciamento da Dívida	610,1	654,7	Financeira	997,9	1.107,0
Emissão de Títulos	124,3	189,8	Amortização da Dívida	736,6	812,5
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	40,3	44,2	Juros e Encargos da Dívida	163,5	189,5
Outras	136,2	157,9	Demais	97,9	105,1
Total	2.140,3	2.362,0	Total	2.140,3	2.362,0

Evolução das Despesas Primárias no Orçamento Federal 2009-2014



* Exclui Emendas e Créditos Extraordinários

As despesas públicas também são classificadas, segundo sua categoria econômica, em correntes e de capital. Essa classificação é utilizada internacionalmente, de acordo com os Manuais da Organização das Nações Unidas da década de 50. Ela permite conhecer a contribuição do governo à renda nacional, bem como a comparação econômica entre países.

As despesas de capital são as que contribuem para a formação ou aquisição de bem de capital e de produtos para a revenda, para a concessão de empréstimos e a amortização de dívida, podemos citar, como exemplos, a construção de estradas, de universidades, de hospitais, bem como a aquisição de equipamentos para seu funcionamento.

As despesas correntes são as destinadas à produção de bens e serviços correntes e possibilitam determinar o consumo do setor público, como os gastos com aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Bolsa Família, juros da dívida e pagamento de professores, médicos, entre outros.

Além da classificação por categoria econômica, as despesas orçamentárias também são classificadas por grupos de natureza de despesas. Os grupos de despesas são vinculados às categorias econômicas e formados pela junção de elementos de despesas afins.

Evolução Despesa Total por Categoria Econômica Grupo de Despesas 2009-2014

R\$ Bilhões

Categoria Econômica Grupo de Natureza da Despesa	Orçamento Executado				PLOA	
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Corrente	811,5	890,5	999,6	1.092,8	1.238,4	1.372,5
1 - Pessoal e Encargos Sociais	167,1	183,3	197,5	204,5	226,0	242,0
2 - Juros e Encargos da Dívida	124,6	122,4	131,1	135,1	163,5	189,5
3 - Outras Despesas Correntes	519,8	584,8	671,0	753,3	848,9	941,0
Capital	591,1	598,7	670,1	730,8	865,5	954,3
4 - Investimentos	35,3	44,3	43,7	54,1	65,8	67,2
5 - Inversão Financeira	37,9	40,3	49,1	56,2	63,1	74,6
6 - Amortização da Dívida	517,9	514,0	577,3	620,5	736,6	812,5
Reserva	0,0	0,0	0,0	0,0	36,4	35,2
Total	1.402,6	1.489,2	1.699,6	1.823,6	2.140,3	2.362,0

INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O maior volume de investimentos do Governo Federal está concentrado no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Para 2014, esse orçamento prevê R\$ 105,6 bilhões, grande parte na área de Energia, composto por empresas públicas de grande porte, como as do Grupo Petrobras e Eletrobras, com R\$ 84,5 bilhões e R\$ 9,6 bilhões, respectivamente.

Outro volume expressivo de recursos para os investimentos públicos está direcionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estão previstos R\$ 63,3 bilhões para obras, sendo a maior parte para transportes, cerca de R\$ 18,8 bilhões. Nessa área o destaque fica com as rodovias que receberão R\$ 13 bilhões.

Evolução Despesa PAC 2009-2014

R\$ Milhões

PAC Infraestrutura	Empenhado				PLOA	
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Água e Luz para Todos	3.388,9	2.656	2.225	5.038	5.770	7.098
Água em Áreas Urbanas	800	511	696	796	668	824
Recursos Hídricos	2.589	2.145	1.528	4.242	5.102	6.275
Cidade Melhor	3.665	3.157	2.805	3.955	6.719	7.341
Cidades Digitais	-	-	-	-	-	1
Infraestrutura Turística	-	-	-	-	-	1
Mobilidade Urbana	434	655	524	378	1.628	2.714
Prevenção em Áreas de Risco	559	753	681	1.793	2.661	2.806
Saneamento	2.672	1.748	1.601	1.783	2.430	1.819
Comunidade Cidadã	-	-	2.305	6.578	6.140	9.147
Cidades Históricas	-	-	-	31	300	165
Creches e Pré-escolas	-	-	891	1.784	1.984	3.500
Desenvolvimento da Educação Básica	-	-	-	2.582	-	2.117
Olimpiadas 2016	-	-	-	-	500	500
Praças dos Esportes e da Cultura	-	-	165	297	600	100
Quadras Esportivas nas Escolas	-	-	480	1.063	1.169	1.001
UBS - Unidades Básicas de Saúde	-	-	553	556	1.156	1.679
UPA - Unidades de Pronto Atendimento	-	-	216	264	432	86
Energia	306	259	208	202	367	243
ANP	182	127	47	42	160	100
CPRM e Estudos da ZPTM	102	118	153	157	188	131
Estudos da EPE	23	14	8	3	19	12
Minha Casa, Minha Vida	8.200	8.360	13.005	12.637	13.940	15.770
Habitação e Urbanização de Assentamentos Precários	2.200	1.680	1.945	1.321	1.360	1.000
Minha Casa, Minha Vida	6.000	6.680	11.060	11.316	12.580	14.770
Transportes	11.621	15.141	14.705	15.758	19.089	18.830
Aeroportos	-	-	-	800	1.787	2.272
Equipamentos	-	-	211	199	-	1
Ferrovias	1.275	2.583	2.126	1.506	1.991	2.213
Hidrovias	634	249	83	77	380	244
Portos	800	1.042	798	873	951	1.018
Rodovias	8.912	11.268	11.486	12.303	13.979	13.083
Defesa	-	-	-	4.329	-	4.629
PAC Equipamentos	-	-	-	5.225	-	-
Gestão e Administração do PAC	-	154	120	170	220	230
Geral	27.181	29.728	35.573	53.890	52.245	63.288

Além disso, na área de habitação, estão destinados R\$ 15,8 bilhões. A maior parte deste valor, R\$ 14,8 bilhões, é para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que fornece subsídios para a aquisição da casa própria. Maiores informações sobre o PAC, estão disponíveis no sítio <http://www.pac.gov.br/>

Os demais investimentos discricionários constantes da proposta para 2014 e que não estão contemplados nas empresas estatais ou no PAC atingem o valor de R\$ 21,3 bilhões, concentrados nas áreas de Educação, com R\$ 5,8 bilhões; Defesa Nacional, com R\$ 3,8 bilhões e Saúde, com o valor de R\$ 2,8 bilhões.

Evolução Investimentos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade e Estatais



* Somente despesas discricionárias do Poder Executivo. Excluem doações e convênios.

Na próxima seção, apresentaremos o orçamento público federal separado por funções orçamentárias (grandes áreas de despesas), com destaque às programações mais importantes realizadas pelo Poder Executivo que tenham impacto direto na vida de todos nós, como habitação e saúde. Nesse sentido, não abordaremos as funções Administração e Encargos Especiais.

Para melhor visualização, elaboramos gráficos contendo a evolução das despesas, considerados os valores gastos de 2009 a 2012, exceto emendas parlamentares e créditos extraordinários, e os montantes constantes nos PLOAs de 2013 e 2014.

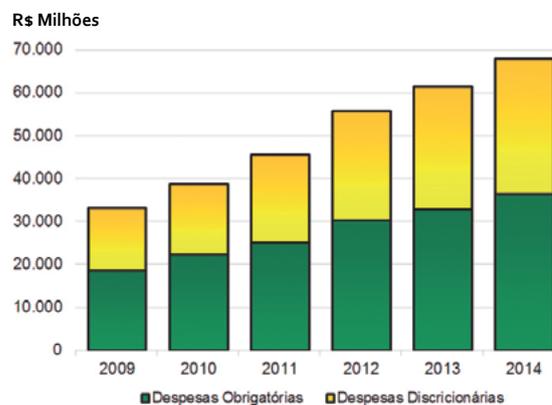
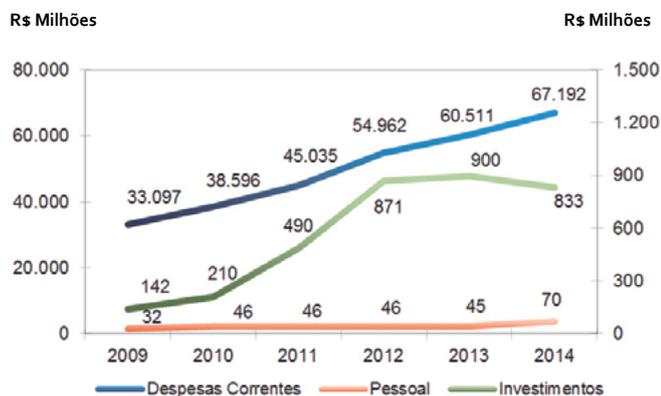
Com objetivo de permitir maior transparência, dividimos as despesas em dois grupos: obrigatórias e discricionárias. No mesmo sentido, algumas áreas foram separadas de acordo com as subfunções orçamentárias (subáreas de despesas) ou, ainda, em blocos de despesas. Buscou-se assim proporcionar condições para o melhor entendimento das informações que constam da proposta orçamentária.

Área Social

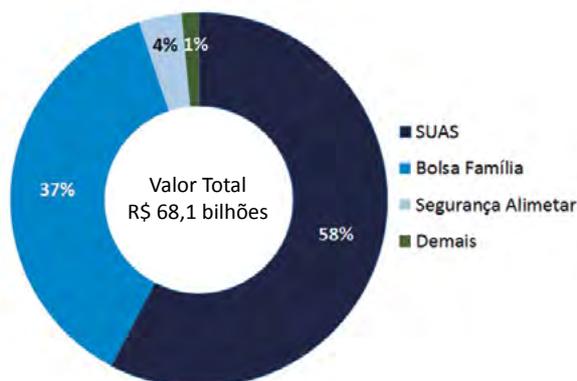
ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme determina o artigo 203 da Constituição. Os seus objetivos são: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujas competências e natureza do serviço, assim como estrutura organizacional, encontram-se regulamentadas no Anexo I do *Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011*. Para mais informações, você pode acessar o sítio <http://www.brasilsemfome.gov.br/>



Principais Áreas de Atuação





A Assistência Social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Ela receberá, em 2014, o total de R\$ 68,1 bilhões.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo governo e pela sociedade civil. Para atender a essa norma, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse Sistema organiza a oferta da assistência social em todo o Brasil, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos, enfim, a todos que dela necessitarem. Esses serviços são geralmente prestados pelos Municípios nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas). O Censo SUAS de 2012 mostrou que o Governo Federal apoia o funcionamento de 7.638 Cras e mais de 2.100 Creas, em todos os Municípios, repassando recursos, mensalmente, aos fundos municipais de assistência.

Para 2014, está previsto um gasto de R\$ 39,3 bilhões com o SUAS. Nesse montante, R\$ 36,3 bilhões referem-se ao pagamento de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de Renda Mensal Vitalícia (RMV). Ambos os benefícios são direcionados a portadores de deficiência e idosos que não teriam outra forma de sustento. Já R\$ 1,7 bilhão refere-se à Proteção Social Básica, cujo objetivo é a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já a Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, e contará com R\$ 888,1 milhões. O restante do valor é usado com os

gastos operacionais do SUAS.

O Programa Bolsa Família receberá R\$ 25,3 bilhões, sendo R\$ 24,6 bilhões o valor a ser transferido diretamente às famílias. O Programa destaca-se por ser a principal política social do Governo Federal com o propósito de transferência direta de renda. Para receber o benefício são considerados a renda por pessoa da família (renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 70), o número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a existência de gestantes e nutrizes. As famílias que mesmo após o recebimento dos demais benefícios se mantenham abaixo da linha de extrema pobreza recebem o Benefício de Superação da Extrema pobreza, cujo valor é variável e equivale ao necessário para superar os R\$ 70,00 por pessoa. Para tal, as famílias beneficiárias devem assumir e cumprir certas condicionalidades, compromissos assumidos para a ampliação dos direitos sociais básicos, principalmente nas áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social.

Até Julho de 2013, havia 13,8 milhões de famílias beneficiárias, com benefício médio de R\$ 120,19. Para 2014, com o processo de expansão contínua, espera-se chegar ao final do ano com 14,1 milhões de famílias beneficiárias.

A política de Segurança Alimentar contará com R\$ 2,5 bilhões em 2014. Ela cuida da realização do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade e em regularidade que supram necessidades do organismo. Para tanto, existem diversas ações que abrangem a distribuição gratuita de alimentos em casos de urgência, o auxílio à instalação de equipamentos comunitários (hortas e cozinhas comunitárias, restaurantes populares), para produção e venda de alimentos a baixo custo, e a promoção do acesso à água para consumo humano e para utilização na produção de alimentos ou criação de animais em áreas de clima semiárido (por meio da construção de cisternas). Além disso, a agricultura familiar tem papel crucial na economia das pequenas cidades e responde por uma parcela significativa da produção de alimentos, tornando-se fundamental para garantir a segurança alimentar.

Por fim, no item Demais, será alocado R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 30 milhões para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, R\$ 245 milhões para o desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária, R\$ 448,4 milhões para apoio à educação infantil das famílias beneficiadas no Bolsa Família e o restante para gestão e manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

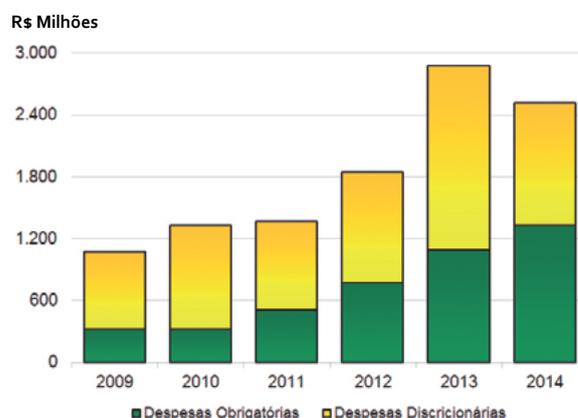
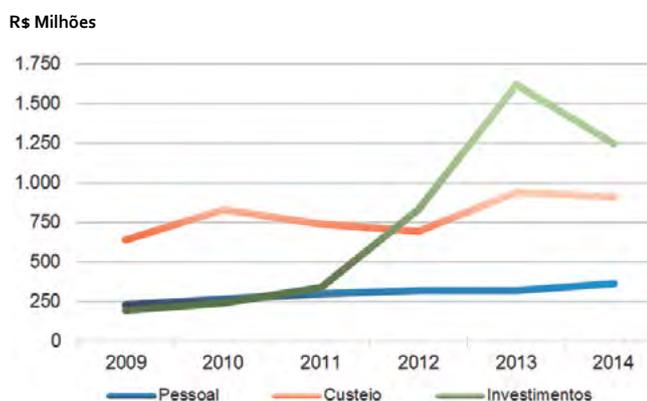
Área Social

CULTURA

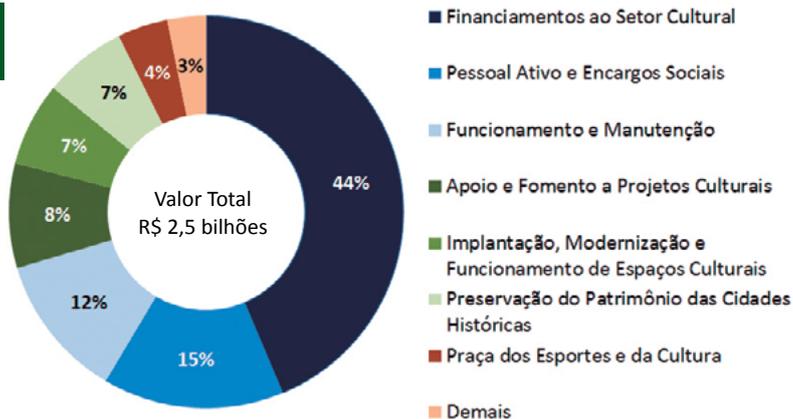
A Cultura é tema previsto no artigo 215 da Constituição, que determina ao Estado a garantia de todos ao pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Além disso, é dever do Estado a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Para materializar os preceitos constitucionais, o Ministério da Cultura possui a competência relacionada à política nacional de cultura; à proteção do patrimônio histórico e cultural; e à prestação de assistência e acompanhamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) naquelas ações de regularização fundiária para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O referido Ministério possui sete entidades vinculadas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes (Funarte), Agência Nacional do Cinema (Ancine) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).



Principais Áreas de Atuação





Em 2014, a Cultura receberá o total de R\$ 2,5 bilhões.

Para financiamentos ao setor cultural, está previsto R\$ 1,1 bilhão. São ações de concessão de financiamento a empreendedores culturais, de financiamento ao setor audiovisual (Fundo Setorial do Audiovisual) e investimentos retornáveis, mediante participação em empresas e projetos, de acordo com a *Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 (Lei do Audiovisual)*.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto Praça dos Esportes e da Cultura (PEC) terá o valor de R\$ 100 milhões. O objetivo é integrar, num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Os espaços integrados poderão ser compostos por: cineteatro, biblioteca, telecentro, sala multiuso, pista de skate, pista de caminhada, kit básico esportivo, equipamentos de ginástica, ginásio poliesportivo, espaço criança, bicicletário, quadra de areia, espaço terceira idade, anfiteatro ao ar livre, Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Ainda no que concerne ao PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que terá o valor de R\$ 165 milhões. O PAC Cidades Históricas tem por objetivo planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações pactuadas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, prioritariamente, por meio dos acordos

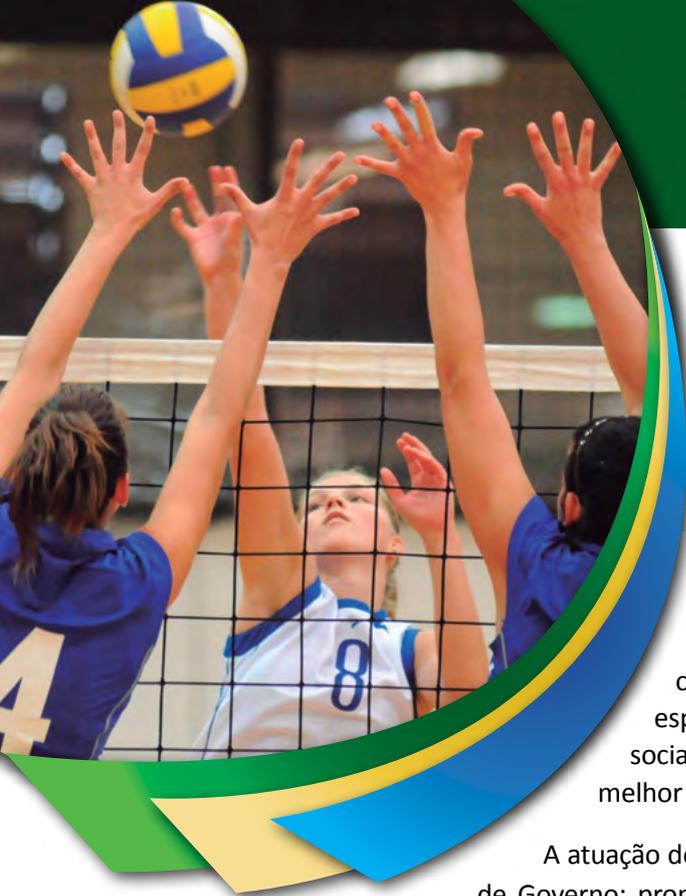
de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

Em relação ao Apoio e Fomento a Projetos Culturais, o gasto previsto é de R\$ 209,1 milhões. Os projetos culturais são eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais, entre outros. Destaca-se, ainda, fomento a projetos culturais na área do livro, da leitura e do conhecimento científico, artístico e literário.

Para a realização das atividades de cultura, o Governo Federal alocará R\$ 360,3 milhões com pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais e R\$ 288 milhões com funcionamento e manutenção. Trata-se de ações de coordenação e manutenção dos mecanismos de incentivo à cultura previstos na Lei Rouanet e administração das suas unidades.

No que se refere à Implantação, Modernização e Funcionamento de Espaços Culturais, a previsão de gasto é de R\$ 167,0 milhões. Além do funcionamento propriamente dito dos espaços culturais da União, incluem-se nesses gastos a digitalização de acervos culturais e o funcionamento de bibliotecas da União, entre outras atividades.

Por fim, do item Demais, constam R\$ 77,1 milhões para a identificação e preservação de bens culturais de natureza material e imaterial, R\$ 15,9 milhões para a área produção e difusão cultural, R\$ 6,0 milhões para a valorização indígena, e R\$ 4,3 milhões para a cultura afro-brasileira. Por sua vez, os pontos de cultura receberão R\$ 46,9 milhões para promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, visando à constituição de uma rede de articulação de iniciativas culturais



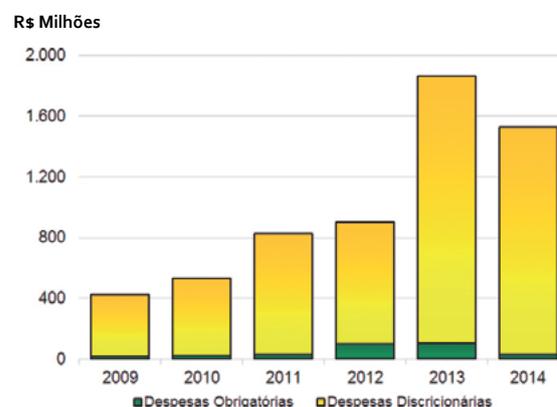
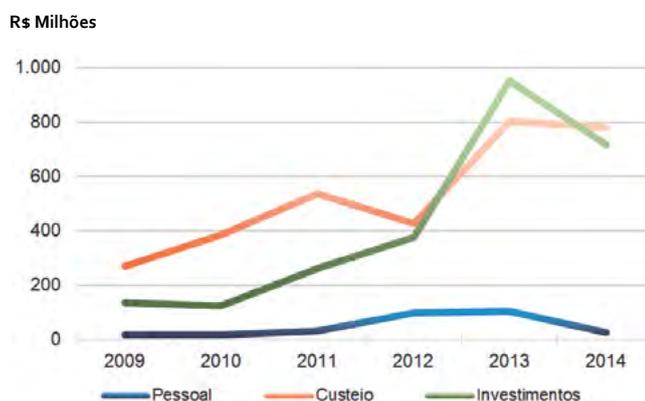
Área Social

DESPORTO E LAZER

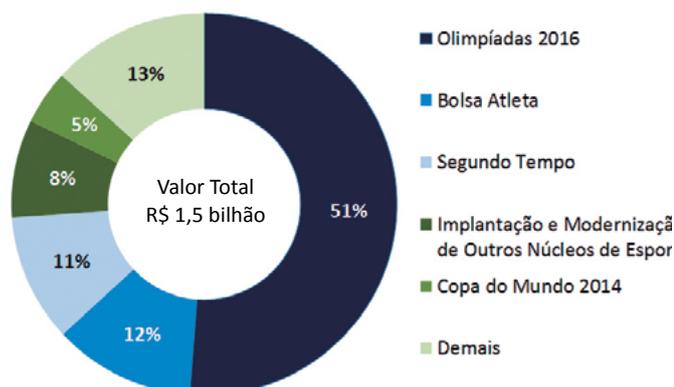
Nossa Constituição, em seu artigo 6º, consagrou o lazer como direito social. A respeito do esporte, o artigo 217 declara: é dever do Estado fomentar práticas desportivas, como direito individual, demonstrando a importância desse tema para a sociedade brasileira.

No Governo Federal, o Ministério do Esporte é responsável por construir a Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social, garantindo à população brasileira o acesso à prática esportiva, à melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento humano.

A atuação desse Ministério está vinculada à consecução dos seguintes objetivos de Governo: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Além disso, sua ação é estruturada a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, o qual possui quatro eixos: inclusão social pelo esporte e lazer; qualificação do esporte de rendimento; ampliação da infraestrutura esportiva; e promoção de grandes eventos esportivos.



Principais Áreas de Atuação





De R\$ 1,5 bilhão alocado para esporte e lazer, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 receberão R\$ 781,1 milhões. No que concerne à implantação de infraestrutura esportiva, serão destinados R\$ 500 milhões. Além disso, estão sendo alocados R\$ 131 milhões para a preparação e organização dos jogos. Serão destinados R\$ 13 milhões para apoio à implantação, gestão e manutenção da Autoridade Pública Olímpica (APO), criada sob a forma de Consórcio Público, por meio da *Lei nº 12.396, de 21 e março de 2011*, e que tem como objetivo coordenar a participação do Governo Federal, do Estado e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização da competição, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional.

Deve ser ressaltado ainda que a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, com qualidade e excelência, não se limita à construção de arenas esportivas modernas e sustentáveis ou à melhoria da mobilidade urbana, por exemplo, mas alcança primordialmente o desempenho de atletas e equipes brasileiras nos Jogos. Para tanto, o Plano Medalha Olímpica 2016 irá possibilitar um investimento adicional à preparação de atletas e equipes nacionais elencados entre os esportes com maior probabilidade de alcançar resultado esportivo em 2016. As linhas de apoio serão: seleções, centros de treinamento, apoio direto aos atletas e à ciência e tecnologia esportiva. A meta do Plano é colocar o Brasil em nono lugar pelo número de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Para ações de apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, serão destinados R\$ 70 milhões. Nessas ações, incluem-se promoção e comunicação do evento; atividades de monitoramento das ações realizadas; implantação de Centros de Treinamento esportivos; constituição de programa de voluntariado, além de apoio

ao evento e aos turistas; e pagamento de consultorias de apoio ao planejamento e gerenciamento das atividades para organização e realização da Copa.

A Implantação e Modernização de Outros Núcleos de Esporte receberá R\$ 126,6 milhões, dos quais R\$ 100 milhões serão destinados para implantação de Centros de Iniciação ao Esporte – CIE, R\$ 25 milhões para implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer e R\$ 1,6 milhão para implantação e modernização de infraestrutura para o esporte de alto rendimento.

Para a concessão do Bolsa Atleta, serão destinados R\$ 181,3 milhões. O programa visa garantir a manutenção pessoal aos atletas de alto rendimento. Com isso, busca-se dar as condições necessárias para que se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. O programa atua em seis categorias: Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpica/Paraolímpica e Pódio, em 74 modalidades. O valor do benefício mensal varia de R\$ 370, para atletas estudantes e atletas de base, a R\$ 15 mil, para atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas que estejam entre os vinte melhores do mundo em sua prova.

O programa Segundo Tempo será contemplado com R\$ 164,5 milhões que será destinado ao desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte, educação, lazer e inclusão social. Esse programa tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens expostos aos riscos sociais e busca democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento de valores sociais, contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras e para a diminuição da exposição aos riscos sociais. Atualmente, os Núcleos de Esporte Educacional estão implantados em todas as unidades da Federação.

Para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais do Ministério dos Esportes, em 2014, serão destinados R\$ 25,8 milhões.

Por fim, para as Demais áreas, serão alocados R\$ 201,8 milhões. Merecem destaque as ações de melhoria nas condições de segurança dos estádios e garantia dos direitos do torcedor, a realização e apoio a eventos de esporte, lazer e inclusão social e a administração das unidades.



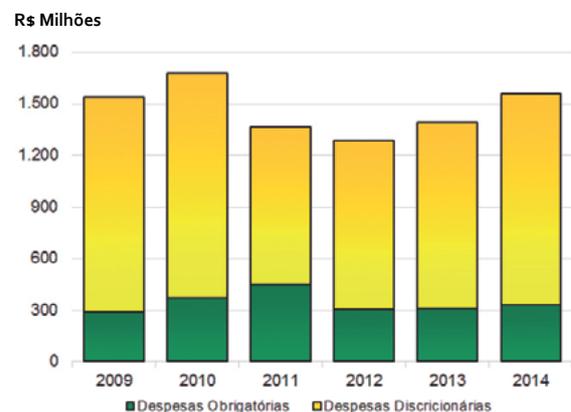
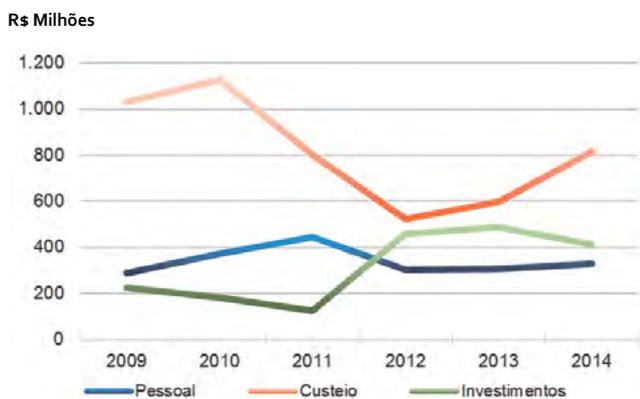
Área Social

DIREITOS DA CIDADANIA

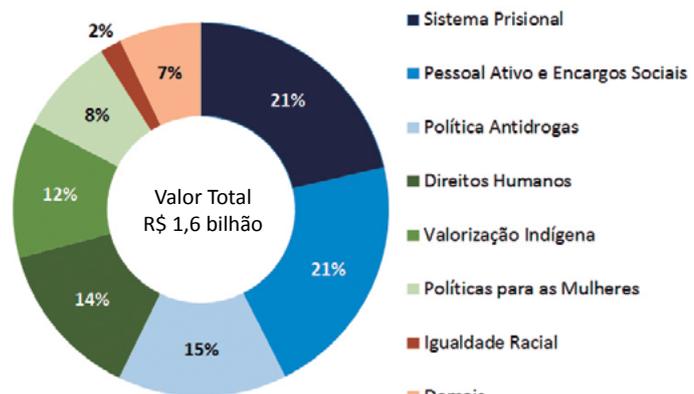
A cidadania é o conjunto de direitos e deveres referentes ao indivíduo em relação à sociedade em que vive. Quem garante os nossos direitos é a lei, e o Brasil, em sua Constituição, estabelece como princípio fundamental a Cidadania. O Título II, por exemplo, trata dos direitos e das garantias fundamentais e contém capítulos sobre direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade e direitos políticos.

Diversas políticas de governo têm impacto significativo sobre o exercício da cidadania, levando aos brasileiros, sobretudo àqueles mais carentes, os serviços essenciais à satisfação de uma vida melhor para todos, como garantia à saúde, justiça, segurança, educação de qualidade e ao lazer.

As políticas públicas que tratam dos direitos da cidadania são desenvolvidas no âmbito da Presidência da República pelas Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A proteção dos direitos dos povos indígenas está a cargo da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Além disso, diversas unidades deste Ministério, somadas ao Departamento Penitenciário Nacional, também trabalham para a garantia de direitos da cidadania.



Principais Áreas de Atuação





Para garantir os Direitos da Cidadania, o orçamento para área em 2014 será de R\$ 1,6 bilhão. Vale ressaltar que nesse valor não estão contempladas as ações adotadas pelo Poder Judiciário.

A maior parte dos recursos será destinada ao Sistema Prisional, R\$ 333 milhões, visando à segurança pública com cidadania, incluindo a questão da custódia e da reintegração dos presos. Para tanto, teremos, entre outras, ações de reestruturação de modernização do sistema criminal e penitenciário, R\$ 270,6 milhões; consolidação do sistema penitenciário federal, R\$ 41 milhões; e reintegração social, alternativas penais e controle social, R\$ 12 milhões.

A despesa com Pessoal Ativo e Encargos Sociais será de R\$ 330,6 milhões, grande parte é para o pagamento dos servidores da Funai, que atendem nas unidades localizadas em Estados que possuem reservas indígenas, além da própria sede, no Distrito Federal, e do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

Com relação à Valorização Indígena, serão direcionados R\$ 184 milhões. Um dos maiores desafios dessa iniciativa é garantir aos índios terras tradicionalmente reconhecidas como territórios indígenas nos termos do artigo 231 da Constituição. Além da garantia de terra, o Governo Federal também assegura aos povos indígenas proteção social e promoção de seu patrimônio cultural.

O tema Direitos Humanos contará com R\$ 212,9 milhões, perpassando diversas áreas. No que tange à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, destaca-se a estratégia de ação Brasil Protege com R\$ 59,9 milhões, que cria uma rede de proteção contra a violência física, sexual e psicológica sofrida por crianças e adolescentes, incluindo a construção, reforma e equipagem das unidades de atendimento especializado. Outras ações incluem a proteção das pessoas ameaçadas, R\$ 35,7 milhões; os serviços de Disque Direitos Humanos (Disque 100),

R\$ 19 milhões; o apoio e a implementação de centros de referência em direitos humanos, R\$ 6,7 milhões; a promoção dos direitos da pessoa com deficiência, R\$ 8,2 milhões; a promoção e a defesa dos direitos da pessoa idosa, R\$ 2,6 milhões; a promoção e a defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, R\$ 700 mil; entre outras iniciativas.

A Política Antidrogas receberá R\$ 226,9 milhões para ações de repressão, prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social. Tais ações deverão ser realizadas de forma descentralizada e integradas, por meio da conjugação de esforços entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observadas a interssetorialidade, a interdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social. Destacamos o programa “Crack, é possível vencer” que tem o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção, com ações estruturadas em três eixos: cuidado, autoridade e prevenção.

Já a Política para as Mulheres, contará com R\$ 131 milhões. Destacam-se as ações para a ampliação e a consolidação da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, R\$ 33,2 milhões, que proporciona acolhimento físico e psicológico à mulher agredida. Essa rede de serviços constitui-se em centros de referência para o atendimento à mulher em situação de violência, delegacias especializadas, casas abrigo e ouvidorias da mulher. Encontram-se também iniciativas para o incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres, R\$ 15 milhões, além da prestação de serviços disponibilizada pela Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), R\$ 11,2 milhões.

No que se refere à Igualdade Racial, serão destinados R\$ 29 milhões, com destaque para ações voltadas ao fomento e ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais, além das iniciativas de fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial.

Por fim, nas Demais áreas, destacam-se a política nacional de justiça, a proteção e a defesa do consumidor, a defesa dos direitos difusos, a promoção da justiça de transição e da anistia política, a democratização do acesso à cidadania e à justiça.

Área Social

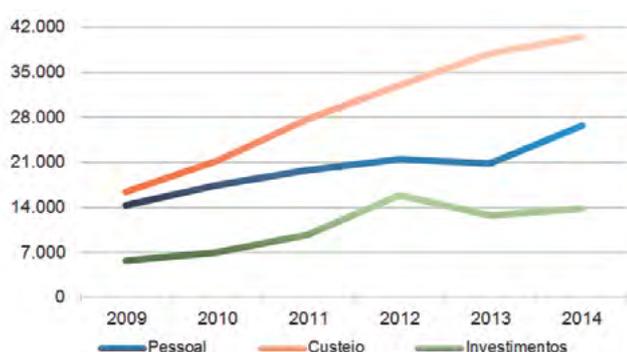
EDUCAÇÃO

O direito à educação foi consagrado em nossa Constituição como um direito social no artigo 6º da Constituição. Com isso, o Estado passou a ter a obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. O poder público não é, no entanto, o único responsável pela garantia desse direito. Conforme previsto no artigo 205 da Constituição, a educação também é dever da família e cabe à sociedade promover, incentivar e colaborar para a realização desse direito.

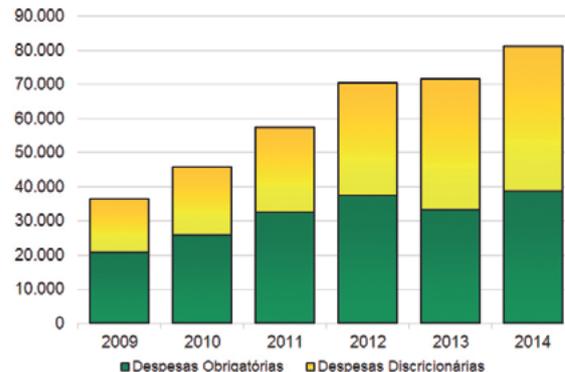
O Ministério da Educação é o órgão responsável pela política educacional brasileira em nível federal. Nesse sentido, além de apoiar os sistemas de ensino estaduais e municipais, mantém as redes federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior, os Hospitais de Ensino Federais, e atua na educação básica, por intermédio do Colégio Pedro II, e na especial, por meio do Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Instituto Benjamin Constant, voltado às questões de deficiência visual.

Considerado o referencial das políticas educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, é um plano de médio e longo prazo que visa enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais e promover a educação de qualidade da creche à pós-graduação. O PDE consiste num conjunto de ações estruturadas e articuladas que envolvem quatro eixos: Educação Básica; Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade; Ensino Profissional e Tecnológico e Educação Superior. O programa contempla ações de gestão educacional e de infraestrutura nas escolas; de construção de creches, escolas, laboratórios e bibliotecas; extensão da merenda para o ensino médio; melhorias no transporte de estudantes; formação de professores; reestruturação e expansão das universidades federais; expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; entre outras.

R\$ Milhões

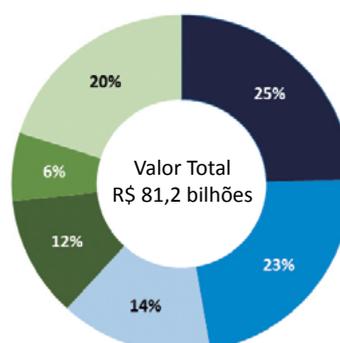


R\$ Milhões



Principais Áreas de Atuação

- Transferências para a Educação Básica
- Ensino Superior
- Educação Básica
- Ensino Profissional
- Alimentação e Nutrição
- Demais





Dos R\$ 81,2 bilhões alocados para a área da educação, R\$ 25,9 bilhões serão para as despesas com Pessoal Ativo e Encargos Sociais. Deste valor, R\$ 13,7 bilhões são para pagamento de pessoal do ensino superior e R\$ 3,7 bilhões para pagamento de pessoal dos hospitais universitários. É importante destacarmos que, pelas funções que exerce, é inerente à Educação ter grande quantitativo de mão de obra qualificada. São professores, assistentes e agentes de educação, entre outros, que permeiam essa área do governo.

Serão destinados R\$ 13,6 bilhões às Transferências para Educação Básica para a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

No valor acima, referente às transferências para a Educação Básica, não estão incluídos os valores que são obrigações constitucionais e legais (cota-parte do Salário-Educação), cujo total de R\$ 44,8 bilhões encontra-se em “Encargos Especiais”.

Para o Ensino Superior, serão destinados R\$ 12,5 bilhões. As prioridades dessa área são diversas, entre as quais estão cursos de graduação, concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não gratuito e expansão das Universidades Federais existentes. Além disso, o Governo Federal expandirá a oferta de bolsas de estudo e pesquisa no Brasil e no exterior, em diferentes modalidades. Sob a ótica da ampliação do acesso e da permanência na educação superior, as duas principais vertentes são a concessão de bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a de financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Na área de Educação Básica, serão aplicados R\$ 8 bilhões. Essa área tem por objetivo contribuir para a universalização

da educação básica de forma a assegurar equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos à educação infantil, ao ensino fundamental e médio e à educação de jovens e adultos. Para a Educação Infantil, estão destinados R\$ 3,6 bilhões e para Jovens e Adultos, R\$ 617,1 milhões.

Estão previstos também recursos para, entre outros, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com R\$ 2,6 bilhões, e o transporte escolar, com R\$ 1,1 bilhão, dos quais, R\$ 594 milhões para a manutenção da frota existente por meio do Programa de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e R\$ 479,2 milhões para a compra de novos veículos por meio do Pnate - Caminho da Escola. Todos caracterizam apoio do Governo Federal às escolas estaduais e municipais.

As ações na área do Ensino Profissional, especificamente quanto à educação profissional e tecnológica, têm previsão de R\$ 6,4 bilhões em recursos, com destaque para a expansão da rede federal e a reestruturação das redes estaduais de ensino; a expansão de vagas em nível médio integrado; a graduação tecnológica; entre outros projetos.

O apoio à alimentação escolar na Educação Básica é o destaque na área de Alimentação e Nutrição. O Governo tem se esforçado para atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, e para promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. A previsão de recursos para essa área é de R\$ 3,6 bilhões.

Em Demais, estão classificadas ações da área de Atenção Básica, na qual se destacam benefícios aos servidores civis, empregados e seus dependentes; assistência hospitalar e ambulatorial, no âmbito dos hospitais de ensino, além de outras ações de impacto direto na Educação, como a disponibilização de infraestrutura de tecnologia da informação, recursos para o fomento à pós-graduação, entre outros.

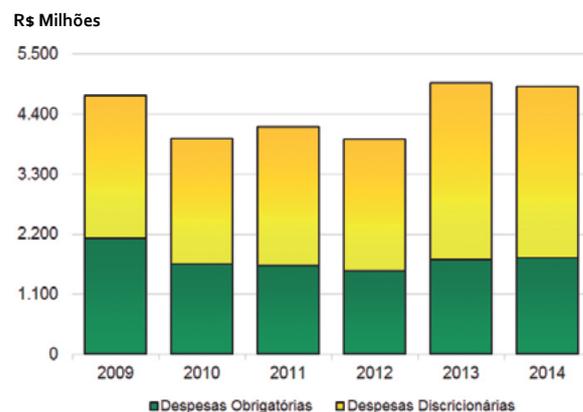
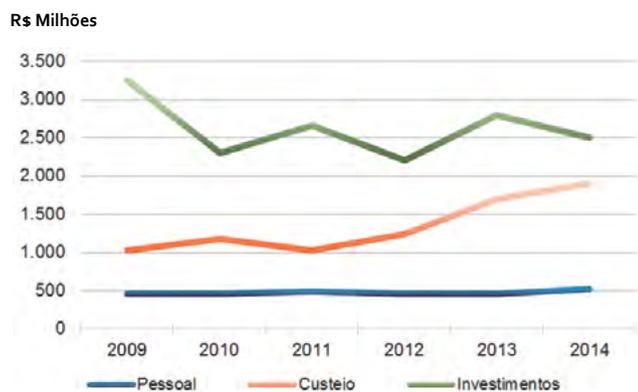
O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) foi criado por meio da *Lei nº 12.513, de 23 de outubro de 2011*, e tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Os recursos do programa virão do Ministério da Educação, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Sistema S e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Área Social

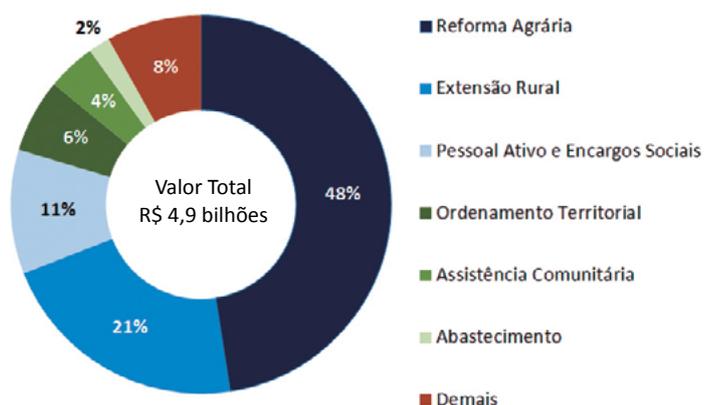
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

A organização agrária tem como pilar o princípio da função social da propriedade, inscrito no Título VII da Constituição.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é o principal responsável pela Organização Agrária no Brasil, tendo como áreas de sua competência: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O Ministério também exerce, em caráter extraordinário, as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal (área que engloba nove Estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica e que, por consequência, possuem em seus territórios trechos da floresta amazônica).



Principais Áreas de Atuação



Para 2014, está previsto o montante de R\$ 4,9 bilhões à Organização Agrária. Desse total, 2,3 bilhões serão destinados à Reforma Agrária.

Em relação à Extensão Rural, será R\$ 1,1 bilhão, com a maior parte dos recursos, cerca de R\$ 663,6 milhões, destinados à Agricultura Familiar, atividade que contribui para o desenvolvimento rural sustentável, atuando no aumento da oferta de alimentos, na geração de renda e na organização econômica dos agricultores familiares assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais.

A Reforma Agrária é um processo de emancipação social, econômica e política de imensos contingentes do campo. E o governo trabalha para que o assentado de hoje seja o agricultor familiar de amanhã, multiplicando riquezas e impulsionando a economia regional. Nesse contexto, os recursos serão destinados, entre outras ações, para a concessão de crédito para instalação das famílias assentadas, R\$ 946 milhões; desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária, R\$ 720,5 milhões; desenvolvimento de assentamentos rurais, R\$ 268,5 milhões; concessão de crédito para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos, R\$ 300 milhões.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais para o custeio da safra, atividade agroindustrial, ou para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Merece destaque o Ordenamento Territorial, que será contemplado com R\$ 308,4 milhões. Nessa área, constam iniciativas para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais, R\$ 183,5 milhões, como o apoio a projetos de infraestrutura e serviços, e ações para organização e regularização da estrutura fundiária, R\$ 83,2 milhões, como o georreferenciamento da malha fundiária nacional.

Para o próximo ano, o MDA prestará Assistência Comunitária para Agricultura Familiar, contando para isso com recursos na ordem de R\$ 203 milhões. Por meio da contribuição ao Fundo Garantia-Safra (*Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002*) garantirá condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente

sujeitos a perda de safra por razão de secas ou excesso de chuvas, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O item Abastecimento, com R\$ 90,8 milhões, refere-se ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, de forma menos burocrática, e os destina a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar. Dessa forma, proporciona o acesso a alimentos às populações em situação de risco e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura.

Em Demais, destacam-se iniciativas voltadas ao ensino profissional para promoção da educação no campo, R\$ 30 milhões; à assistência social e pacificação no campo, R\$ 7,6 milhões; ao gerenciamento e fiscalização do cadastro rural, R\$ 5,7 milhões.

Por fim, o Ministério e sua entidade vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contarão, para o custeio de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, com recursos no valor de R\$ 520,4 milhões.

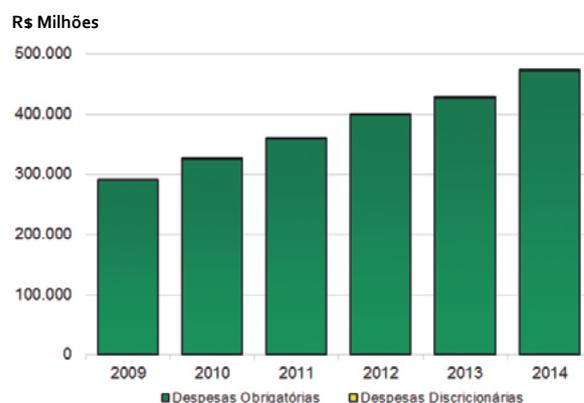
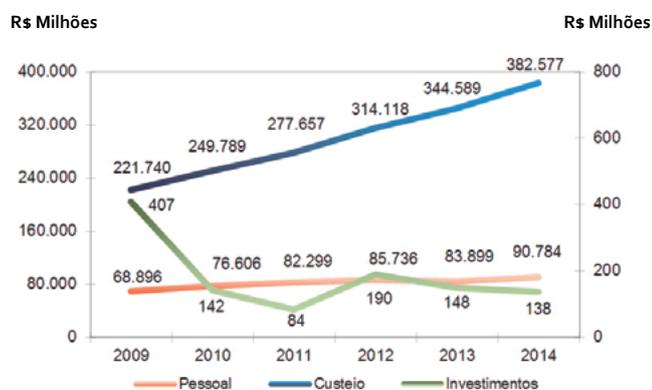




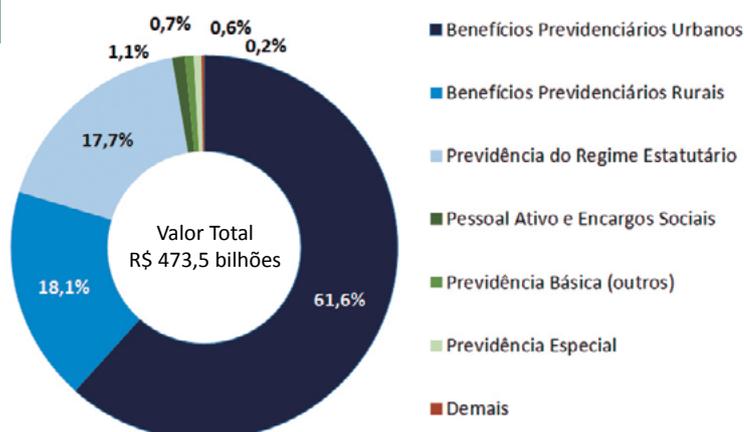
Área Social

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social, prevista na Constituição Federal como um direito social, organiza-se em três regimes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC), sendo os dois primeiros públicos, e o último, privado. O principal órgão responsável por esse seguro social – que garante à pessoa que contribui (e também àquelas que não contribuíram nos casos específicos em Lei) uma renda em caso dos eventos de doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário, maternidade e reclusão –, o Ministério da Previdência Social conta, entre outros, com as seguintes entidades vinculadas para o desempenho de suas funções: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).



Principais Áreas de Atuação



Para arcar com todas as demandas que o conjunto dos regimes de previdência sob sua responsabilidade lhe remetem, essa função contará com recursos da ordem de R\$ 473,5 bilhões do orçamento federal de 2014.

O RGPS, principal regime de previdência do País, mais conhecido como Previdência Básica, possui caráter contributivo, filiação obrigatória, deve observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e atende aos empregados do setor privado, aos funcionários públicos celetistas (aqueles que possuem contratos regidos de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e aos contribuintes autônomos, isto é, aqueles que contribuem de forma espontânea para a Previdência Social, como, por exemplo, os profissionais liberais. A Previdência Básica é gerenciada pelo INSS e os benefícios são pagos diretamente aos segurados por meio de transferências bancárias. Por atender a maior parte dos beneficiários do seguro social, esse regime de previdência terá disponível a maior parcela dos recursos destinados à Previdência Social, chegando a um total de R\$ 380,7 bilhões, que serão utilizados principalmente para o pagamento de aposentadorias e pensões. Nesse aspecto, estão previstos R\$ 292,1 bilhões para o pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos e R\$ 85,1 bilhões para os Benefícios Previdenciários Rurais. Além do pagamento de benefícios previdenciários, parte dos recursos destinados à Previdência Básica (Previdência Básica Demais) irá para a execução de ações que impactam diretamente no serviço prestado pela Previdência Social à sociedade, como, por exemplo, as relacionadas ao funcionamento das unidades descentralizadas do INSS.

Já o RPPS, também conhecido como Previdência do Regime Estatutário, possui caráter contributivo e solidário, devendo também observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Ele é o responsável pela seguridade social dos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de 1.900 Municípios (os demais Municípios mantêm a vinculação de seus servidores públicos ao RGPS), conforme previsto no artigo 40 da Constituição. Para atender as demandas previdenciárias dos servidores da União, será destinada uma dotação próxima de R\$ 83,7 bilhões, em especial para o pagamento de aposentadorias e pensões tanto dos servidores civis, quanto dos militares das forças armadas.

Em relação ao RPC, que tem caráter privado e facultativo, é competência do Ministério da Previdência Social, através da Previc, supervisionar os regimes de

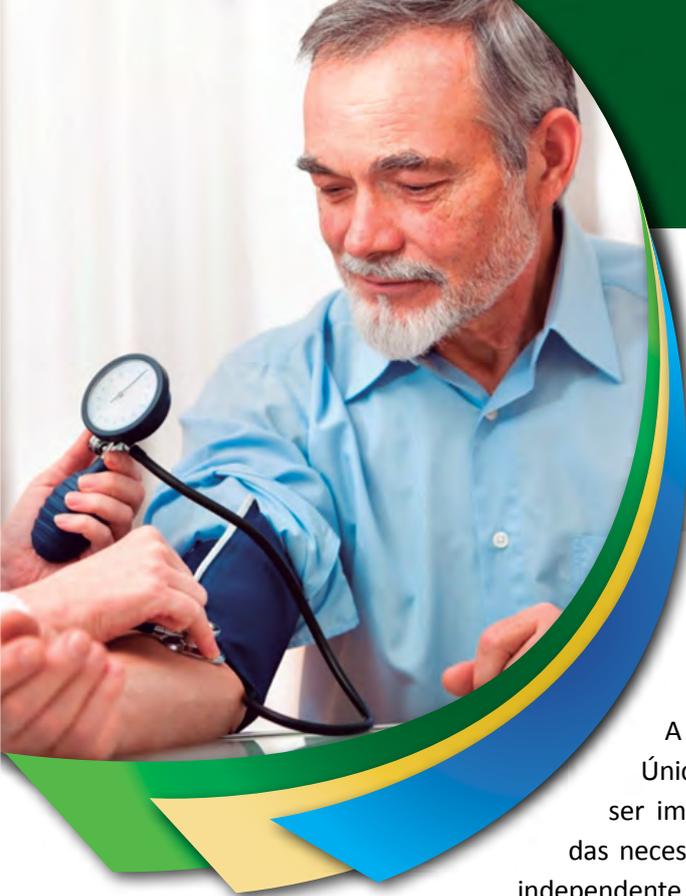
previdência complementar operados pelas entidades fechadas, também conhecidas como fundos de pensão.

A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar para os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A nova legislação determina que serão aplicados os limites estabelecidos para os benefícios do RGPS às aposentadorias e pensões a serem concedidas aos servidores que tiverem ingressado no serviço público a partir do início de vigência do regime de previdência complementar.

Para atender os segurados que tenham trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, existe na Previdência Social a área de Previdência Especial. Nessa área que, entre outras ações, são realizados os pagamentos de benefícios ao trabalhador que comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos). O valor previsto no orçamento federal de 2014 destinado ao pagamento desses benefícios, além de reparação de violações e defesa dos direitos humanos, é de aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Para Pessoal Ativo e Encargos Sociais estão destinados R\$ 5 bilhões, concentrados para o pagamento de servidores das agências do INSS, cerca de R\$ 4,9 bilhões. O restante está para o pessoal da administração direta do Ministério da Previdência, com R\$ 69,3 milhões e para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, R\$ 25,3 milhões.

No item Demais, encontram-se despesas de funcionamento do Ministério, do INSS e da Previc no valor total de R\$ 1,1 bilhão. Outras importantes ações incluídas nesse tópico são as da área de informação e inteligência, que terão disponíveis recursos totais de R\$ 100,8 milhões. É por meio dessas ações que se executam, entre outras, as atividades de gestão de cadastros para a Previdência Social.



Área Social

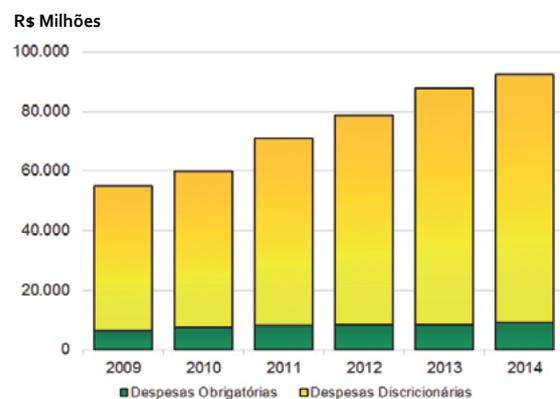
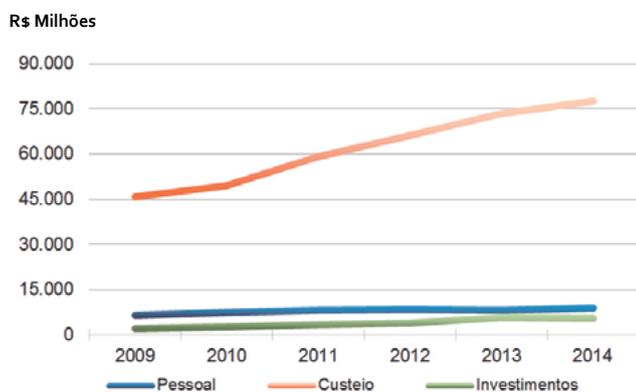
SAÚDE

A saúde é um direito constitucionalmente assegurado a todos, portanto o Estado tem o dever de prover condições ao seu pleno exercício. O artigo 196 de nossa Constituição preceitua que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.”

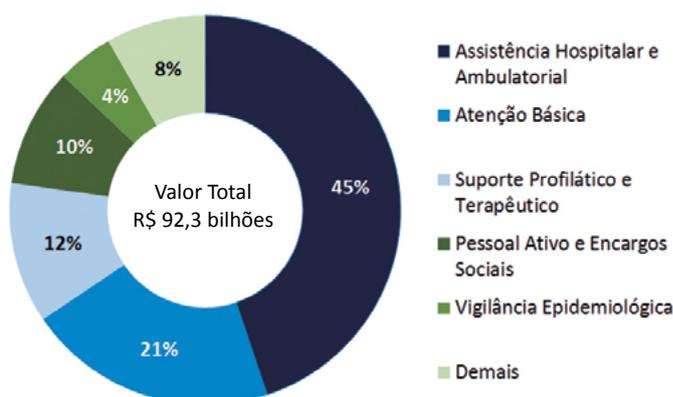
A política pública de saúde no Brasil é efetivada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição, tem como objetivo ser importante mecanismo de promoção da equidade no atendimento das necessidades de saúde da população, ofertando serviços de qualidade, independente do poder aquisitivo do cidadão. Além de oferecer consultas, exames e internações, o SUS também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção e de vigilância sanitária, abrangendo desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos.

O SUS se propõe a promover a saúde, priorizando as ações preventivas e democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde.

A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela *Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012*, determina que os gastos com a Saúde na União devem receber incrementos anuais conforme a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, os recursos orçamentários destinados para a Saúde em 2014 deverão ser 10,74% (projeção do PIB 2013) superiores aos que foram alocados no orçamento de 2013.



Principais Áreas de Atuação



Dos R\$ 92,3 bilhões alocados para a área da saúde, o setor de Assistência Hospitalar e Ambulatorial contará com recursos da ordem de R\$ 41,4 bilhões. Nessa área, R\$ 36,3 bilhões se destinam para o atendimento ambulatorial e hospitalar em procedimentos de média e alta complexidade. Merece destaque também a destinação de recursos para Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) que contará com R\$ 850 milhões. Serão ainda destinados R\$ 750 milhões para custeio da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

A atuação governamental em atenção básica é importante para ampliar o acesso da população aos serviços de que ela necessita e promover a qualidade e a humanização na atenção à saúde. Por isso, essa área receberá R\$ 19,1 bilhões. O destaque nessa área é o programa Saúde da Família, para o qual serão destinados R\$ 11,2 bilhões. O programa é operacionalizado mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Essas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma determinada área geográfica. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e na manutenção da saúde desta comunidade. Nesse setor merece destaque também a destinação de R\$ 5,3 bilhões para o piso fixo da atenção básica e R\$ 1,7 bilhão para a construção e a ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Quanto ao Suporte Profilático e Terapêutico, serão aplicados R\$ 10,8 bilhões. Grande parte desse valor, R\$ 5 bilhões, será destinado à promoção da assistência farmacêutica do SUS. Já R\$ 2,7 bilhões serão aplicados em manutenção e funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil, sendo grande parte para distribuição de medicamentos gratuitos (asma, hipertensão e

diabetes) e o restante para o subsídio de outros medicamentos para aquisição pelo cidadão com até 90% de desconto. O Programa foi criado com o objetivo de ampliar o acesso da população a medicamentos para combate das doenças mais comuns entre os cidadãos. Ele conta com rede própria de farmácias populares e parceria com farmácias e drogarias da rede privada, chamada de “Aqui tem Farmácia Popular”.

Quanto à área de Vigilância Epidemiológica, serão alocados R\$ 4,3 bilhões. Desse montante, R\$ 1,7 bilhões serão destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios como incentivo financeiro para o desenvolvimento de ações para a vigilância em saúde. Outra grande parte, cerca de R\$ 2,1 bilhões, será para aquisição e distribuição de vacinas para prevenção e controle de doenças.

No que se refere às despesas de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, a saúde contará com R\$ 9,1 bilhões. A maior parte desse valor, R\$ 5,9 bilhões, está no Fundo Nacional de Saúde. A outra, cerca de R\$ 3,2 bilhões, está dividida entre as Fundações Nacional de Saúde e Oswaldo Cruz com R\$ 1 bilhão e R\$ 843 milhões, respectivamente, os hospitais do grupo hospitalar Conceição, R\$ 755,5 milhões, e as Agências Nacionais de Saúde Suplementar e de Vigilância Sanitária, com R\$ 500 milhões.

Finalmente, entre as demais despesas, encontram-se ações que também possuem forte impacto na saúde da população. Entre elas se destacam aquelas referentes ao saneamento básico urbano e rural, que contará com recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, destinado, principalmente, à implantação de melhorias sanitárias domiciliares e em sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para prevenção e controle de doenças.

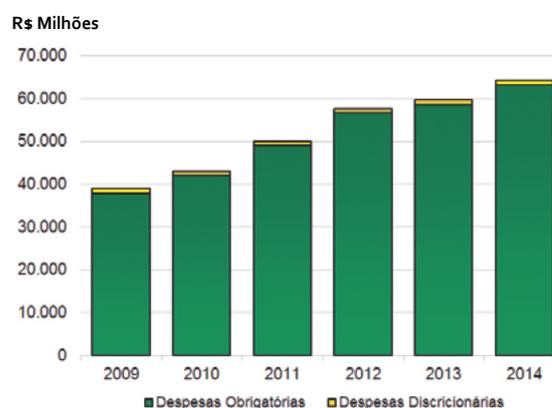
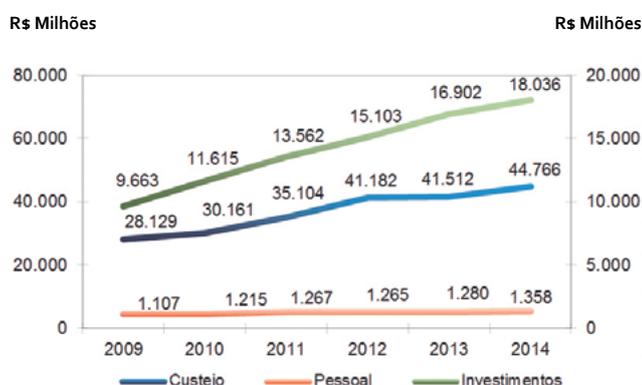
Área Social

TRABALHO

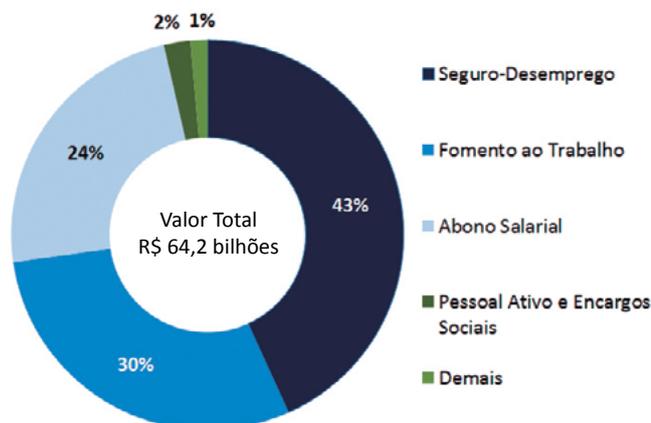
O Ministério do Trabalho e Emprego é o encarregado da elaboração e da implementação de políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, aliado à modernização das relações do trabalho. Entre as suas competências, destacam-se: a fiscalização das relações de trabalho, a formação e o desenvolvimento profissional, a política salarial e a segurança e a saúde no trabalho, além da questão da geração de emprego e renda.

As ações de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o patrocínio de cursos de requalificação ao trabalhador em situação temporária e involuntária de desemprego, são totalmente custeadas pelo Governo Federal, embora, na maioria das vezes, sua realização seja feita em parcerias com entidades sindicais, governos estaduais e municipais e organizações não governamentais, que se encarregam de sua execução. As principais fontes de recursos do Ministério são oriundas de receitas financeiras e do produto da arrecadação da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS/Pasep), o qual se trata de uma contribuição devida pelas empresas e demais pessoas jurídicas, com o objetivo de pagar tanto o seguro-desemprego quanto o abono salarial, neste último caso, para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

Adicionalmente, o Ministério promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.



Principais Áreas de Atuação



Dos R\$ 64,2 bilhões que serão destinados a Trabalho, a área de Proteção e Benefícios ao Trabalhador receberá R\$ 43 bilhões. Tal concentração se explica pelo fato de essa área agregar os pagamentos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Tais pagamentos vêm crescendo ao longo dos anos com a política de valorização do salário mínimo e pelo incremento da rotatividade nos postos de trabalho.

Quanto ao Seguro-Desemprego, a área contará com R\$ 27,8 bilhões para ações que visam à manutenção de renda, protegendo temporariamente o trabalhador, por desemprego sem justa causa, por resgate de trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais), ou ainda pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação).

No que diz respeito ao pagamento do Abono Salarial, com a totalidade de recursos de R\$ 15,2 bilhões, são beneficiados anualmente, no valor de um salário mínimo, todos os trabalhadores cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos 5 anos, cuja remuneração mensal, no ano anterior, tenha sido de, em média, até dois salários mínimos e que tenha trabalhado com vínculo empregatício pelo menos 30 dias.

Na área de Fomento ao Trabalho, grande parte dos R\$ 19 bilhões destinados, R\$ 18 bilhões serão utilizados para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), cuja legislação determina que 40% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sejam destinados a tais programas.

Para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, será destinado R\$ 1,4 bilhão, dos quais R\$ 1,3 bilhão para Administração Direta do Ministério do Trabalho e R\$ 50,6 milhões para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo (Fundacentro).

Nas Demais áreas, com valor de R\$ 925,2 milhões, merece destaque também o Programa ProJovem Trabalhador que receberá R\$ 120,5 milhões. Esse Programa tem como principais objetivos preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Podem participar do programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos e que sejam membros de famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa. Os participantes receberão o auxílio mensal de 100 reais, durante seis meses, mediante comprovação de frequência. Os cursos de qualificação serão de 350 horas/aula. Outra iniciativa são os recursos para fomento na organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes de resíduos sólidos, com o valor previsto de R\$ 61,5 milhões.

Por fim, ainda nas Demais áreas, destacamos ações que objetivam a empregabilidade dos trabalhadores tais como manutenção, modernização e ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine, qualificação social e profissional também para adultos; elevação da escolaridade, qualificação profissional e concessão de auxílio financeiro para jovens, por meio do Programa ProJovem.

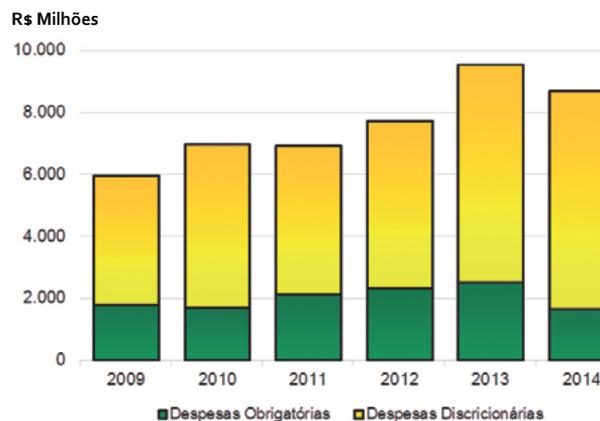
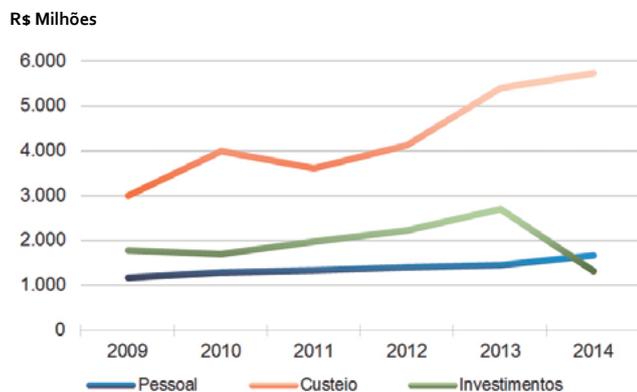
Infraestrutura

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Como principal responsável no País pela implementação de estratégias para o desenvolvimento desse setor, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em conjunto com as duas mais importantes agências de fomento do Brasil – a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e suas respectivas unidades de pesquisa –, coordena o trabalho de execução de programas e ações que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro das diretrizes traçadas pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que atua de forma articulada com o Plano Brasil Maior (PBM) na busca da aproximação entre a ciência e o setor produtivo.

Além das agências de fomento, compõem o sistema do Ministério o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); a Agência Espacial Brasileira (AEB); dezenove unidades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; e quatro empresas estatais: Indústrias Nucleares Brasileiras (INB); Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep); Alcântara Cyclone Space (ACS); e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

A área conta também com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerenciado pela Finep, em que se destacam os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, ou seja, os instrumentos que financiam projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em geral, os recursos são aplicados em projetos selecionados por meio de editais públicos, nas seguintes áreas: infraestrutura de pesquisa; petróleo; energia; recursos hídricos; recursos minerais; informática e automação; aeronáutica; tecnologia espacial; de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS); agronegócios; biotecnologia; região amazônica; e transportes.

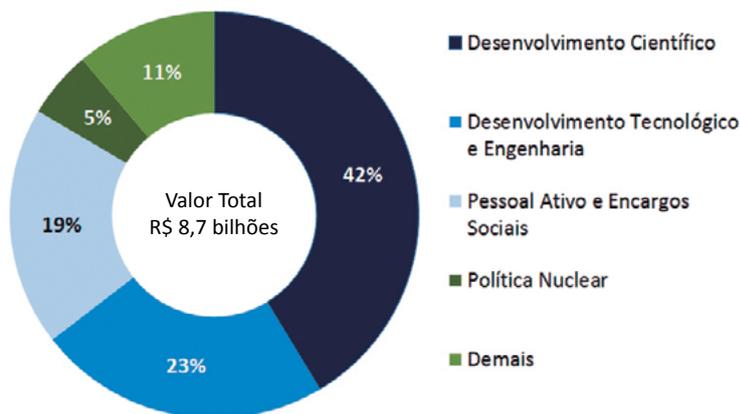


Infraestrutura CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Principais Áreas de Atuação

Para que se consiga o desenvolvimento de pesquisas e estudos que se traduzam em geração de conhecimento e de novas tecnologias, além da criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais, foram destinados, do orçamento federal de 2014, recursos da ordem de R\$ 8,7 bilhões ao setor de Ciência e Tecnologia. Desse total, R\$ 2 bilhões foram alocados na área de Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia. Nessa área, concentram-se os principais projetos institucionais para pesquisa nos setores mais relevantes da economia como o da saúde, o do agronegócio e o da energia elétrica. Através do FNDCT, por exemplo, serão destinados recursos para estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, buscando, assim, promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais orientadas para atividades de pesquisa que são consideradas as prioridades da política industrial e tecnológica nacional. Outro destaque dessa área é o programa de Política Espacial, que contará com R\$ 329,5 milhões para a execução de ações como o desenvolvimento e lançamento de satélites.

No Desenvolvimento Científico o valor total será de R\$ 3,6 bilhões para a execução de suas ações. Entre essas, merece destaque a concessão de bolsas de estudos e de pesquisas, que contará com recursos de R\$ 2,2 bilhões para a concessão de bolsas, como as de estímulo à pesquisa, que têm o objetivo de aumentar a produção e a produtividade científica e tecnológica; as de formação e qualificação de pesquisadores e profissionais para ciência, tecnologia e inovação, que buscam preparar recursos humanos bem capacitados e qualificados para enfrentar as exigências do novo processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento e altamente competitivo; as de iniciação à pesquisa científica e tecnológica, que têm por objetivo estimular a atividade de iniciação científica e tecnológica, integrando estudantes de nível médio e do ensino superior em grupos de pesquisa; as de desenvolvimento tecnológico, de extensão e de inovação, que visam estimular o desenvolvimento e a incorporação desses conhecimentos na malha produtiva do País, buscando elevar o padrão de qualidade de produtos, processos e



serviços; e, em especial, o Ciência sem Fronteiras (CsF), que busca expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como impulsionar o intercâmbio e a atração de talentos radicados no exterior e de talentos das regiões mais desenvolvidas do País, para as menos desenvolvidas.

A principal meta do CsF é a concessão de 101 mil bolsas até 2015 (75 mil do governo e 26 mil das empresas). Em 2014, o CNPq buscará atender 22.256 estudantes brasileiros.

Vale ainda destacar as ações que se referem à Política Nuclear, que contarão com R\$ 392,5 milhões para a execução de projetos e atividades relacionadas ao tema como, por exemplo, a fabricação de elementos combustíveis para as usinas nucleares brasileiras – Angra I, II, III e as demais usinas nacionais que vierem a ser construídas.

Para implementação, gestão e manutenção desses projetos estratégicos para o desenvolvimento da economia e da sociedade, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação contará com R\$ 1,7 bilhão para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais. Esse total será repartido da seguinte forma: R\$ 664,6 milhões para a administração central do próprio Ministério; R\$ 475,7 milhões para o Cnen; R\$ 191,4 milhões para a INB; R\$ 177,1 milhões para a Nuclep; R\$ 105,5 milhões para o CNPq; R\$ 35,4 milhões para o Ceitec; e R\$ 4 milhões para a AEB.

Com relação a Demais, destacam-se as ações na área de gestão de riscos e resposta a desastres, como a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres (Cemaden), e na de combustíveis minerais, entre as quais se encontra o fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor de petróleo e gás natural, que busca promover a pesquisa o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo, gás e aeroespacial.



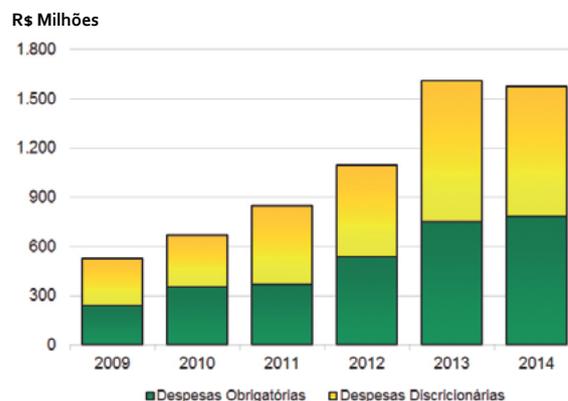
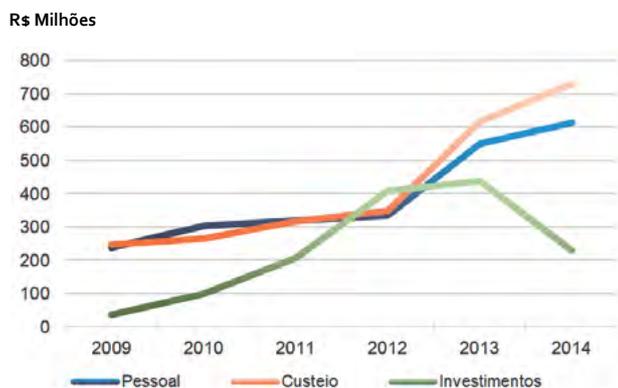
Infraestrutura

COMUNICAÇÕES

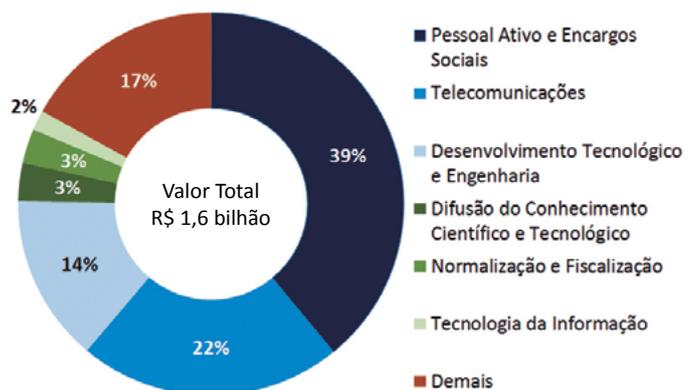
O Ministério das Comunicações tem como missão desenvolver políticas públicas que promovam o acesso aos serviços de comunicações, contribuindo para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social. É responsável, ainda, por formular e propor as políticas nacionais de radiodifusão, de postagem, de inclusão digital e de telecomunicações, além de outorgar e fiscalizar serviços de radiodifusão e supervisionar suas entidades vinculadas, entre outras funções.

Uma dessas entidades vinculadas é a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão regulador ao qual compete implementar a Política Nacional de Telecomunicações, propor o Plano Geral de Outorgas e o Plano Geral de Metas para universalização dos serviços de telecomunicações e atuar na defesa e proteção dos usuários desses serviços, entre outros.

Além dessa agência reguladora, o Ministério das Comunicações conta com o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Fundtel), cujo objetivo é estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.



Principais Áreas de Atuação



Do total de R\$ 1,6 bilhão a ser alocado para Comunicações, R\$ 347,5 milhões serão aplicados em Telecomunicações, nessa área se destacam ações para o fortalecimento do sistema público de radiodifusão e comunicação; serviços de telecomunicações para Grandes Eventos; produção de conteúdos informativos, culturais e educacionais; além de regulação dos serviços de telecomunicações.

Para Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia serão aplicados R\$ 222,1 milhões com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, visando a ampliar a competitividade da indústria brasileira. Nesta área de atuação, merecem destaque os R\$ 170,5 milhões que serão alocados no financiamento a projetos de desenvolvimento de tecnologias nas telecomunicações.

Em relação à área de tecnologia da informação, que receberá em 2014 R\$ 26,4 milhões destacam-se os R\$ 25,4 milhões destinados para fomentar conteúdos digitais criativos.

Na área de Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, serão gastos R\$ 50,8 milhões em ações de apoio a programas e projetos de inclusão digital.

No que se refere à Normatização e Fiscalização, serão alocados R\$ 45,3 milhões para a fiscalização dos serviços de telecomunicações e acompanhamento da qualidade dos serviços prestados aos usuários, em favor da Anatel.

Para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, estão previstos R\$ 614,5 milhões, sendo R\$ 274,3 milhões para a Anatel, R\$ 266,2 milhões para a Empresa Brasil Comunicações e R\$ 74 milhões para o Ministério das Comunicações.

Em Demais, concentram-se outras importantes ações, tais como fomento a conteúdos digitais criativos, além de manutenção da estrutura física do Ministério das Comunicações e dos órgãos a ele vinculados.



Infraestrutura

ENERGIA

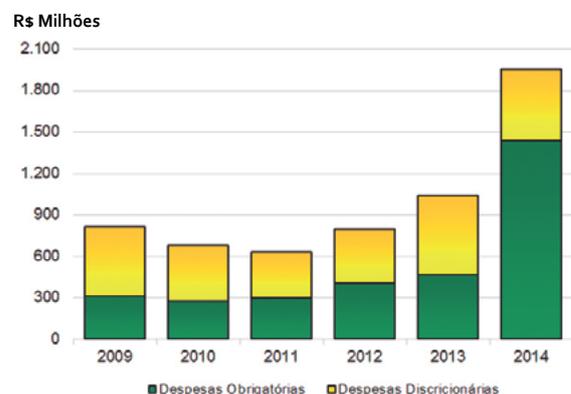
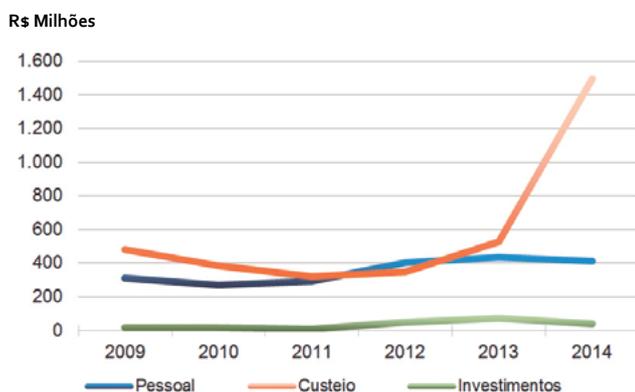
O Ministério de Minas e Energia é o principal órgão responsável por executar as políticas públicas de Energia. Os assuntos que constituem área de competência dele são: geologia, recursos minerais e energéticos; regime hidrológico e fonte de energia hidráulica; mineração e metalurgia; e indústria do petróleo e de energia elétrica, inclusive nuclear.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma empresa pública ligada ao Ministério, também conhecida como Serviço Geológico do Brasil, responsável pela geração de levantamentos geológicos e hidrológicos básicos no território nacional, na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos situados em águas internacionais.

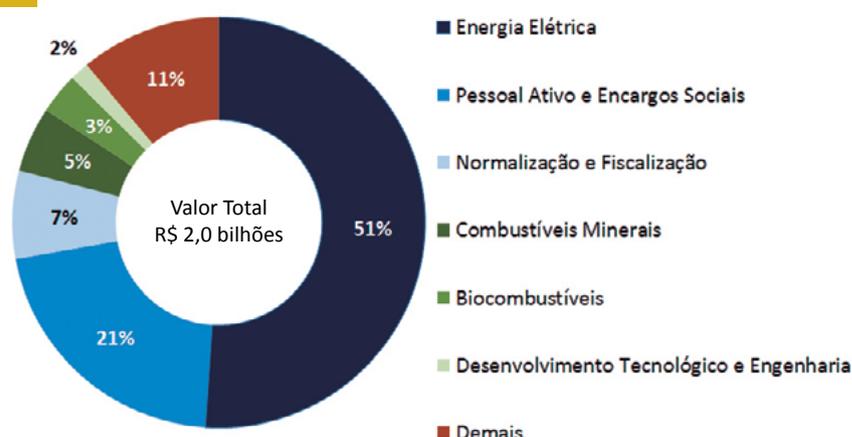
Outra empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia é a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisa destinados a subsidiar o planejamento do setor energético.

O Ministério conta ainda com a atuação das Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel) e do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na regulação desses mercados, de forma a promover seu desenvolvimento equilibrado com benefício para a sociedade, por meio da fiscalização de serviços e atividades correlatas, outorga de concessões e elaboração de estudos e políticas voltados às suas áreas de atuação.

Cabe ressaltar que nossa abordagem refere-se apenas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Assim, estão excluídos os investimentos das empresas estatais não dependentes, como a Petrobras e a Eletrobras, porque elas têm suas ações e dotações relacionadas no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.



Principais Áreas de Atuação



Do total de R\$ 2 bilhões destinados para 2014 no setor de energia, a área de Energia Elétrica receberá R\$ 997,3 milhões. Destaca-se a transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético conforme a *Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002*, no valor de R\$ 961,3 milhões. Merece destaque também a elaboração de estudos de inventário e viabilidade, visando à expansão da geração hidrelétrica, com R\$ 11,1 milhões, e o funcionamento da Ouvidoria da Aneel, que contará com R\$ 14,1 milhões. A Ouvidoria é responsável não só por disponibilizar informações, esclarecimentos e orientações aos consumidores, mas também por registrar as reclamações quanto à prestação dos serviços de energia elétrica pelas concessionárias, permitindo assim a melhoria da qualidade dos serviços de energia elétrica e maior transparência nas ações da Agência.

Serão destinados R\$ 100,5 milhões para a área de Combustíveis Minerais, abrangendo recursos para serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural. O conjunto das ações dessa área permitirá a geração de dados e subsídios técnicos para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios.

Para a área de Normalização e Fiscalização, serão alocados R\$ 135,4 milhões. As principais ações são as de fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis e de fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo, ambas exercidas pela ANP, e dos serviços de energia elétrica, sob responsabilidade da Aneel.

No que se refere à área de Biocombustíveis estão previstos R\$ 62,7 milhões. Tal área cuida da equalização de taxas de juros em empréstimos e financiamentos destinados à estocagem de álcool etílico combustível de acordo com a *Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012*.

Em relação ao Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, serão alocados R\$ 29,3 milhões, sendo R\$ 29,1 milhões para o Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral (Meta), que tem por finalidade ampliar e consolidar os avanços destes setores, inclusive com a elaboração de estudos para a implementação da tecnologia de Ultra Alta Tensão no País, permitindo, dessa forma, otimizar o aproveitamento do potencial hidrelétrico da Bacia Amazônica.

Além das áreas mencionadas, destacamos a Administração de Concessões, que receberá R\$ 2,8 milhões. Destinados à ação de Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

Para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, estão previsto R\$ 412,5 milhões, sendo R\$ 130,9 milhões para a ANP, R\$ 124,1 milhões para a Aneel, R\$ 98,9 milhões para a Administração Direta do MME e R\$ 58,5 milhões para a EPE.

As ações de manutenção dos órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia estão agrupadas no item Demais.

Infraestrutura

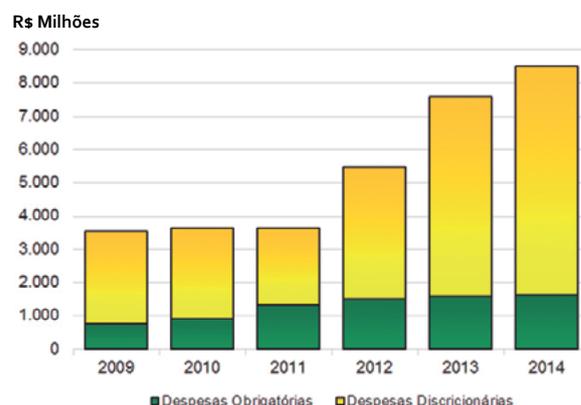
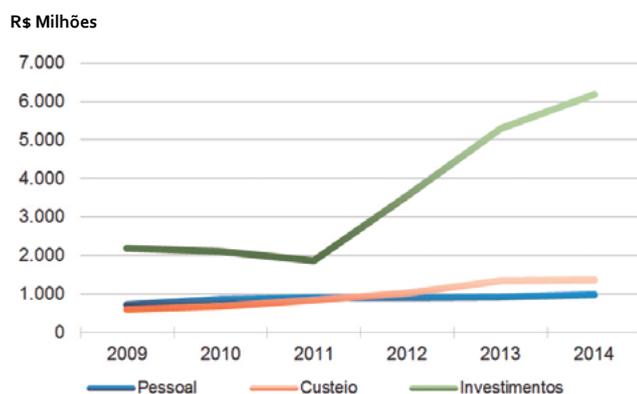
GESTÃO AMBIENTAL

A Constituição, em seu artigo 225, informa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Nessa mesma linha, o artigo 170 determina que a proteção do meio ambiente deve ser considerada nas atividades econômicas, na medida em que impõe tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

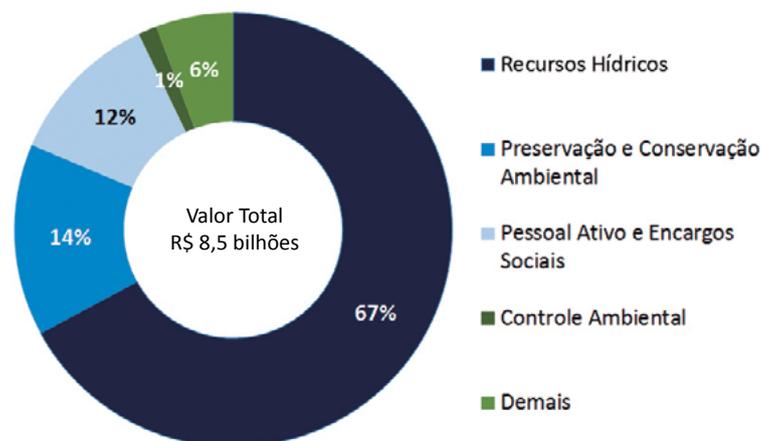
Para dar cumprimento à determinação constitucional de proteção ao meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente é auxiliado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); a Agência Nacional de Águas (ANA); o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

O Ministério possui a missão de promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas. Nesse sentido, como mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente, foram definidos, entre outros instrumentos, o licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, o zoneamento ambiental, a criação de áreas de proteção ambiental e a concessão florestal.

Adicionalmente, por conta de obras relevantes que visam ao desenvolvimento sustentável e autônomo da Região Nordeste, principalmente em seu semiárido, o Ministério da Integração Nacional atua transversalmente na área de Recursos Hídricos, por meio do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF) e da execução de obras relativas à infraestrutura hídrica, com vistas a aumentar a oferta e o acesso à água para consumo e produção, bem como recuperar reservatórios estratégicos.



Principais Áreas de Atuação



A Gestão Ambiental receberá, em 2014, o total de R\$ 8,5 bilhões. A área de Recursos Hídricos contará com o aporte de R\$ 5,7 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão para a integração de bacias hidrográficas, dos quais R\$ 696,3 milhões para a integração do rio São Francisco com as Bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) e R\$ 400 milhões para a integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e a região agreste de Pernambuco e da Paraíba).

Merecem destaque ainda, em Recursos Hídricos, a implantação de obras e equipamentos para oferta de água, com R\$ 1,4 bilhão, a construção de barragens e canais, com R\$ 1 bilhão, a implementação da política nacional de recursos hídricos (*Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de junho de 2000*) com R\$ 214,3 milhões, e a instalação de sistemas de dessalinização de água doce, com R\$ 93,3 milhões.

A área de Preservação e Conservação Ambiental, por sua vez, contará com R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 376,7 milhões para a realização de projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações e para contenção de erosões marinhas e Fluviais, R\$ 360 milhões para financiamento de projetos para mitigação e adaptação à mudança do clima e R\$ 107,6 milhões para apoio à criação, gestão e implementação das unidades de

conservação. Já o Bolsa Verde, que faz parte das ações do Plano Brasil Sem Miséria e concede, a cada trimestre, benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas socioambientais prioritárias, contará com R\$ 106,2 milhões.

Com vistas a fazer frente a essa política, o orçamento prevê, para Pessoal Ativo e Encargos Sociais, R\$ 977,6 milhões, sendo R\$ 79,1 milhões à Administração Central do Ministério, R\$ 18,1 milhões ao SFB, R\$ 521,4 milhões ao Ibama, R\$ 75,3 milhões à ANA, R\$ 34,8 ao JBRJ e, por fim, R\$ 248,9 milhões ao ICMBio.

Em relação ao Controle Ambiental, serão R\$ 118 milhões, com destaque para as ações de monitoramento e controle do desmatamento e dos incêndios florestais, que contarão com R\$ 20 milhões, e de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas, com R\$ 38,4 milhões.

Destacam-se ainda áreas importantes que estão agrupadas em Demais, especialmente ações de impacto direto na gestão ambiental, como, por exemplo, normatização e fiscalização, além de recuperação de áreas degradadas.



Infraestrutura

HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

Atuando de forma conjunta com os governos estaduais e municipais, o Governo Federal, principalmente por meio do Ministério das Cidades, cumpre papel fundamental na política urbana e nas políticas setoriais de habitação e saneamento, reforçando a orientação de descentralização e fortalecimento dos Municípios definida na Constituição.

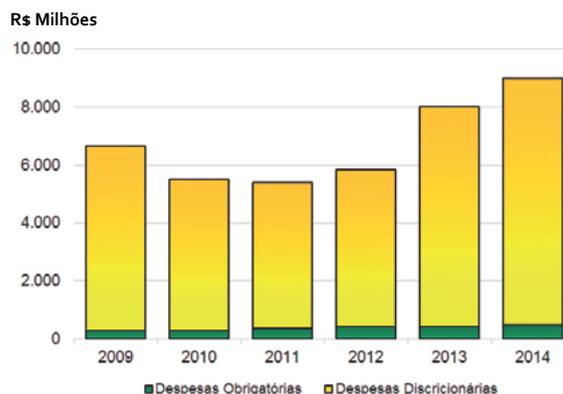
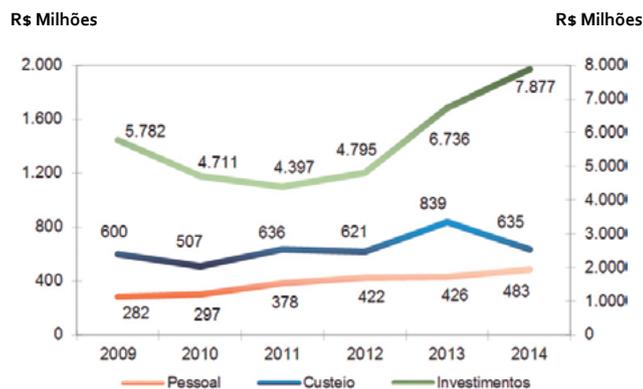
O Governo Federal busca, dessa forma, fortalecer tais competências, não apenas financiando planos, projetos e obras, mas, principalmente, apoiando a capacitação técnica de quadros da administração pública municipal ou dos agentes sociais locais.

Assim, para conseguir atuar nessas diversas áreas de forma concomitante e articulada com os demais entes federativos, o Ministério está dividido em quatro Secretarias Nacionais: de Saneamento Ambiental (SNSA); de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNPU); de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob); e de Habitação (SNH).

A SNSA tem como objetivo institucional promover um significativo avanço, no menor prazo possível, rumo à universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final), além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o consequente controle de enchentes.

Já a SNPU e a Semob são responsáveis pela execução de programas referentes ao planejamento territorial e às políticas de acessibilidade e de mobilidade urbana. Entre os seus principais desafios, estão a implementação de ações que transformem o modelo de urbanização excludente, que hoje ainda é a realidade em grande parcela das cidades brasileiras, em um modelo que estimule processos participativos de gestão territorial, a ampliação do acesso à terra urbanizada e regularizada, bem como a implementação de uma política de mobilidade urbana sustentável, que proporcione o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, beneficiando, principalmente, grupos sociais tradicionalmente excluídos.

Por fim, a SNH é o órgão responsável pela execução de ações na área de Habitação e, entre os seus principais objetivos, estão os que fazem parte da Política Nacional de Habitação (PNH), que são: a universalização do acesso à moradia digna; a promoção da urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade; a democratização do acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis; a ampliação da produtividade; e melhoria da qualidade na produção habitacional.



Infraestrutura HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

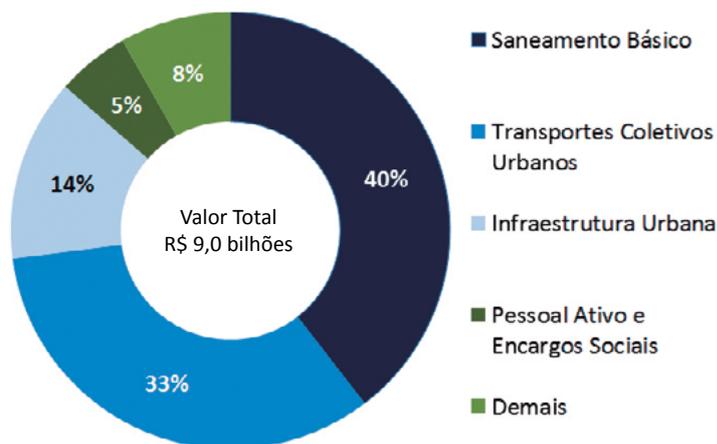
Principais Áreas de Atuação

Para alcançar esses objetivos, será destinado, do orçamento federal de 2014, aos setores de Habitação, Urbanismo e Saneamento, o total de R\$ 9 bilhões.

Desse montante, R\$ 3,6 bilhões serão utilizados no desenvolvimento de projetos e atividades do setor de Saneamento Básico Urbano. Entre as ações dessa área, destacam-se os projetos de apoio aos sistemas de drenagem urbana sustentável e de manejo de águas pluviais que contará com recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão e as ações de apoio à implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de esgotamento sanitário no valor de R\$ 1,1 bilhão, sendo que ambas as ações serão realizadas em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento econômico.

No setor de Urbanismo, a área de Transportes Coletivos Urbanos contará com R\$ 3 bilhões, para implantar e requalificar a infraestrutura dos sistemas de transporte público coletivo urbano (abrangendo os sobre pneus ou trilhos e hidroviários), com os objetivos de ampliar a capacidade e promover a integração intermodal, física e tarifária, a acessibilidade universal e a integração com os meios não motorizados. Ainda nesse setor, estão em execução a expansão e a modernização das malhas metroviárias de trens urbanos das capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco.

Relacionada tanto ao setor de Urbanismo como também ao de Habitação, destaca-se a área de Infraestrutura Urbana, para a qual serão destinados recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Nessa área serão desenvolvidas, entre outras ações, as que fazem parte do programa Moradia Digna, entre elas, a de apoio à urbanização de assentamentos precários, que visa melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda (até três salários mínimos), desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade.



Para o desenvolvimento de todas essas ações, foram alocados R\$ 482,7 milhões para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais relacionados às atividades nesses setores. Desse total, R\$ 347 milhões serão destinados à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que, além da administração central na cidade do Rio de Janeiro, possui superintendências nas cidades de Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal e Recife. Outra parcela do valor total, R\$ 95 milhões, será destinada para a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), que possui quadro próprio de aproximadamente mil empregados. Por fim, a administração direta do Ministério das Cidades contará com R\$ 40,7 milhões.

No item Demais estão inclusas outras ações que fazem parte de programas relacionados ao Saneamento, ao Urbanismo e à Habitação. Entre essas, destaca-se a ação de apoio à elaboração de planos e prestação de serviços de assistência técnica para habitação de interesse social, que busca a continuidade do processo de diminuição do déficit habitacional do País, tanto no meio urbano, como no rural.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, visa aumentar o acesso à moradia digna a milhares de famílias brasileiras, que moram tanto na cidade quanto no campo, com especial atenção às famílias que são menos favorecidas, residem em áreas de risco ou em condições precárias, são dirigidas por mulheres ou tenham pessoa com deficiência.

O PMCMV, desde seu lançamento, já contratou 2 milhões de moradias e até 2015 está prevista a contratação de 3,75 milhões de unidades habitacionais, para tanto, serão investidos R\$ 14,9 bilhões em 2014. Adicionalmente, serão destinados recursos para apoiar projetos e obras de urbanização de assentamentos precários, que incluem construção de casas e apartamentos, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem, contenção de encostas, entre outras iniciativas.

Infraestrutura

TRANSPORTE

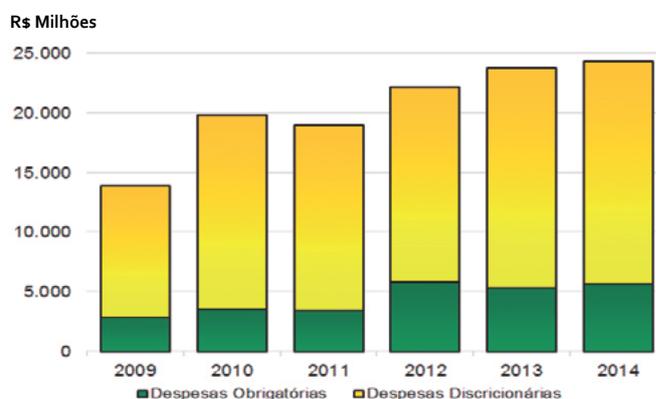
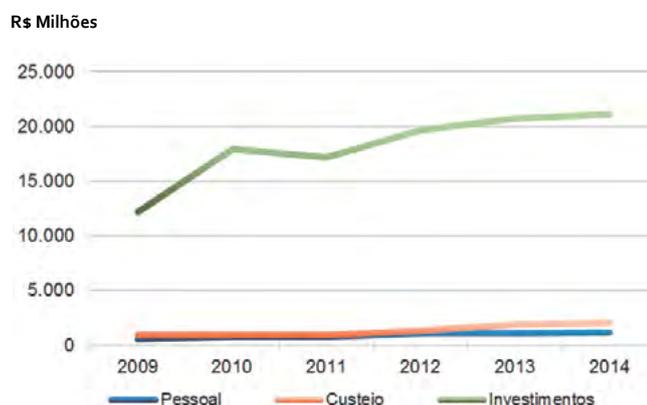
Para garantir a liberdade de locomoção das pessoas dentro do território nacional e reduzir os custos logísticos da produção de bens, cabe ao Ministério dos Transportes a execução dessa política pública, juntamente com as Secretarias de Portos e de Aviação Civil, vinculadas à Presidência da República. Entre as áreas de competência do Ministério, encontra-se a política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário.

Para a execução dela, os órgãos especializados que auxiliam o Ministério são o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e a Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL).

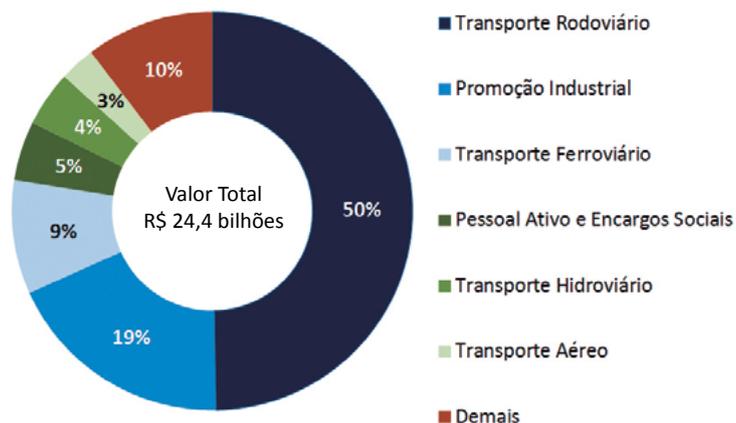
Ao DNIT compete a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, o que abrange operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e a ampliação mediante a construção de novas vias e terminais, cuja atuação concentra-se nas vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais. A Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é responsável pela construção e exploração de infraestrutura ferroviária. E a EPL tem por objetivo planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte e prestar serviços na área de estudos e pesquisas no setor de transportes.

Além desses órgãos especializados, é vinculada ao Ministério. a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), agência reguladora que atua na fiscalização dos transportes ferroviários e do rodoviário de passageiros, de cargas e das rodovias concedidas, propõe planos de outorgas para exploração da infraestrutura e edita normas e regulamentos.

Por fim, existe o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que atua na política de fomento à indústria de construção naval.



Principais Áreas de Atuação



Do valor total de R\$ 24,4 bilhões previstos para o setor de Transporte, R\$ 12,1 bilhões serão alocados para o Transporte Rodoviário. Trata-se de ações para manutenção no valor de R\$ 4,6 bilhões, que envolvem serviços de recuperação, restauração, conservação e sinalização das rodovias federais. Estão previstos também R\$ 3,7 bilhões para a adequação de trechos rodoviários, assim como R\$ 2,7 bilhões para a construção de contornos, pontes, travessias urbanas e acessos, definidos pelos Estados. Destaca-se a manutenção de trechos rodoviários na região nordeste que receberá R\$ 1,4 bilhão.

Quanto à Promoção Industrial, serão investidos R\$ 4,5 bilhões em ações para o fomento ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval, destinados à construção de navios e à implantação e modernização de estaleiros, a cargo do FMM.

No que se refere ao setor Ferroviário, será alocado R\$ 2,2 bilhões para expansão da malha ferroviária e eliminação de gargalos na malha existente por meio da construção de contornos ferroviários, adequações de ramais, construção de viadutos e segregação de linhas férreas, com vistas a reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, diminuindo congestionamentos, e as interrupções no fluxo de veículos. Destacam-se a construção das ferrovias Norte-Sul, com R\$ 1,1 bilhão e Oeste-Leste no valor de R\$ 1 bilhão.

Já o setor Hidroviário receberá R\$ 1,1 bilhão. Destacamos investimentos que buscam colocar os terminais portuários brasileiros no mesmo patamar de competitividade dos mais eficientes do mundo. O setor conta também com ações de apoio à implantação de melhoramentos no canal de navegação da hidrovía do rio Tietê, no valor de R\$ 157 milhões; melhoramento nos canais de navegação dos rios Paraná, Paraguai,

Tocantins, Madeira, Tapajós, São Francisco, Amazonas e do Corredor do Mercosul, previstos R\$ 40 milhões; as ações de dragagem e adequação da navegabilidade em portos na Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina, Piauí, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, pertencentes ao Programa Nacional de Dragagem (PND), com valor de R\$ 214,8 milhões; entre outras iniciativas.

No que se refere a Transporte Aéreo, estão previstos R\$ 700,8 milhões. Destacamos o Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) com ações de construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse estadual, que receberá R\$ 553,8 milhões. Estão previstos também investimentos na ordem de R\$ 135,3 milhões para construção, reforma e reaparelhamento das infraestruturas em aeroportos de interesse federal.

Cabe ressaltar que nossa abordagem refere-se apenas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Assim, estão excluídos os investimentos da estatal não dependente Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Seu investimento para 2014 será de R\$ 1,7 bilhão, valor que se encontra no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.

Agrupados no item Demais, destacamos estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo; estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); gastos relacionados à gestão da política dos transportes; recursos para a regulação e fiscalização realizadas pela Agência Reguladora (ANTT) entre outros.

Área Especial

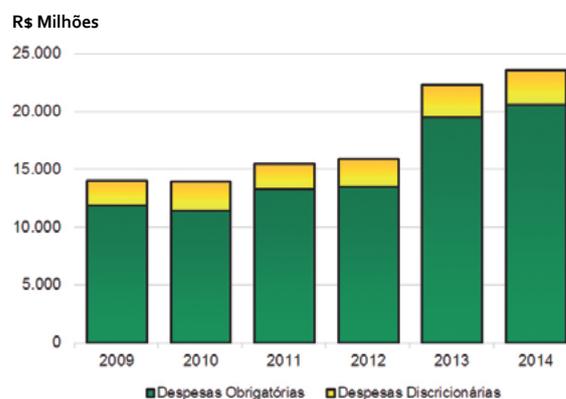
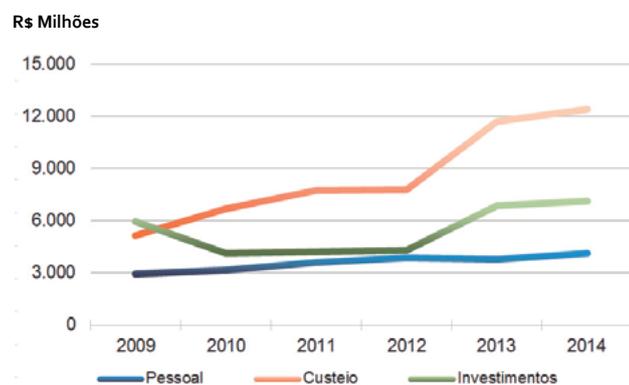
AGRICULTURA

A Agricultura é tema previsto no artigo 187 da Constituição, que assegura à política agrícola o planejamento e a execução na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes. Para tal, são levados em consideração os instrumentos creditícios e fiscais, de fixação de preços compatíveis com os custos de produção e de garantia de comercialização, o incentivo à pesquisa e à tecnologia, a assistência técnica e extensão rural, o seguro rural, o cooperativismo, a eletrificação e irrigação rural e a habitação para o trabalhador rural.

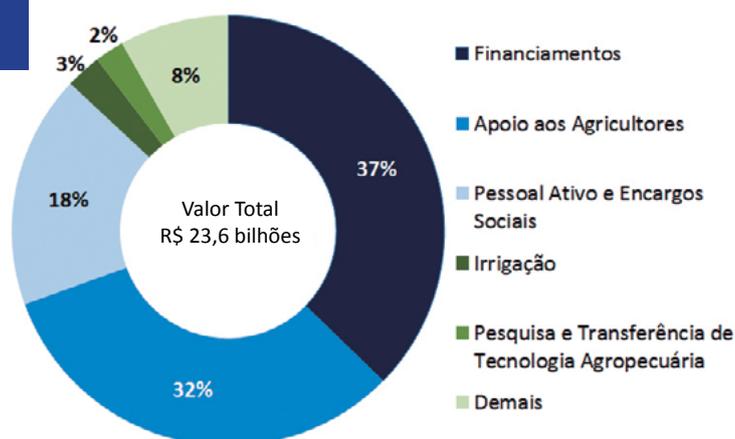
Para promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio com o objetivo de atender os consumidores brasileiros e estrangeiros. A sua atuação baseia-se na busca da sanidade da produção animal e vegetal, da organização das cadeias produtivas do agronegócio, da modernização e execução dos instrumentos da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais buscando o bem-estar social no meio rural.

O Ministério, além das Secretarias, possui uma rede de 27 Superintendências Federais, seis Laboratórios Nacionais Agropecuários e dois órgãos singulares, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) para efetivação dos programas governamentais. Outras instituições responsáveis pelas atividades na área da agropecuária são a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp).

Colaboram com o agronegócio e com a produção rural, o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a execução de ações relativas ao desenvolvimento e à produtividade da aquicultura e da pesca, o Ministério da Integração Nacional, com as ações voltadas à irrigação e abastecimento hídrico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário com temas ligados à agricultura familiar, e, o Ministério da Fazenda, que atua nas políticas fiscal, creditícia e seguro rural.



Principais Áreas de Atuação



Do montante de R\$ 23,6 bilhões destinados à Agricultura, serão alocados R\$ 8 bilhões, na área de financiamentos, os quais, podem ser citados os voltados ao Agronegócio Café com valor de R\$ 3,8 bilhões e à Agricultura Familiar com R\$ 150 milhões. Além disso, R\$ 2,7 bilhões são para garantir a sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e R\$ 200 milhões para a Formação de Estoques Públicos (AGF), que além de formar estoques estratégicos, possibilita ao Governo intervir no mercado visando garantir, caso necessário, os preços mínimos definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.

Serão alocados, ainda, R\$ 7,6 bilhões em apoio aos agricultores. Esse apoio é dado aos produtores brasileiros por meio da equalização de juros, na qual o Governo cobre a diferença entre a taxa de juros praticada no mercado financeiro e a taxa efetivamente paga pelo produtor. Destacam-se aqui os que vão para a Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 3,2 bilhões, e os que vão para as Operações de Custeio Agropecuário, R\$ 1,9 bilhão.

A área de Irrigação receberá R\$ 629,3 milhões para a implantação e transferência da gestão do perímetro de irrigação em vários Estados, além de administração de perímetros públicos de irrigação e estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Dos R\$ 516,9 milhões para a Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agropecuária, destacam-se a pesquisa e o desenvolvimento com R\$ 384,3 milhões e a transferência de tecnologias desenvolvidas com R\$ 83,4 milhões, ambos no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela Embrapa nas suas linhas de pesquisa localizadas em todas as regiões do país e no exterior.

Com vistas a desenvolver essa política, o orçamento prevê, para Pessoal Ativo e Encargos Sociais, R\$ 4,1 bilhões,

sendo R\$ 1,6 bilhão às Superintendências Federais de Agricultura e à Administração Central do Ministério, R\$ 1,9 bilhão à Embrapa, R\$ 592 milhões à Conab e, por fim, R\$ 34,2 milhões à Pesca e Aquicultura.

Nas Demais áreas destacamos, ainda, a atuação do Governo Federal na subvenção ao prêmio de Seguro Rural, que prevê a garantia do aumento da base do seguro agrícola privado e a diluição do risco de perda por parte das seguradoras e resseguradoras, com a aplicação de R\$ 400 milhões, no Abastecimento, Armazenagem e Comercialização com R\$ 118,7 milhões e Infraestrutura para Pesca e Aquicultura com R\$ 44,7 milhões.

A Proposta Orçamentária de 2014 proporcionará, ainda, o início da execução do Plano Nacional de Armazenagem - PNA, lançado no contexto do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, que viabiliza linhas de crédito para a iniciativa privada proceder a investimentos em armazenagem. Para o exercício de 2014, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 250 milhões em todo o país, destinados à ampliação da rede armazenadora da CONAB, mediante a construção de 10 novas unidades armazenadoras (5 delas na Região Nordeste) e a reforma, ampliação, modernização e/ou realocação dos atuais armazéns. Os recursos deverão melhorar a efetividade na execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o equilíbrio na oferta de alimentos ao consumidor, visando minimizar as oscilações de preços e os riscos de impacto sobre a inflação. Além disso, permitirão apoiar ações de Defesa Civil, viabilizando a logística de distribuição de alimentos para ajuda às comunidades atingidas por intempéries. Com as medidas, a capacidade estática de armazenagem pública Federal passará dos atuais 2,01 milhões para 2,50 milhões de toneladas.

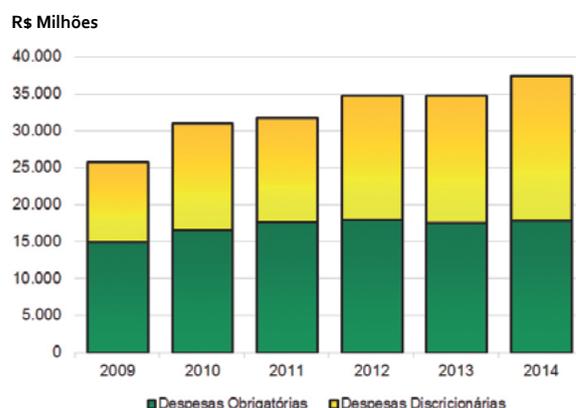
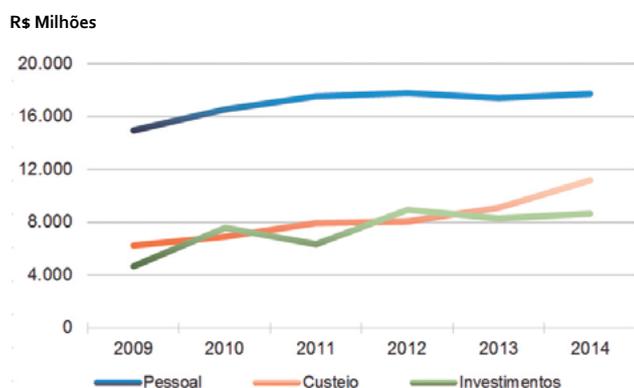
Área Especial

DEFESA NACIONAL

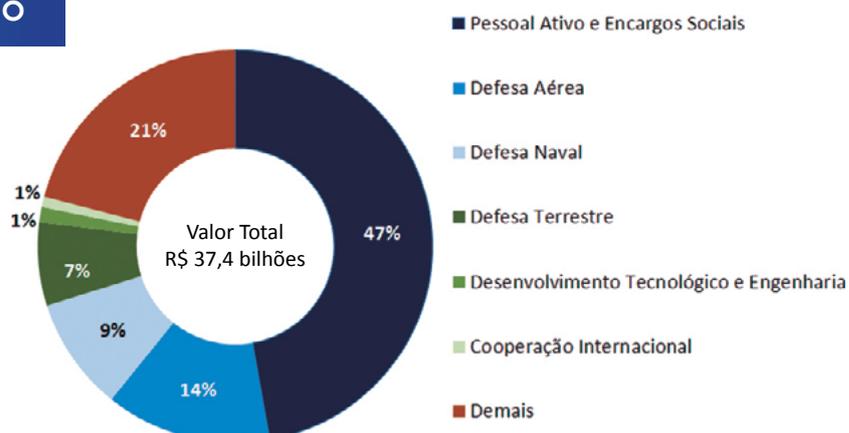
As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

O Ministério da Defesa é o órgão responsável pela direção superior das Forças Armadas, constituídas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em 2008 foi editado o *Decreto nº 6.703*, instituindo a Estratégia Nacional de Defesa (END), cujos objetivos desdobram-se em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas. A efetiva implantação das ações decorrentes da Estratégia teve início em 2010, definindo os setores cibernético, nuclear e espacial como estratégicos e essenciais para a Defesa Nacional.



Principais Áreas de Atuação





Do total de R\$ 37,4 bilhões previstos, R\$ 17,7 bilhões são para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais. Vale destacar que, pelas funções que exerce, é inerente à Defesa Nacional ter grande efetivo de pessoal.

A Defesa Aérea receberá R\$ 5,1 bilhões. Desse montante, R\$ 959 milhões serão alocados no desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas em conjunto com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Será destinado ainda R\$ 1,5 bilhão, para ações de operação e manutenção do Sistema do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). O Sisceab tem por finalidade prover os meios necessários para o gerenciamento do espaço e serviço de navegação aérea com vistas à vigilância, à segurança e à defesa do espaço aéreo brasileiro. Merece destaque, também, a aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral que contará com R\$ 670,3 milhões. Para a aquisição e modernização de aeronaves com o objetivo de recuperar e manter suas capacidades operacionais, serão R\$ 492 milhões. Para suas operações, serão gastos com manutenção e suprimento de material aeronáutico R\$ 550 milhões e R\$ 500 milhões com combustíveis e lubrificantes de aviação.

A Defesa Naval receberá R\$ 3,5 bilhões em 2014. Destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) com R\$ 1,6 bilhão, que compreende a Implantação de Estaleiro e Base Naval para submarinos, a construção de

quatro submarinos convencionais e o desenvolvimento e a construção de um submarino nuclear. Serão alocados R\$ 649,7 milhões no aprestamento da marinha e R\$ 397,6 milhões na aquisição e modernização das embarcações que auxiliam nas operações navais. Também serão construídos navios-patrolha, R\$ 36 milhões e submarinos R\$ 670,1 milhões.

A Defesa Terrestre receberá R\$ 2,6 bilhões. Desse montante, R\$ 411,5 milhões destinam ao aprestamento do Exército. Para a logística militar terrestre os valores chegam a R\$ 353,6 milhões. Ações de aquisição e modernização dos meios do exército contarão com R\$ 196,2 milhões. Ainda buscando reestruturar as forças do Exército, serão adquiridos os Blindados do Guarani, R\$ 118 milhões, veículos com proteção contra armas químicas, biológicas e radioativas. Serão 2.044 unidades do Guarani até 2032, substituindo de forma gradual os carros existentes. Outra iniciativa que busca retomar a indústria de defesa no País é o Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020, projeto que visa a produção de míssil e foguete guiado, e, para tanto, receberá R\$ 91 milhões. Destacam-se ainda o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), com R\$ 213 milhões; e o Sistema Integrado de Produção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), R\$ 30 milhões.

Para o desenvolvimento tecnológico e engenharia serão destinados R\$ 467,3 milhões para ações de tecnologia nuclear da marinha e pesquisa, desenvolvimento e capacitação no setor aeroespacial.

As três Forças atuam também de forma combinada no controle do tráfego aéreo, fluvial e terrestre, contribuindo para reduzir o fluxo ilegal de armas e drogas, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais. A Cooperação Internacional, que contará com R\$ 317,7 milhões, tem como principal destaque as missões de paz, com a presença do Brasil na Missão das Ações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

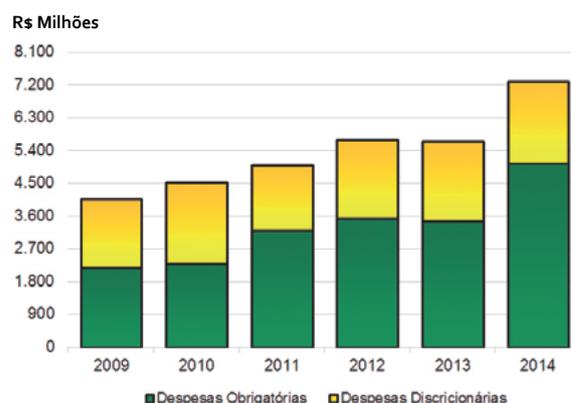
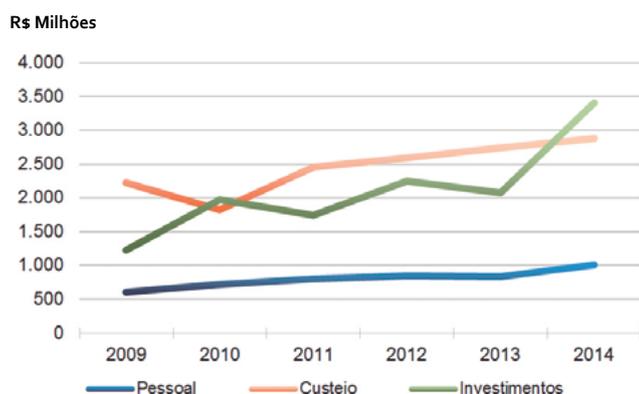
No item Demais temos, entre outras, ações de formação de recursos humanos no âmbito das três Forças, R\$ 142,4 milhões, assistência comunitária que envolve ações de cooperação e obras de infraestrutura, R\$ 91,2 milhões. Além disso, serão destinados para a aquisição e construção de próprios nacionais residenciais nas três Forças, o valor de R\$ 51,4 milhões, e R\$ 197,5 milhões no financiamento de imóveis para o pessoal da Marinha e da Aeronáutica.



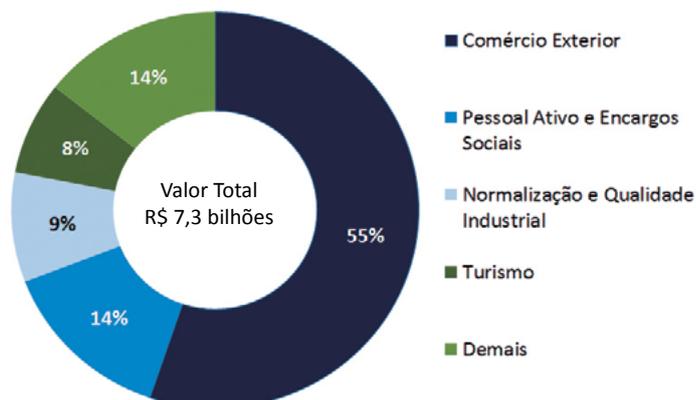
Área Especial

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

Além de ser o principal órgão responsável pela implementação de medidas que estimulem o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior possui como área de competência os seguintes assuntos: propriedade intelectual e transferência de tecnologia; metrologia, normalização e qualidade industrial; as políticas de comércio exterior;. Além do citado Ministério, o Ministério do Turismo e o Ministério das Minas e Energia desenvolvem importantes ações relacionadas ao tema.



Principais Áreas de Atuação





Nesses termos, para o desenvolvimento da área em geral, o Governo Federal destinará cerca de R\$ 7,3 bilhões.

No caso específico de comércio exterior, são atribuições do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: promover a implementação de mecanismos de defesa comercial, com vistas a proteger os produtores nacionais das práticas comerciais, como os subsídios ilegais e as exportações ao País com preços abaixo do custo de produção, ou seja, o dumping; participar de negociações de tratados internacionais, tais como o do Mercosul; propor medidas para o aperfeiçoamento do setor; formular política de informações; e elaborar e divulgar informações relacionadas a essa área.

Dessa forma, estão previstos R\$ 4 bilhões para o desenvolvimento de ações voltadas para o Comércio Exterior. Entre elas, destacam-se as ações de financiamento e equalização de juros para a promoção de exportações (Proex), que é um instrumento de financiamento às exportações brasileiras de bens e serviços, voltado principalmente ao apoio das exportações de micro e pequenas empresas, consistindo no pagamento feito pelo Governo Federal do valor da exportação à vista ao exportador brasileiro que, assim, pode oferecer ao importador prazo para o pagamento da transação.

A área de Normalização e Qualidade, terá disponível o total de R\$ 651,5 milhões para o desenvolvimento

de suas ações, como a de serviços de metrologia e qualidade industrial, que buscam incentivar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia.

No setor de Serviços, além do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também há a atuação do Ministério do Turismo, que tem como função desenvolver o turismo como atividade econômica sustentável, como papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Assim, para a área de Turismo, serão destinados R\$ 553,7 milhões ao desenvolvimento da infraestrutura turística, à implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e à promoção turística do Brasil no exterior.

Estão previstos gastos com Pessoal Ativo e Encargos Sociais dos diversos órgãos envolvidos com o setor de Indústria, Comércio e Serviços, no valor de R\$ 1 bilhão. Desse total, R\$ 514,9 milhões serão destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e suas entidades vinculadas: o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Já o Ministério das Minas e Energia contará com R\$ 455,3 milhões, que também serão repartidos entre a administração central e suas entidades vinculadas que atuam na área, como a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Por fim, o Ministério do Turismo terá disponível R\$ 44,1 milhões para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais da administração central e de sua entidade vinculada, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

No item Demais, entre outras ações, destacam-se as que fazem parte da área de mineração, que contará com uma dotação de aproximadamente R\$ 75,2 milhões para o desenvolvimento de projetos e atividades como, por exemplo, os que constam no programa de gestão estratégica da geologia, da mineração e da transformação mineral. Entre os objetivos desse programa, consta a busca pelo fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, além da articulação com a indústria mineral para promover a cultura e a prática de inovação tecnológica no setor mineral.

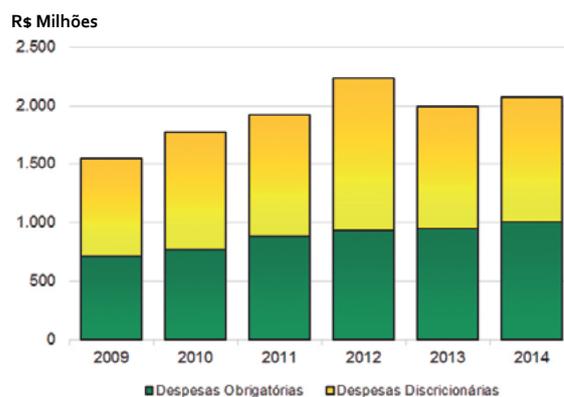
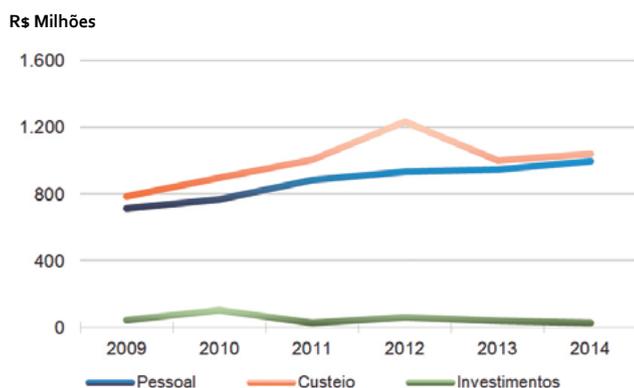
Área Especial

RELAÇÕES EXTERIORES

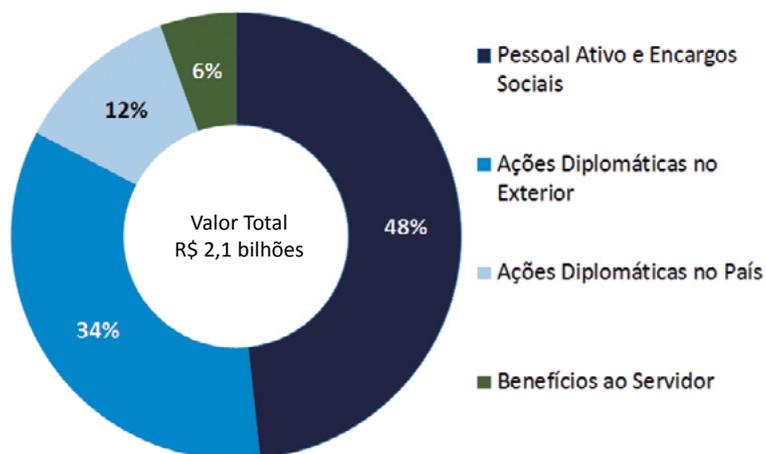
O Ministério das Relações Exteriores tem a missão institucional de auxiliar a Presidência da República na formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução, manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e de brasileiros no exterior. Visa criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados, e ao princípio da não intervenção.

O objetivo do Ministério é fortalecer a inserção do Brasil no cenário internacional e a integração sul-americana. Esse órgão, por intermédio do seu corpo diplomático, atua na área consular, ou seja, emissão de passaportes e vistos, legalizações, registros de nascimento, procurações e demais serviços prestados no exterior, e na área de cooperação técnica.

O Ministério atua, ainda, em diferentes correntes para promover os interesses nacionais e os valores da sociedade brasileira. O Brasil está credenciado a assumir responsabilidades no plano internacional, conciliando, no plano interno, o amadurecimento democrático com progresso social e econômico, acumulando avanços em áreas como direitos humanos, meio ambiente e energia renovável.



Principais Áreas de Atuação



Do total de R\$ 2,1 bilhões a ser alocado em Relações Exteriores, R\$ 1 bilhão será destinado ao pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais. Esses servidores atuam no País e no exterior, nos 226 postos de representação distribuídos pelo mundo, prestando serviços de interesse nacional a brasileiros e a estrangeiros, intermediando a relação do Brasil com outras Nações para difundir a cultura, promover as exportações brasileiras, atrair investimentos, apoiar a internacionalização de empresas brasileiras, divulgar o produto turístico nacional, entre outros.

As Ações Diplomáticas no Exterior receberão cerca de R\$ 712,2 milhões, alcançando temas como paz e segurança, finanças, comércio, meio ambiente, energia, entre outros. Assim, os recursos são destinados, entre

outras ações, às relações e negociações bilaterais e multilaterais, R\$ 539 milhões, principalmente com os Países-membros da União Europeia, do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Associados; à administração das unidades, R\$ 100,2 milhões; à difusão cultural e divulgação do Brasil no exterior, R\$ 29,1 milhões; e à cooperação humanitária internacional, R\$ 19,2 milhões.

Para as Ações Diplomáticas no Brasil, serão alocados cerca de R\$ 246,2 milhões sendo R\$ 138,3 milhões destinados à administração do Ministério das Relações Exteriores, R\$ 12,1 milhões para a realização de eventos oficiais, R\$ 2,5 milhões para a formação e ao aperfeiçoamento de diplomatas, e R\$ 2 milhões para a concessão de bolsas no sistema educacional brasileiro a alunos estrangeiros.





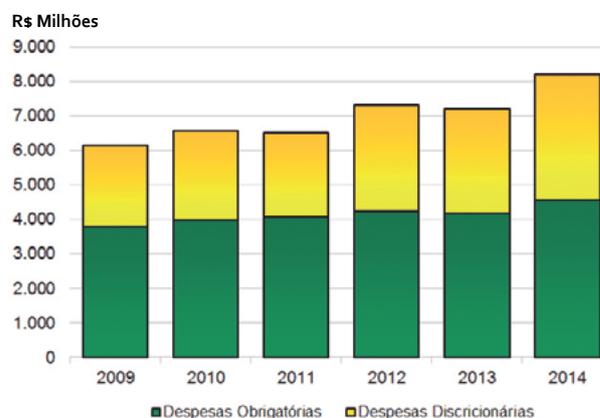
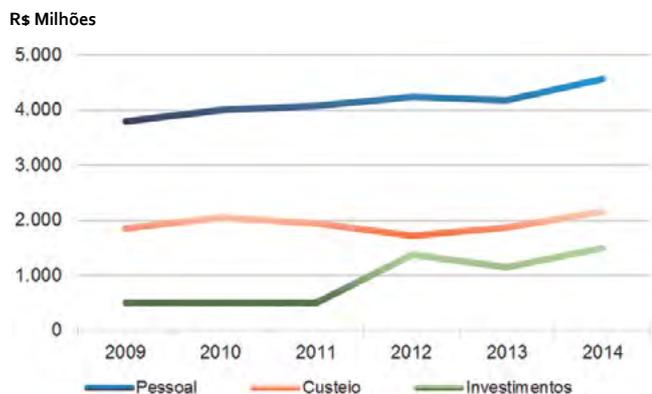
Área Especial

SEGURANÇA PÚBLICA

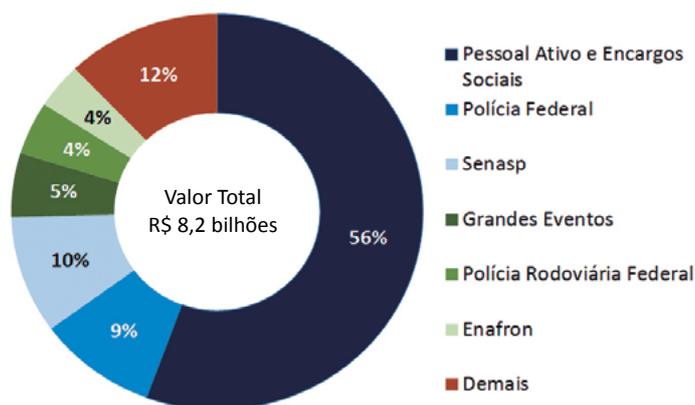
Segurança Pública pode ser entendida como o afastamento, por meio de organizações próprias, de perigo que possa afetar a ordem pública, sem prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão. A Constituição, em seu artigo 144, determina Segurança Pública como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

No Governo Federal, o Ministério da Justiça é o órgão responsável por implementar grande parte das políticas públicas relacionadas a esse tema, tanto que sua missão é garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, por meio de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade.

No âmbito desse Ministério, as atividades são exercidas pelos Departamentos de Polícia Federal (DPF) e de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), gestora do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); e pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).



Principais Áreas de Atuação



Do montante de R\$ 8,2 bilhões destinados para Segurança Pública, R\$ 4,6 bilhões serão utilizados para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, sendo R\$ 2,5 bilhões para o DPF; R\$ 1,6 bilhão para o DPRF; R\$ 314,2 milhões para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e R\$ 164,2 milhões para o Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais do Ministério da Justiça.

A polícia federal receberá recursos na ordem de R\$ 770,1 milhões. Trata-se de gastos para com administração das unidades, o funcionamento do sistema de emissão de passaporte; o controle de tráfego internacional e de registros de estrangeiros; ações de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas; policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais; além da implantação, manutenção e atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEPOL.

A Senasp contará com R\$ 790,4 milhões. O trabalho dessa Secretaria consiste em atuar na prevenção à violência, buscando atingir as suas causas, sem deixar as estratégias de ordenamento social. Além disso, a Senasp é gestora do FNSP, que mantém o pronto emprego da Força Nacional de Segurança Pública. Para 2014, destacamos o Programa Brasil Mais Seguro, R\$ 477,8 milhões, que prevê três eixos de atuação: a melhoria da investigação das mortes violentas; o fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade (comunitário); e o controle de armas.

O Brasil sediará grandes eventos nos próximos anos, em especial, a Copa do Mundo de 2014, para tanto, o País deverá contar com uma estrutura física e organizacional com bases sólidas, visando uma complexa operação de logística e segurança para receber delegações, convidados, autoridades, profissionais de imprensa e turistas, nas cidades que sediarão os eventos. Nesse contexto, foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE, no Ministério da Justiça - MJ, que será a responsável pela coordenação das ações preventivas de segurança pública relativas a esses eventos e promoverá a integração das forças policiais federais e estaduais das cidades-sede, de polícias estrangeiras, como a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) e de outros órgãos federais, estaduais e municipais, como Anvisa, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, concessionárias de energia, luz e gás. Para desenvolver essas ações a SESGE contará, em 2014, com o montante de R\$ 428,4 milhões.

A Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) refere-se ao Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo *Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011*, com o objetivo de fortalecer a prevenção, a repressão, o

controle e a fiscalização dos crimes praticados na faixa de fronteira brasileira. As estratégias do Plano contemplam: ampliar a presença das forças de segurança nas regiões fronteiriças; modernizar os equipamentos de segurança pública localizados na fronteira; desenvolver capacidade de atuação e gestão integrada entre os diversos órgãos de segurança pública do País (Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, Receita Federal e as polícias federais, estaduais e municipais); e aprofundar a cooperação com os países fronteiriços no combate ao crime nas fronteiras. Para essas ações, serão gastos recursos na ordem de R\$ 307,2 milhões, no âmbito do Ministério da Justiça.

No âmbito da Polícia Rodoviária Federal, que contará com R\$ 357,6 milhões, destacamos os R\$ 174,3 milhões que serão destinados para ações de policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.

Em Demais, destacamos importantes ações na área de defesa civil, R\$ 114 milhões, que são de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, que tem, entre outras iniciativas, o mapeamento das áreas de risco, a coordenação e fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, assim como a ampliação e a modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres (Senad). Além disso, há também previstos R\$ 49,4 milhões as ações de inteligência em âmbito do Governo Federal.



DESTAQUE DO ORÇAMENTO NOS ESTADOS BRASILEIROS

Neste capítulo, apresentamos projetos e atividades de destaque, por Região e por Estado, presentes no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2014 (PLOA 2014). A localização dos investimentos públicos é definida no processo de planejamento nacional com os objetivos de reduzir as desigualdades regionais e intraurbanas, aproveitar potenciais econômicos, complementar as redes de infraestruturas já existentes, ampliar o acesso da sociedade a equipamentos de saúde, assim como em ações para educação e cidadania.

É importante considerarmos que os investimentos localizados em um determinado Estado da Federação beneficiam todo o Brasil. Quando investimos no Porto de Santos, por exemplo, a produção de toda sua área de influência é incentivada. Igualmente, quando construímos uma usina hidrelétrica no Estado de Rondônia, a energia produzida alimenta outros Estados.

A Constituição Federal define as áreas em que atuam, separadamente, o Governo Federal, os governos estaduais e os municipais. Define ainda em quais assuntos as três esferas federativas devem unir seus esforços para melhorar as condições de vida dos cidadãos. O Estados e os Municípios contam com arrecadação e orçamentos próprios e muitos dos projetos e das atividades que beneficiam a população são desenvolvidos com recursos encontrados nesses orçamentos e não no Orçamento da União.

Os nossos representantes no Congresso Nacional, Deputados e Senadores, atuam para direcionar os recursos do Orçamento Federal ao atendimento das necessidades de seus Estados de origem. Após a Presidenta da República encaminhar o PLOA 2014 ao Congresso, na fase de apreciação e votação, eles podem alterar parte do orçamento, sob determinadas regras, para incluir novos projetos e atividades, aumentar ou reduzir recursos já contemplados ou apenas remanejá-los, através das chamadas emendas parlamentares.

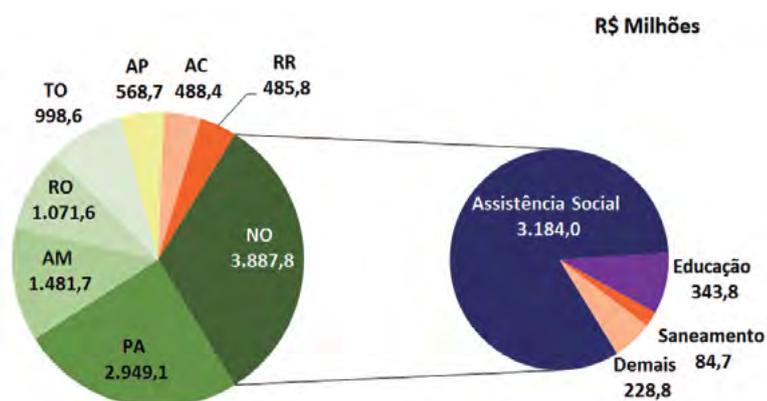
RESSALTAMOS QUE GRANDE PARTE DAS DESPESAS DA LEI ORÇAMENTÁRIA FEDERAL NÃO ESTÁ IDENTIFICADA NOMINALMENTE PARA DETERMINADO ESTADO OU REGIÃO. São Gastos geralmente executados em benefício de toda população. Nas despesas correntes, podemos citar o Abono e o Seguro-Desemprego. Os investimentos tratados nacionalmente retratam uma estimativa de utilização dos recursos do orçamento do país, cuja maioria se dá mediante celebração de convênios com Estados e Municípios durante o ano. Citamos, como exemplo, a Implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da Saúde, que seguem rito processual de seleção por meio de edital.

Lembramos ainda que as informações tratadas neste capítulo referem-se a despesas discricionárias do Poder Executivo.

Região NORTE



A Região Norte é composta por sete Estados, Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO). Detém a maior extensão territorial do País, ocupando 45% do território nacional, e possui uma população de aproximadamente 16 milhões de habitantes (Censo 2010). A região receberá do orçamento federal de 2014 um montante de R\$ 11,9 bilhões, dos quais aproximadamente R\$ 3,8 bilhões não foram atribuídos a nenhum Estado específico, mas para a Região Norte como um todo.



Dos R\$ 3,8 bilhões, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, Saneamento e Educação.

Na área de Assistência Social, os R\$ 3,2 bilhões serão alocados integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na Educação, as dotações orçamentárias, no montante de R\$ 343,8 milhões, serão integralmente alocadas no apoio à alimentação escolar na Educação Básica.

Com relação ao Saneamento, dos R\$ 84,7 milhões alocados, R\$ 43,4 milhões serão para implantar, ampliar ou melhorar o sistema de esgotamento sanitário em municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Além disso, outros R\$ 34,6 milhões servirão para o aprimoramento do sistema de abastecimento de água, também para municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Por fim, quanto às demais despesas, que contam com R\$ 228,8 milhões, destacam-se as ações relacionadas ao apoio à urbanização e melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários, e as voltadas ao programa de Ciência, Tecnologia e Inovação, como o fomento a projetos institucionais para a pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia).

Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente por cada estado da Região.

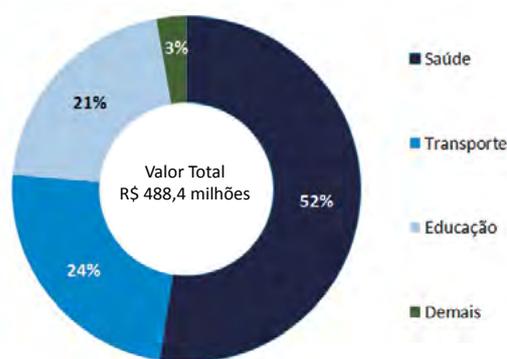
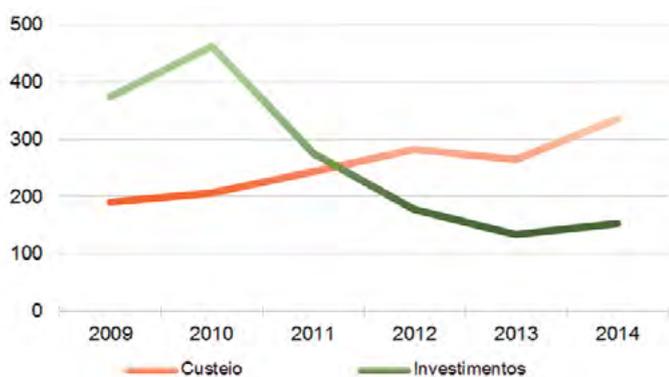
Região Norte

ACRE



O Estado do Acre (AC) possui uma população de aproximadamente 733 mil habitantes (Censo 2010). Historicamente, a economia acreana baseia-se no extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha. Atualmente, a madeira é o principal produto de exportação do Estado, que também é grande produtor de castanha-do-pará, fruto do açaí e óleo da copaíba.

R\$ Milhões



Em relação à Saúde, dos R\$ 256,4 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 163,4 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com o montante de R\$ 48,7 milhões.

Os investimentos no setor de Transporte somam R\$ 116,5 milhões, dos quais R\$ 111,6 milhões serão alocados para a manutenção do modal rodoviário, com destaque para a construção de trecho rodoviário Sena Madureira - Cruzeiro do Sul, na BR-364, e a manutenção de trechos rodoviários no Estado.

Na Educação, os R\$ 102 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 56,2 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 26 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

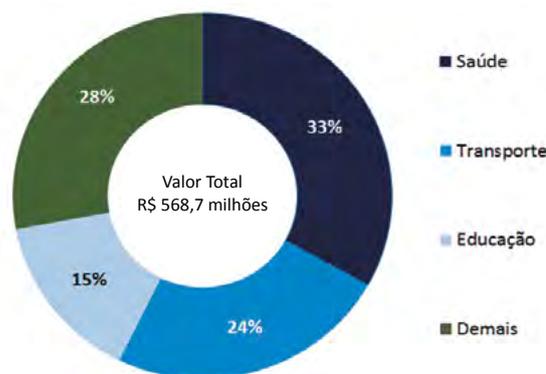
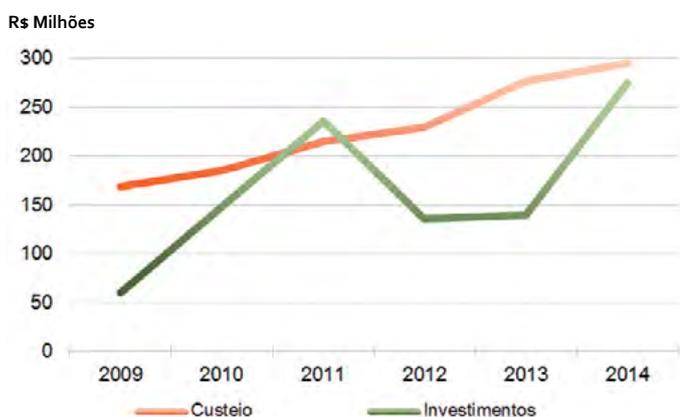
Por fim, a área de Demais terá dotações orçamentárias destinadas, principalmente, aos serviços de proteção social para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que somam R\$ 6,3 milhões.

Região Norte

AMAPÁ



O Estado do Amapá (AP) possui uma população de aproximadamente 669 mil habitantes (Censo 2010). Dentre as atividades econômicas praticadas no Amapá, as principais estão envolvidas com o extrativismo, com a agricultura e com a indústria. Uma importante fonte de recursos financeiros é a extração de castanha-do-pará e madeira, outro item de destaque na economia amapaense é a extração de manganês.



Em relação à Saúde, dos R\$ 188,2 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 118,5 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com o montante de R\$ 34,5 milhões.

No setor de Transporte serão alocados R\$ 137,3 milhões no Estado, dos quais R\$ 130,6 milhões referem-se ao modal rodoviário, que tem como destaque as ações de construção dos trechos rodoviários Ferreira Gomes – Oiapoque, na BR-156; Laranjal do Jarí – Entroncamento BR-210/AP-030, na BR-156; de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa), na BR-156; e de manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

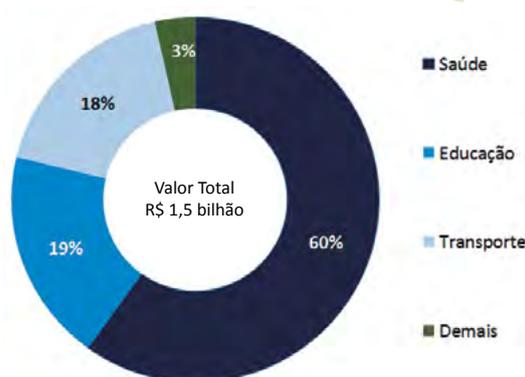
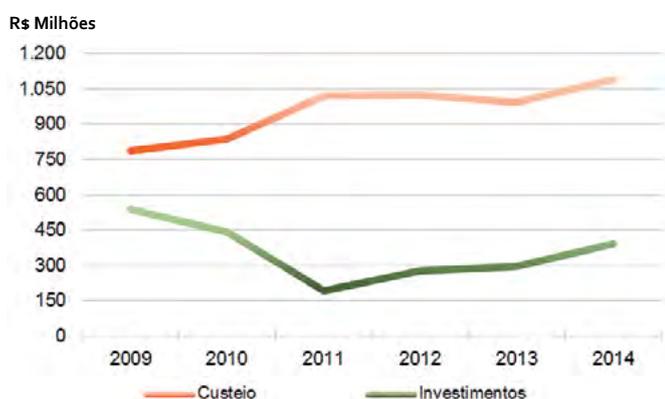
No que se refere à Educação, os R\$ 84,4 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 38,6 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 29,3 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, a área de Demais contará com recursos principalmente nas ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, no montante de R\$ 4,6 milhões.

Região Norte AMAZONAS



O Estado do Amazonas (AM) possui uma população de aproximadamente 3,4 milhões de habitantes (Censo 2010). A capital do Estado, Manaus, concentra o principal centro industrial, a Zona Franca de Manaus. Nesse setor produtivo amazonense destaca-se principalmente a produção de eletroeletrônicos, motocicletas, além do beneficiamento de alguns minérios e alimentos. Apesar da existência do pólo industrial da Zona Franca de Manaus, a principal atividade econômica do Estado do Amazonas está vinculada às atividades primárias com destaque para: extração vegetal, mineral e animal.



Para a área Saúde, dos R\$ 888,1 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 543,8 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com o montante de R\$ 166,1 milhões.

Na Educação, os R\$ 279 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 123,6 milhões relacionados a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 94,4 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação

e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, dos R\$ 262,1 milhões alocados para execução no Estado, R\$ 136 milhões serão aplicados no modal rodoviário, destinados aos projetos de construção dos trechos rodoviários Boca do Acre – divisa AM/AC na BR-317 e Manaus – divisa AM/RO na BR-319, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Também merece menção o modal hidroviário, no qual serão investidos R\$ 40 milhões para a construção de terminais fluviais em diversos municípios do Estado.

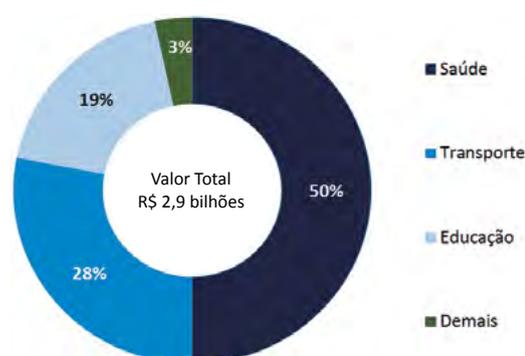
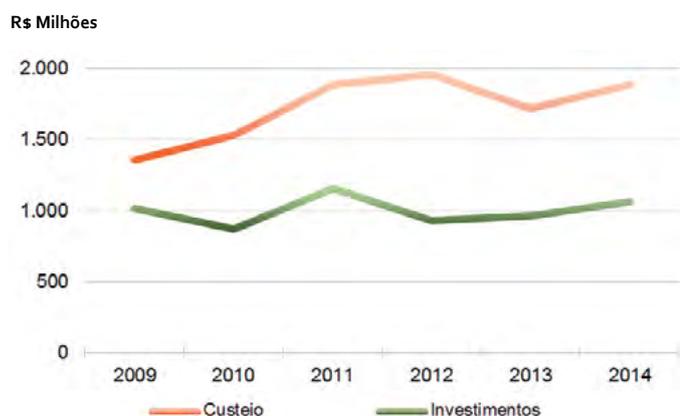
Por fim, destaca-se a área Demais, nas ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, com um montante de R\$ 21,9 milhões.

Região Norte

PARÁ



O Estado do Pará (PA) possui uma população de aproximadamente 7,5 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia paraense é baseada no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária, na indústria e no turismo.



Na Saúde, do total de R\$ 1,5 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 777,2 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com o montante de R\$ 338,7 milhões.

Na área de Transporte serão alocados R\$ 826,3 milhões, com destaque para a execução de projetos no modal rodoviário, no qual serão investidos R\$ 791,2 milhões. Entre outras ações, no modal rodoviário, ressalta-se a construção dos trechos rodoviários divisa MT/PA - Santarém, na BR-163; Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA; e divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA; além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Na Educação, os R\$ 548 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 361 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 115,8 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, destaca-se a área Demais principalmente para as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, na qual foram alocados recursos no montante de R\$ 49,8 milhões.

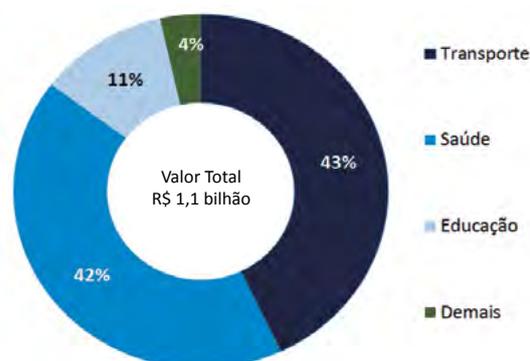
Região Norte

RONDÔNIA



O Estado de Rondônia (RO) possui uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes (Censo 2010). O setor industrial é pouco diversificado, os principais segmentos são o alimentício, o frigorífico e a mineração. Na pecuária, o Estado se destaca por ser grande exportador de carne. O extrativismo vegetal é outra importante fonte de receitas, com destaque para exportação de madeira.

R\$ Milhões



Em Transporte, estão previstos um total de R\$ 460,5 milhões, dos quais R\$ 443,2 milhões serão alocados para execução de projetos no modal rodoviário, cabendo destacar as ações de construção de ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho - na BR-319/RO e de pontes sobre os Rios Ribeirão e Araras em Nova Mamoré - na BR-425/RO, além da manutenção de trechos rodoviários dentro do Estado.

Na Saúde, do total de R\$ 453,6 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 290,7 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com um montante de R\$ 84,2 milhões.

Na Educação, os R\$ 120 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 43,5 milhões relacionados com a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 54,1 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

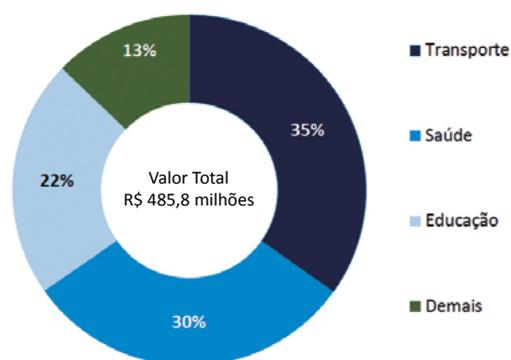
Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, que contarão com R\$ 11,2 milhões, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade.

Região Norte

RORAIMA



O Estado de Roraima (RR) possui uma população de aproximadamente 450,5 mil habitantes (Censo 2010). A economia de Roraima é baseada nos setores de prestação de serviços, mineração, indústria e agroindústria.



Com relação à área de Transporte, de um total de R\$ 169,2 milhões a serem investidos, R\$ 162,4 milhões destinam-se ao modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de construção do trecho rodoviário Cantá – Novo Paraíso, na BR-432, além da manutenção de outros trechos rodoviários no Estado.

Na Saúde, do total de R\$ 148 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 99 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com um montante de R\$ 22,7 milhões.

Na Educação, os R\$ 106,4 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 45,3 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 36,4 milhões para a realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

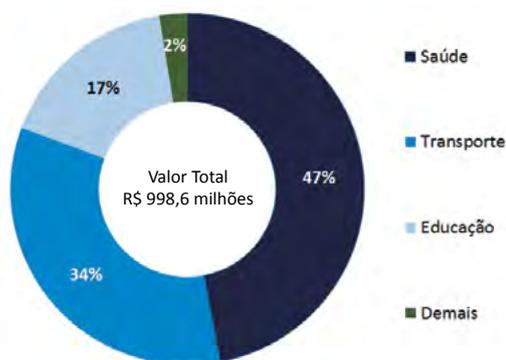
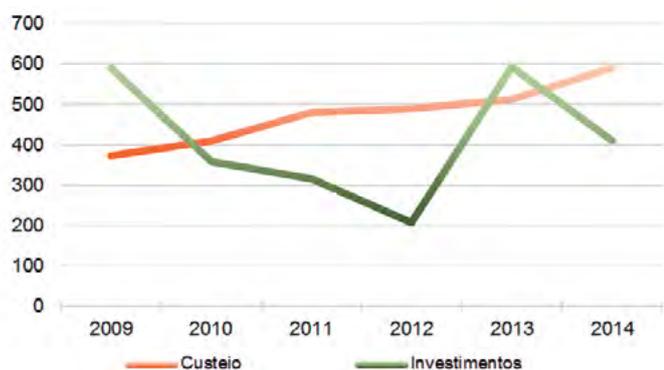
Por fim, no item Demais, destacam-se os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas ao programa agricultura irrigada, como a de implantação do perímetro de irrigação Passarão, que contará com R\$ 8 milhões.

Região Norte TOCANTINS



O Estado do Tocantins (TO) possui uma população de aproximadamente 1,3 milhão de habitantes (Censo 2010). A economia do Tocantins é baseada na agricultura de exportação, principalmente de soja, e na pecuária.

R\$ Milhões



Na Saúde, do total de R\$ 469,5 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 274,6 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com um montante de R\$ 118 milhões.

Na área de Transporte, as dotações orçamentárias somam R\$ 336,3 milhões, dos quais R\$ 331,4 milhões serão alocados para a execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, neste modal, destacam-se as de construção do trecho rodoviário Peixe – Paraná – Taguatinga, na BR-242, e a construção de ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO; além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

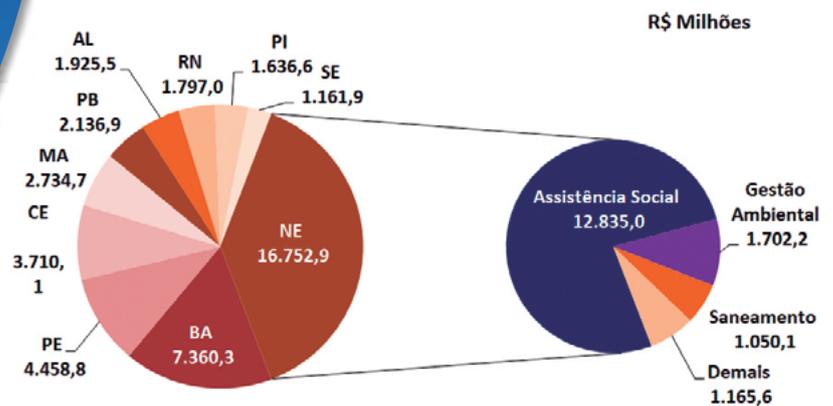
Na Educação, os R\$ 167,3 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 68,7 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 69,3 milhões para a realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Com relação às demais despesas, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que somam R\$ 18,4 milhões.

Região NORDESTE



A Região Nordeste é composta por nove Estados, Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE). Detém a segunda maior população do País, com aproximadamente 50 milhões de habitantes (Censo 2010), e a que apresenta os maiores desafios na área social. Assim, a região receberá R\$ 43,7 bilhões do orçamento federal de 2014 dos quais R\$ 16,8 bilhões não foram atribuídos a nenhum Estado específico, mas para Região Nordeste como um todo.



Dos R\$ 16,8 bilhões, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, Gestão Ambiental e Saneamento.

Na de Assistência Social, R\$ 12,8 bilhões serão alocados integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Gestão Ambiental, do valor de total de R\$ 1,7 bilhão, os principais destaques são a integração do Rio São Francisco, com R\$ 1,1 bilhão, a implantação de adutora do agreste no Estado de Pernambuco, com R\$ 220 milhões, e a construção do sistema adutor ramal do Apodi, no valor de R\$ 191 milhões.

Na de Saneamento, foi alocado R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 868,7 milhões para obras de Saneamento Básico relacionadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário e R\$ 181,4 milhões para drenagem urbana.

Por fim, no item Demais, destacam-se os recursos na área de Educação disponibilizados ao apoio à alimentação escolar na educação básica, no valor de R\$ 907,7 milhões.

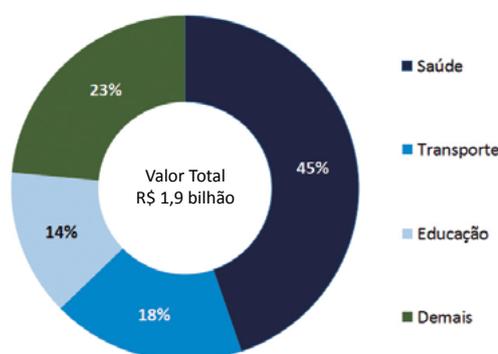
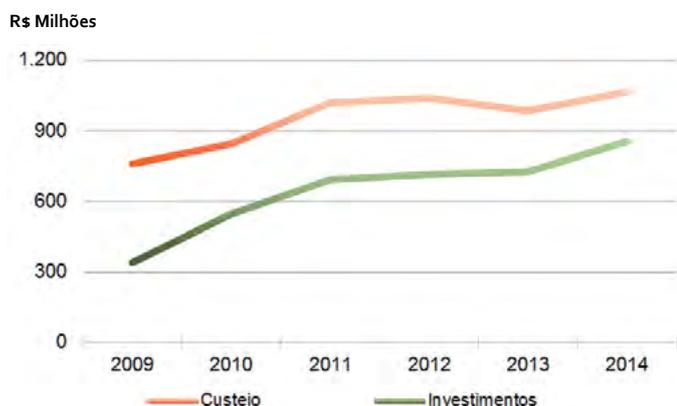
Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa Região.

Região Nordeste

ALAGOAS



O Estado de Alagoas (AL) possui uma população de aproximadamente 3,1 milhões de habitantes (Censo 2010). A agropecuária é a base de sua economia. O Estado é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste e um dos maiores produtores de açúcar do mundo. Alagoas possui ainda importantes reservas de petróleo e gás natural. A indústria da cultura canavieira tem importante participação na economia, seguida do turismo, da indústria alimentícia, e de química e mineração.



Para a Saúde, do total de R\$ 861,4 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 507,1 milhões serão utilizados para atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS), e R\$ 203,4 milhões para ações relacionadas com o piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na área de Transporte, do total de R\$ 346,4 milhões, R\$ 335,4 milhões serão alocados para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário divisa AL/PE – divisa AL/SE, na BR-101 e de construção do trecho rodoviário divisa PE/AL (Inajá) – Entroncamento BR-423 (Carié), na BR-316, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Estão previstos R\$ 9 milhões para construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional e

dragagem e adequação da navegabilidade no Porto de Maceió.

Na Educação, os R\$ 264,1 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 120,9 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 104,1 milhões para realização de ações de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica.

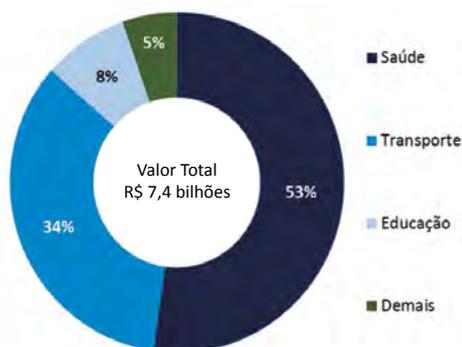
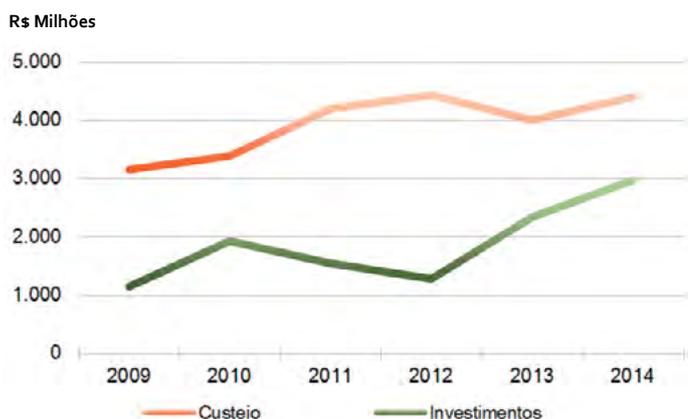
Por fim, no item Demais, destacam-se as ações de Gestão Ambiental, principalmente nas ações relacionadas a oferta de água como a de construção do canal adutor do Sertão Alagoano, que contará com R\$ 360 milhões.

Região Nordeste

BAHIA



O Estado da Bahia (BA) possui uma população de aproximadamente 14 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia é baseada na agricultura, onde se destacam os cultivos de cacau, sisal e coco, pecuária, comércio e indústria, com destaque para o polo petroquímico de Camaçari, e mineração.



Em Saúde, do total de R\$ 3,8 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 2,4 bilhões serão utilizados para atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que receberão R\$ 783,2 milhões.

Na área de Transporte, do total de R\$ 2,5 bilhões, R\$ 1,4 bilhão será alocado para execução de projetos e atividades no modal rodoviário, no qual cabe destacar a construção de trecho rodoviário - divisa PI/BA - divisa BA/SE - na BR-235/BA e adequação de trecho rodoviário - divisa SE/BA - entroncamento BR-324 - na BR 401/BA, além da manutenção de trechos rodoviários no Estado. No modal ferroviário, com o valor de R\$ 1 bilhão, destacam-se as ações de

construção da ferrovia Integração Oeste-Leste nos trechos Ilhéus - Caetité e Caetité – Barreiras.

Na de Educação, os R\$ 606,1 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 318,6 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 194,9 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

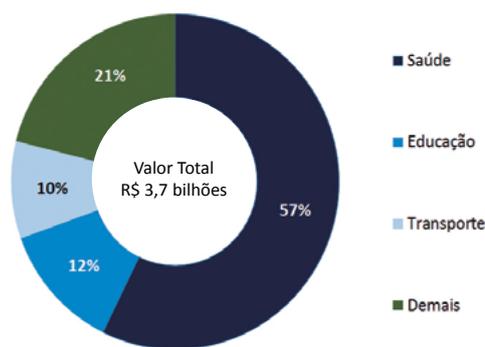
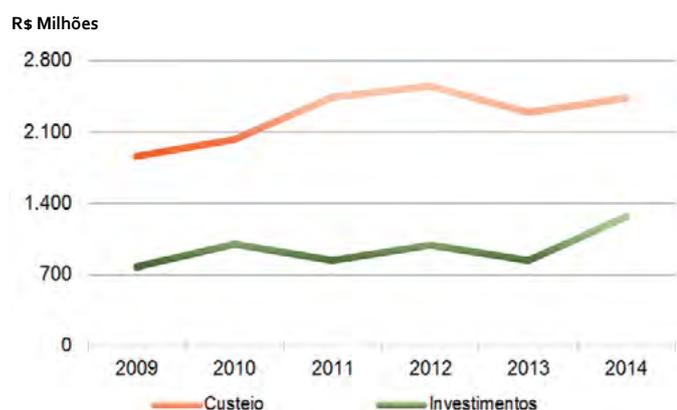
Para Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, com R\$ 122,4 milhões para as ações de Proteção Social (Básica e Especial).

Região Nordeste

CEARÁ



O Estado do Ceará (CE) possui uma população de aproximadamente 8,4 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia se baseia na agricultura, com destaque para a produção de castanha-de-caju, pecuária, comércio e indústria, com destaque para setor calçadista, turismo e mineração.



Na Saúde, do total de R\$ 2,1 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão será utilizado para atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que receberão R\$ 488,8 milhões.

Na Educação, os R\$ 455,3 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 230,6 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 159,1 milhões

para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 347,2 milhões será alocado para execução de projetos nos modais aéreo e rodoviário. No modal rodoviário, com o valor de R\$ 318,7 milhões, destaca-se a ação de adequação do trecho rodoviário Caucaia – Entroncamento de acesso ao Porto de Pecém, na BR-222, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

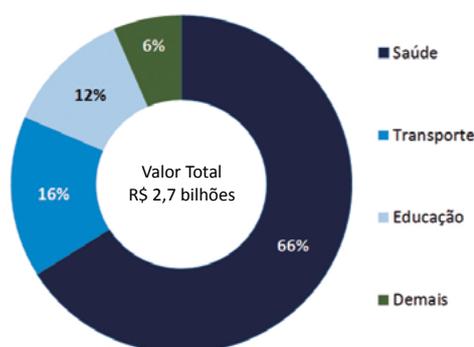
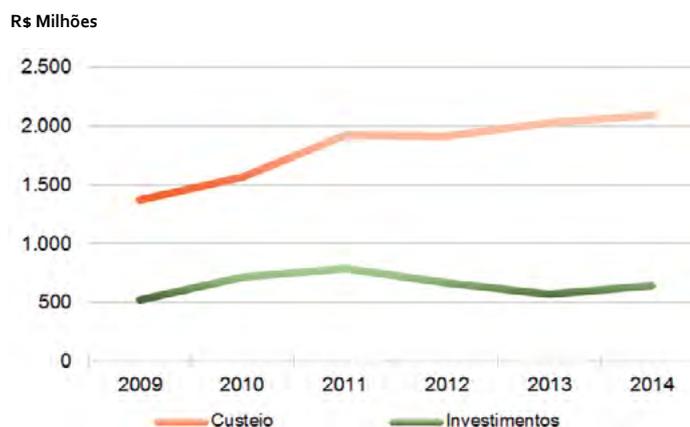
No item Demais, destaca-se à área de Gestão Ambiental, no valor de R\$ 355,8 milhões, principalmente as ações relacionadas de recursos hídricos, como a de integração das bacias hidrográficas do Estado – Cinturão das Águas do Ceará, que contará com R\$ 230 milhões.

Região Nordeste

MARANHÃO



O Estado do Maranhão (MA) possui uma população de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia está baseada na agricultura, com destaque para os cultivos de soja, mandioca e arroz, pecuária, comércio, indústria (transformação de alumínio, alimentícia e madeireira) e no extrativismo vegetal, com destaque para exploração do babaçu.



Para a Saúde, do total de R\$ 1,8 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 989,6 milhões será utilizado na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, com o valor de R\$ 483,3 milhões.

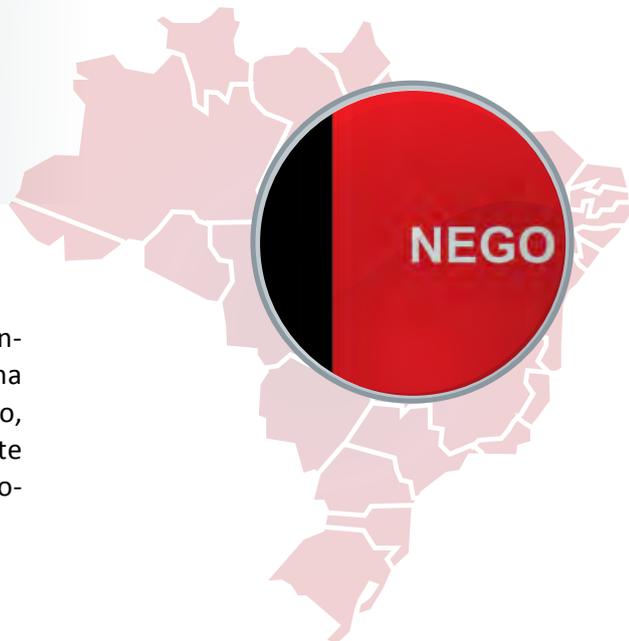
Na área de Transporte, que conta com o montante de R\$ 423,1 milhões, serão alocados para a execução de projetos no modal rodoviário recursos da ordem de R\$ 392,1 milhões, destacando-se a ação de adequação do Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135/MA, além de manutenção de trechos rodoviários no Estado.

Na Educação, os R\$ 329,1 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 123,6 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 159,4 milhões para a realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

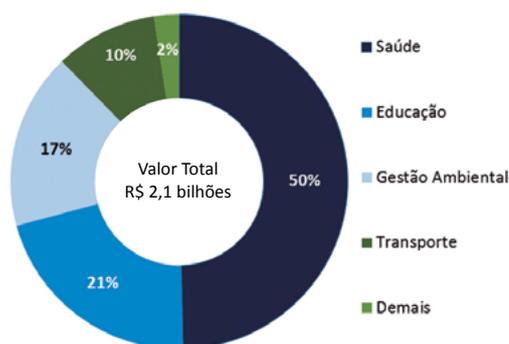
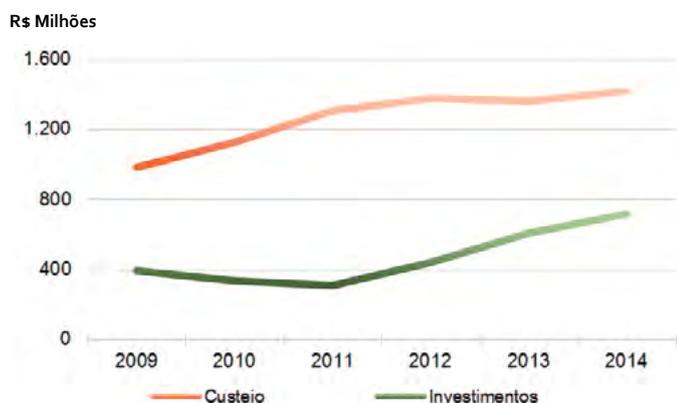
Por fim, em Demais, destaca-se o setor de Ciência e Tecnologia, com R\$ 90,7 milhões previstos para a implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA.

Região Nordeste

PARAÍBA



O Estado da Paraíba (PB) possui uma população de aproximadamente 3,8 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia se baseia na agricultura; na indústria, com destaque na alimentícia, têxtil, couro, calçados, metalúrgica, sucroalcooleira; na pecuária, principalmente caprinos; e no turismo. O transporte marítimo é fundamental à economia paraibana, sobretudo devido ao Porto de Cabedelo.



Na Saúde, do total de R\$ 1,1 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 528,2 milhões serão utilizados para atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, com o valor de R\$ 335,2 milhões.

Na Educação, os R\$ 451,3 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 238,3 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 115,5 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

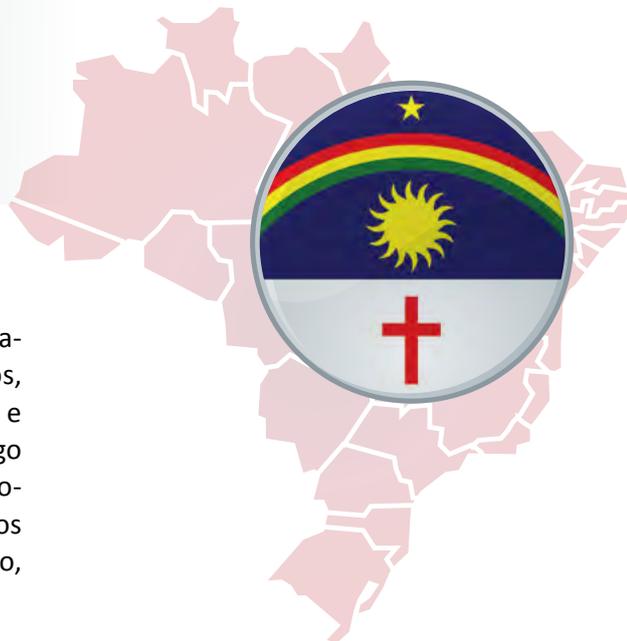
Em Gestão Ambiental, serão alocados R\$ 363,1 milhões para realização de ações na área de recursos hídricos. Entre essas, destaca-se a de construção do canal adutor Vertente Litorânea (o canal terá 112,5 km no Estado da Paraíba) que contará com R\$ 340 milhões.

Na área de Transporte, do valor total de R\$ 210,2 milhões, foram alocados R\$ 198,7 milhões para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, neste modal, destacam-se as de adequação do trecho Campina Grande – divisa PB/PE, na BR-104, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

No item Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a provisão dos serviços de proteção social (básica e especial de média e alta complexidade), que contará com R\$ 41,7 milhões.

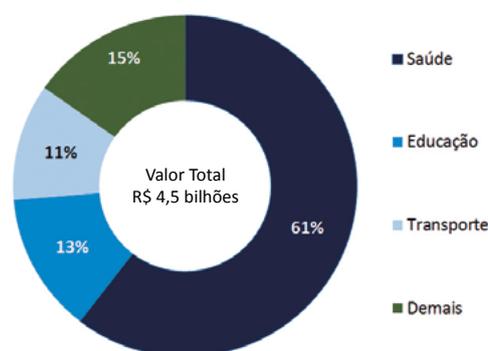
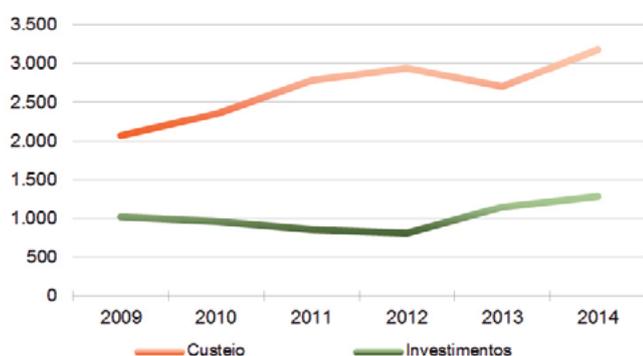
Região Nordeste

PERNAMBUCO



O Estado de Pernambuco (PE) possui uma população de aproximadamente 8,8 milhões de habitantes (Censo 2010). O setor de serviços, o principal da economia da região, é impulsionado pelo turismo e pelo comércio. Um importante destino dos turistas é o arquipélago de Fernando de Noronha. A indústria também tem destaque na economia e tem se desenvolvido em razão dos constantes investimentos nos segmentos de transformação de minerais, confecções, químico, petroquímico, farmacêutico, mobiliário, transporte e energia.

R\$ Milhões



Na Saúde, do total de R\$ 2,7 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1,8 bilhão será utilizado na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, com o valor de R\$ 506 milhões.

Na Educação, os R\$ 590,5 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 301,8 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino

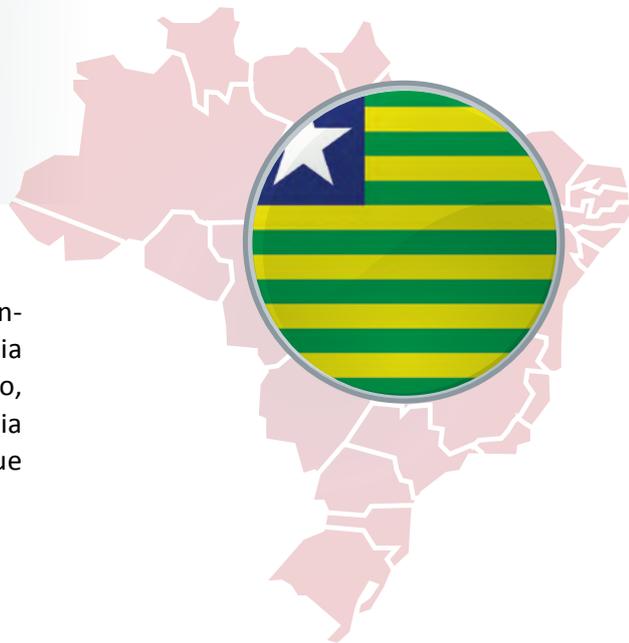
profissional contará com R\$ 160,4 milhões para a realização de ações com as de expansão, reestruturação e funcionamento dos institutos de educação profissional e tecnológica, também localizados no Estado.

Na área de Transporte serão alocados R\$ 492,5 milhões, com destaque para a execução de projetos no modal rodoviário, no qual serão investidos R\$ 464 milhões. Entre outras ações, neste modal, destacam-se as de adequação do trecho divisa PB/PE – divisa PE/AL, na BR-101, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

No item Demais, destacam-se as ações de Gestão Ambiental, com previsão de R\$ 459,8 milhões para ações relacionadas à oferta de água, como a de construção do sistema adutor ramal do Agreste Pernambucano com R\$ 310 milhões e de Entremontes com R\$100 milhões.

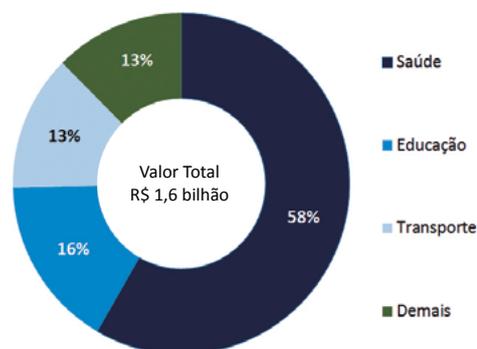
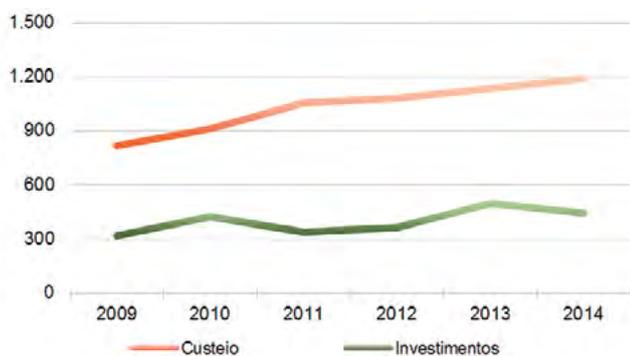
Região Nordeste

PIAUÍ



O Estado do Piauí (PI) possui uma população de aproximadamente 3,1 milhões de habitantes (Censo 2010). Possui uma economia baseada na agricultura, onde se destacam os cultivos de algodão, mandioca e soja, na pecuária extensiva, no comércio, na indústria química, têxtil e bebidas, e no extrativismo vegetal, com destaque para exploração da carnaúba.

R\$ Milhões



Para a Saúde, do total de R\$ 954,5 milhões destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 512 milhões serão utilizados para atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, com o valor de R\$ 286,4 milhões.

Na Educação, os R\$ 267 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão destinados R\$ 142,8 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com

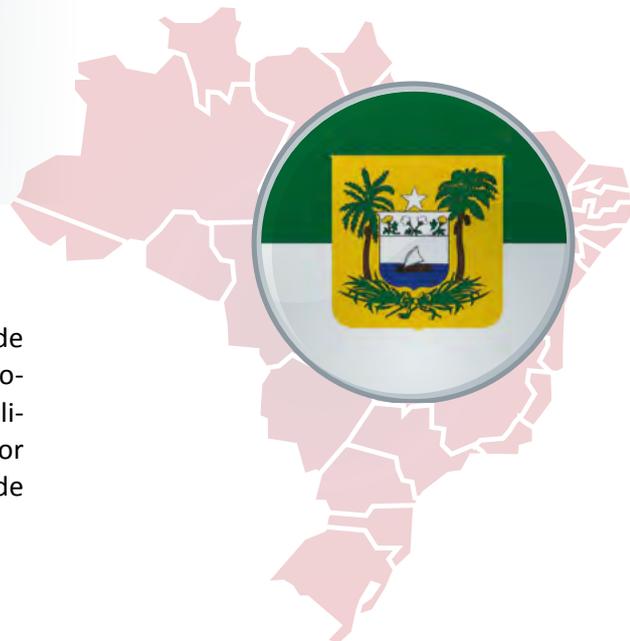
R\$ 88,2 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

Na área de Transporte serão alocados R\$ 210,8 milhões, com destaque para a execução de projetos no modal rodoviário, no qual serão investidos R\$ 195,1 milhões. Entre outras ações, destacam-se as de construção do trecho rodoviário Jerumenha – Bertolândia – Eliseu Martins, na BR-135, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

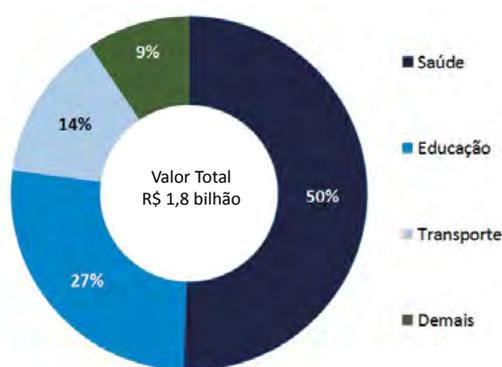
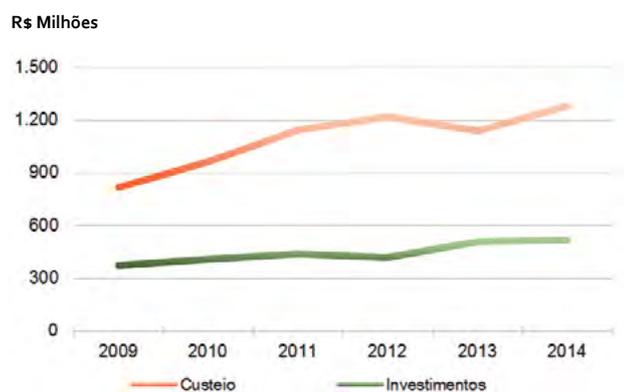
Finalmente, no item Demais, destaca-se à área de Gestão Ambiental, principalmente as ações relacionadas à gestão de riscos e resposta a desastres, com R\$ 55 milhões para a construção da Barragem Castelo; e à oferta de água, com R\$ 57,6 milhões para implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Milagres.

Região Nordeste

RIO GRANDE DO NORTE



O Estado do Rio Grande do Norte (RN) possui uma população de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia do RN é baseada na prestação de serviços, na indústria têxtil, alimentícia e de produtos químicos. O RN é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil e também responsável por 95% da produção de sal brasileiro.



Na Saúde, do total de R\$ 907,4 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 524,1 milhões serão utilizados para atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, com o valor de R\$ 227,3 milhões.

Na Educação, os R\$ 478 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão destinados R\$ 286 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino

profissional contará com R\$ 117,2 milhões para realização de ações de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

Na área de Transporte serão alocados R\$ 242,8 milhões, com destaque para a execução de projetos no modal rodoviário, no qual serão investidos R\$ 226,1 milhões. Destaca-se a adequação de trecho rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN, além de manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

No item Demais, destaca-se a área de Gestão Ambiental, principalmente as ações relacionadas a oferta de água como a construção da Barragem Oiticeia no Estado, que contará com R\$ 60,6 milhões.

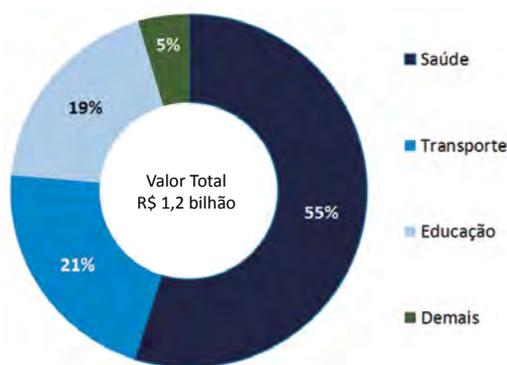
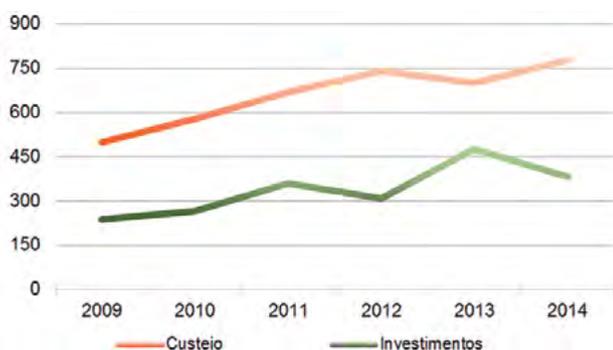
Região Nordeste

SERGIPE



O Estado de Sergipe (SE) possui uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia sergipana é baseada principalmente na prestação de serviços. Sua indústria produz 33% das riquezas de SE e tem como principais produtos cimento, petróleo, gás natural e produtos químicos, tais como, cloreto de potássio, amônia e uréia.

R\$ Milhões



Em Saúde, do total de R\$ 638,5 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 399,6 milhões serão utilizados para atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que receberão R\$ 132,5 milhões.

Na área de Transporte serão alocados R\$ 250 milhões, com destaque para a execução de projetos no modal rodoviário, no qual serão investidos R\$ 247,9 milhões. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL, na BR-101/SE, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

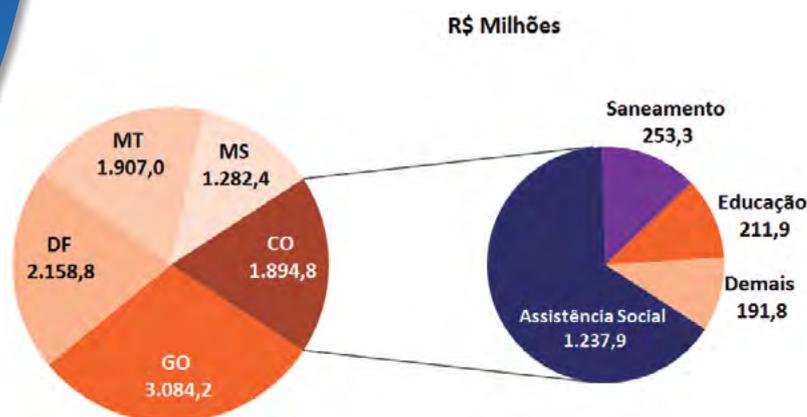
Na Educação, os R\$ 220 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 116,1 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 72,7 milhões para realização de ações de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

No item Demais, destacam-se os programas do setor de Gestão Ambiental, com R\$ 30,3 milhões previstos para a ações relativas à oferta de água, destacando-se a ampliação dos sistemas de abastecimento de água do Alto Sertão e do Tomar do Geru.

Região CENTRO-OESTE



A Região Centro-Oeste é composta por três Estados, Goiás (GO), Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT), e pelo Distrito Federal (DF). Detém a segunda maior extensão do País, ocupa 18,9% do território nacional e possui uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes (Censo 2010). A região receberá o total de R\$ 10,3 bilhões do orçamento federal de 2014, dos quais R\$ 1,9 bilhão não foi atribuído a nenhum Estado específico, mas para Região Centro-Oeste como um todo.



Do R\$ 1,9 bilhão, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, Saneamento e Educação.

Na área de Assistência Social, R\$ 1,2 bilhão será alocado integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Saneamento, dos R\$ 253,3 milhões alocados, R\$ 109,1 milhões serão para implantar, ampliar ou melhorar o sistema de abastecimento de água em municípios com população superior a 50 mil habitantes. Além disso, R\$ 111,9 milhões servirão para o apoio a empreendimentos de saneamento integrado, também para municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Na Educação, os R\$ 211,9 milhões disponibilizados para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao apoio à alimentação escolar na educação básica.

Por fim, no item Demais, destacam-se os recursos alocados no programa Moradia Digna, principalmente na ação de apoio à urbanização de assentamentos precários, no valor de R\$ 101 milhões.

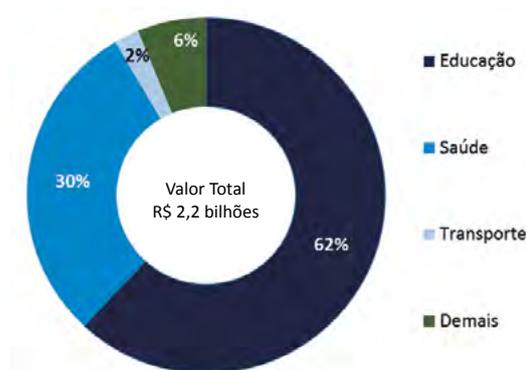
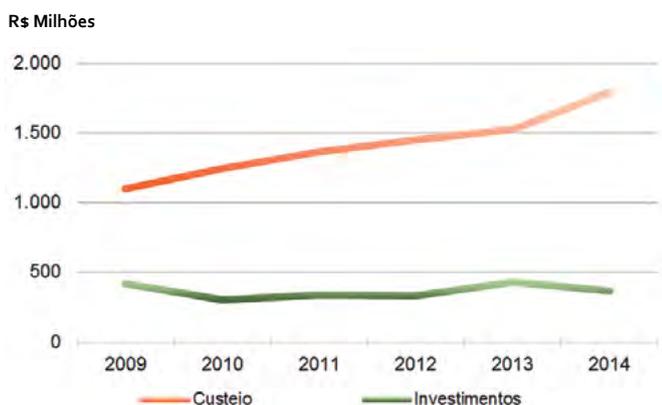
Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa Região.

Região Centro-Oeste

DISTRITO FEDERAL



O Distrito Federal (DF) possui uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia é baseada, 93%, no segmento de prestação de serviços. Brasília é a capital com maior peso da Administração Pública em sua economia (48,3%).



Na Educação, o R\$ 1,3 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 560,8 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 64,4 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na Saúde, do total de R\$ 640,8 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 489,7 milhões serão utilizados em procedimentos destinados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de

Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde que receberão R\$ 37,5 milhões

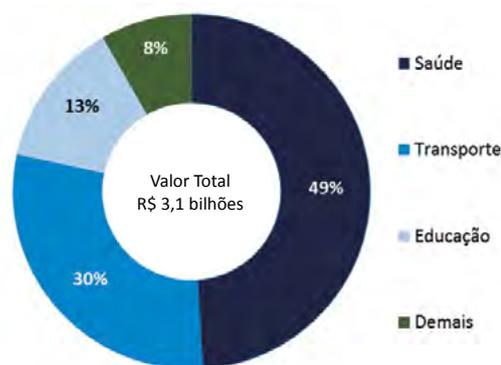
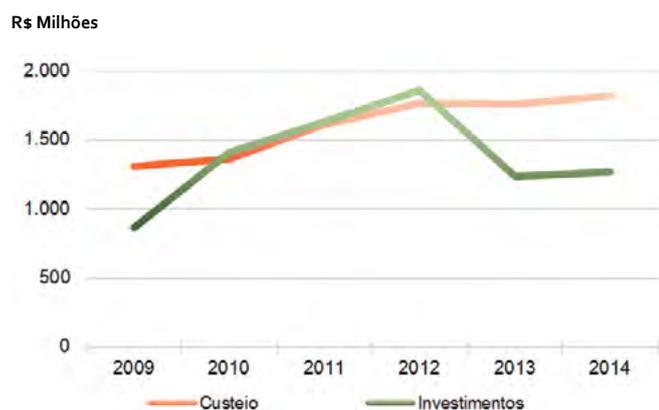
Na área de Transporte, o valor de R\$ 48,5 milhões será alocado para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Brasília – divisa DF/GO, na BR-060, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Distrito Federal.

Finalmente, no item Demais, destacam-se os programas do setor de Segurança Pública, principalmente as ações relacionadas que contará com R\$ 24,5 milhões à ampliação e modernização do Centro Nacional de Gerenciamento do Riscos e Desastres – CENAD.

Região Centro-Oeste GOIÁS



O Estado de Goiás (GO) possui uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia goiana é baseada na agropecuária e no setor industrial. Destaque para produção agrícola de algodão, cana-de-açúcar, soja e grãos, sendo o Estado o maior produtor de sorgo. Na pecuária sobressai o rebanho e abate de ovinos e suínos, rebanho avícola e produção de leite.



Na Saúde, do total de R\$ 1,5 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 934,5 milhões serão utilizados em procedimentos destinados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde que receberão R\$ 273,7 milhões.

Na área de Transporte, serão alocados R\$ 906,6 milhões. O transporte rodoviário contará com R\$ 356,4 milhões, com destaque para manutenção de trechos rodoviários na região Centro-Oeste e da construção do trecho rodoviário - Uruaçu - divisa GO/MT - na BR-808/GO. O transporte ferroviário também receberá recursos principalmente para a construção da ferrovia

norte-sul - Ouroverde de Goiás - São Simão - GO, que contará com R\$ 470 milhões.

Na Educação, os R\$ 411,4 milhões para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 170,4 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 150,1 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

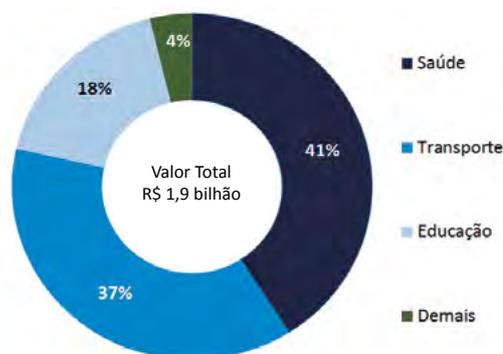
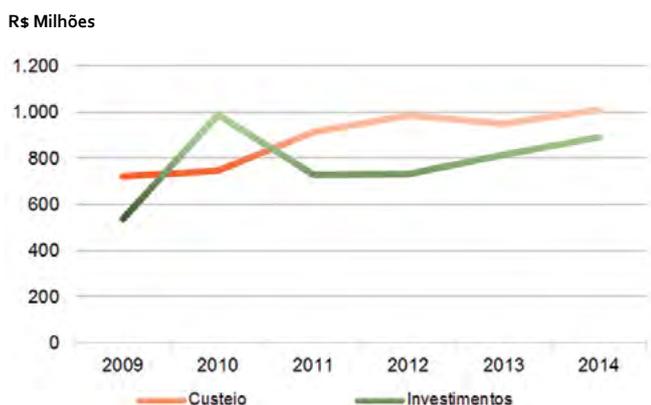
Para o item Demais, destaca-se o setor de Assistência Social, que contará com R\$ 50,9 milhões, sobretudo as dotações orçamentárias relacionadas ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Região Centro-Oeste

MATO GROSSO



O Estado do Mato Grosso (MT) possui uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes (Censo 2010). O Estado tem o maior rebanho bovino do país e é o segundo maior exportador de grãos, sendo responsável por 65% das exportações da região Centro-Oeste. Destaca-se na produção de soja, principal produto das exportações, e algodão, atualmente é o líder em produção de algodão no Brasil.



Em Saúde, do total de R\$ 780,6 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 471,8 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com o montante de R\$ 159,5 milhões.

A área de Transporte receberá dotações da ordem de R\$ 716,9 milhões, cuja maior parte será alocada para a execução de projetos no modal rodoviário, que contará com R\$ 689,3 milhões. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil, na BR-163, de construção de contorno rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Na Educação, R\$ 337,6 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 160,7 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 102,9 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

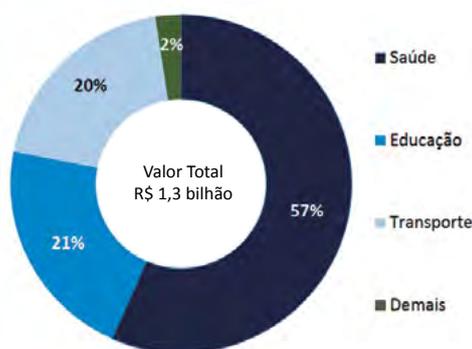
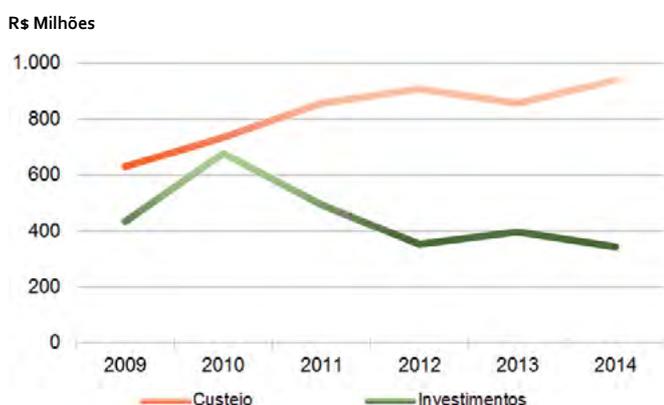
Por fim, no item Demais, destacam-se as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, com montante de R\$ 27,1 milhões.

Região Centro-Oeste

MATO GROSSO DO SUL



O Estado do Mato Grosso do Sul (MS) possui uma população de aproximadamente 2,4 milhões de habitantes (Censo 2010). As principais fontes econômicas do Estado são agricultura e pecuária, mantendo um dos maiores rebanhos bovinos do País. No território do Estado, encontram-se importantes jazidas, com destaque para o manganês (terceira maior reserva do Brasil) e o ferro (terceira maior do Brasil). A principal atividade industrial de MS é a produção de gêneros alimentícios, seguida da transformação de minerais não metálicos e da indústria de madeira.



Na Saúde, do total de R\$ 726,3 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 474,1 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contam com um montante de R\$ 130,9 milhões.

Com relação à Educação, os R\$ 275,2 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 155,2 milhões

para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 56 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

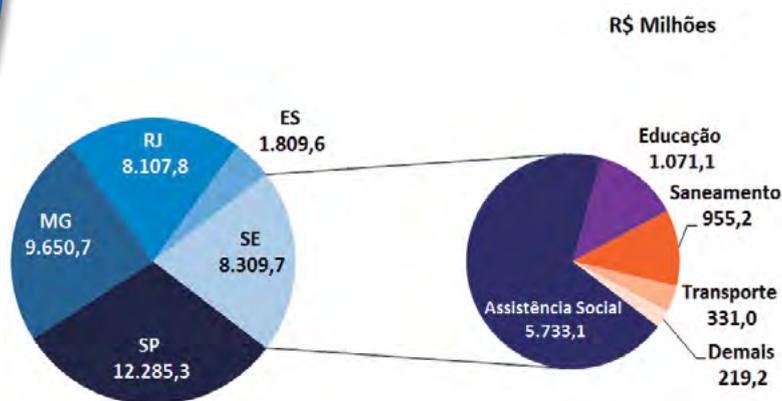
Na área de Transporte, o valor de R\$ 250 milhões será alocado para a execução de projetos no modal rodoviário, dos quais R\$ 223,5 milhões destinam-se à manutenção de trechos rodoviários dentro do Estado.

No item Demais, destacam-se os recursos na área de Assistência Social, com R\$ 22,1 milhões alocados no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Região SUDESTE



A Região Sudeste é composta por quatro Estados, Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Detém a maior população do País, com aproximadamente 77 milhões de habitantes (Censo 2010). Por isso, apresenta os maiores desafios, principalmente no que se refere às questões urbanas, como o saneamento. Assim, receberá R\$ 40,2 bilhões do orçamento federal de 2014, dos quais R\$ 8,3 bilhões não foram atribuídos a nenhum Estado específico, mas para Região Sudeste como um todo.



Dos R\$ 8,3 bilhões, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, Saneamento e Educação.

Na de Assistência Social, os R\$ 5,7 bilhões serão alocados integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na Educação, o R\$ 1,1 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao apoio à alimentação escolar na educação básica.

No Saneamento, dos R\$ 955,2 milhões alocados, R\$ 662,5 milhões serão utilizados para melhorar o sistema de drenagem urbana em municípios com população superior a 50 mil habitantes. Além disso, outros R\$ 228,4 milhões servirão para o aprimoramento do sistema de esgotamento sanitário,

também para municípios com população superior a 50 mil habitantes.

No Transporte, dos R\$ 331 milhões disponibilizados para o setor, destacam-se as ações relacionadas à implantação do trem de alta velocidade e a dragagem de manutenção e serviços de sinalização e balizamentos em portos.

Na Gestão Ambiental serão disponibilizados R\$ 130 milhões, com destaque para a realização de projetos e obras para a contenção ou amortecimento de cheias e inundações e para a contenção de erosões marinhas e fluviais, que contarão com R\$ 120 milhões.

Por fim, no item Demais, destacam-se principalmente as ações relacionadas à área de Ciência e Tecnologia.

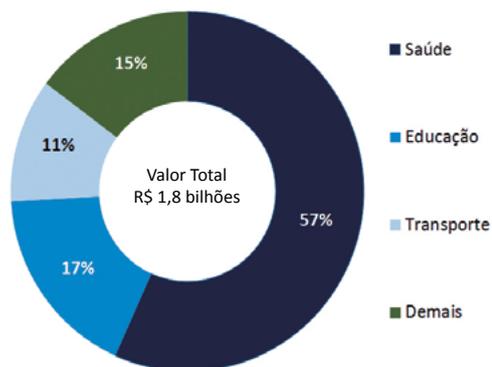
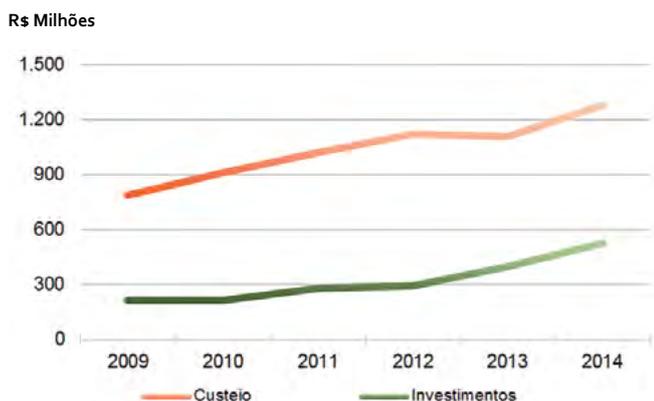
Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa Região.

Região Sudeste

ESPÍRITO SANTO



O Estado do Espírito Santo (ES) possui uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia do Estado é baseada principalmente nas atividades portuárias, de exportação e importação, na indústria de rochas ornamentais (mármore e granito), na celulose, extraída dos pinheiros de eucalipto, na exploração de petróleo e gás natural, além da diversificada agricultura, principalmente do plantio do café.



Na Saúde, do total de R\$ 1 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 711,8 milhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde que receberão R\$ 142 milhões.

Na Educação, os R\$ 314,7 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 137,5 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com

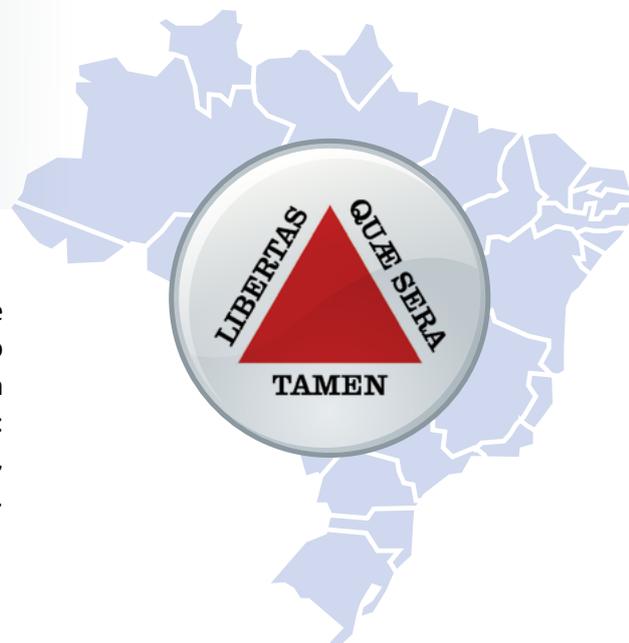
R\$ 125,7 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 201,4 milhões será destinado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. O transporte rodoviário contará com R\$ 184,2 milhões, com destaque para a de adequação do trecho rodoviário BR-101 (Km 15,5) – divisa ES/MG (Km 195,9), na BR-262, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

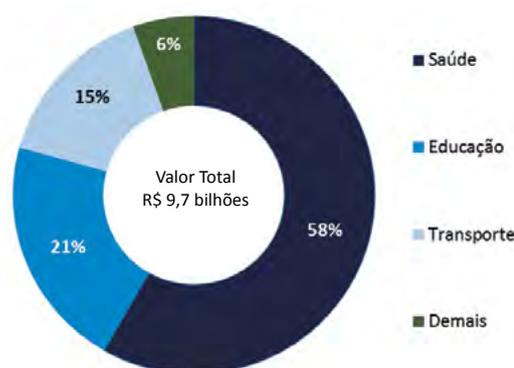
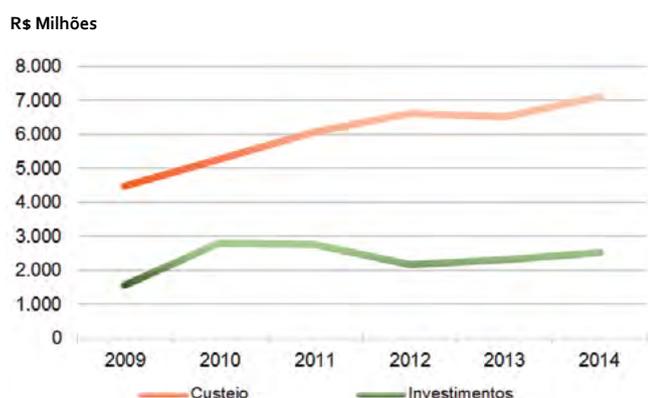
No item Demais, destaca-se a área de Assistência Social, principalmente nas ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os serviços de proteção social básica e os especiais de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 21,9 milhões.

Região Sudeste

MINAS GERAIS



O Estado de Minas Gerais (MG) possui uma população de aproximadamente 19,5 milhões de habitantes (Censo 2010). No setor de serviços, destacam-se as exportações e o setor de alta tecnologia. Já no setor industrial mineiro, os principais ramos são: extrativa (mineração), metalúrgica, automobilística, alimentícia, têxtil, construção civil, produtos químicos e minerais não metálicos.



Em Saúde, do total de R\$ 5,6 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 3,7 bilhões serão utilizados em procedimentos destinados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde que receberão R\$ 1 bilhão. Ressalta-se ainda, que serão alocados R\$ 478 milhões para o piso de atenção básica fixo.

Na Educação, os R\$ 2 bilhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, será disponibilizado R\$ 1,2 bilhão para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 440 milhões para realização de ações como as

de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 1,5 bilhão será destinado para execução de projetos nos modais rodoviário, hidroviário e ferroviário. O transporte rodoviário contará com R\$ 1,2 bilhão com destaque para a adequação do trecho rodoviário entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) – entroncamento MG-020, na BR-381, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. No modal ferroviário, dos R\$ 246,8 milhões destacam-se as ações relacionadas à construção da ferrovia Norte-Sul, no trecho Santa Vitória – Iturama, que contarão com R\$ 235 milhões.

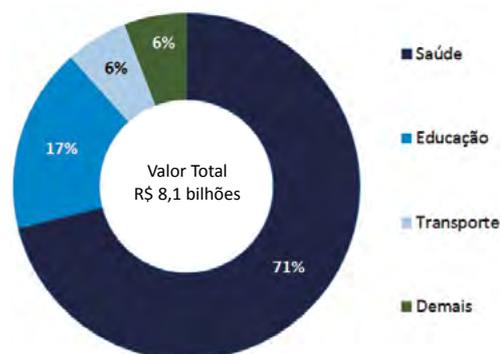
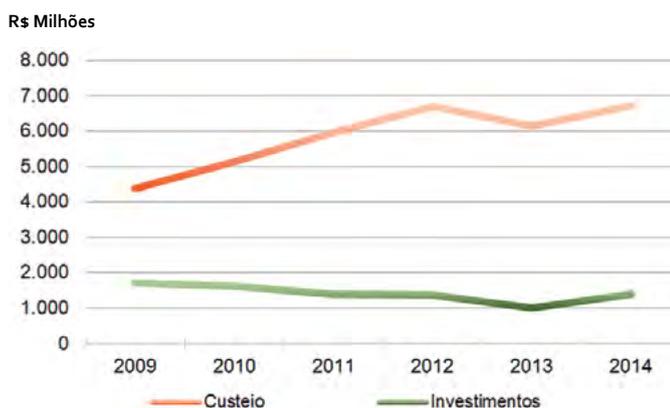
No caso do item Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os serviços de proteção social básica e os especiais de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 152,6 milhões.

Região Sudeste

RIO DE JANEIRO



O Estado do Rio de Janeiro (RJ) possui uma população de aproximadamente 15,9 milhões de habitantes (Censo 2010). Grande parte da economia baseia-se na prestação de serviços (57% do PIB estadual) em áreas como telecomunicações, audiovisual, tecnologia da informação, turismo, turismo de negócios, ecoturismo, entre outros. Outra parte importante da economia desse Estado é a indústria (27% do PIB estadual).



Na Saúde, do total de R\$ 5,8 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 2,9 bilhões serão utilizados em procedimentos destinados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que contarão com R\$ 458,9 milhões. Ressalta-se ainda, que serão alocados R\$ 660,8 milhões para a atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares do Estado.

Na Educação, o R\$ 1,4 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados, R\$ 739 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 215,6 milhões para realização de ações como

as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 470 milhões será destinado para execução de projetos nos modais rodoviário e marítimo. O transporte rodoviário contará com R\$ 342,1 milhões com destaque para a construção de contorno rodoviário entroncamento BR-040 – entroncamento BR-116 – entroncamento BR-101 – Porto de Sepetiba, na BR-493; adequação de trecho rodoviário – entroncamento BR-101 (Manilha) – entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) – na BR-493, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. No modal marítimo, dos R\$ 106 milhões destaca-se a ação relacionada à dragagem e adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ), que contará com R\$ 100 milhões.

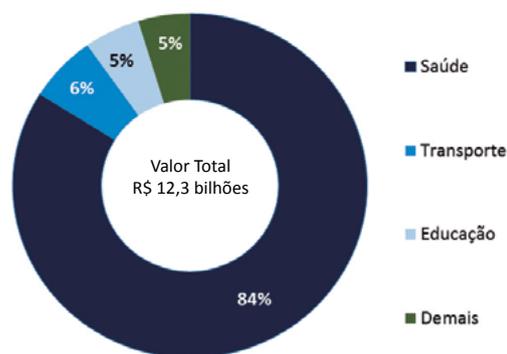
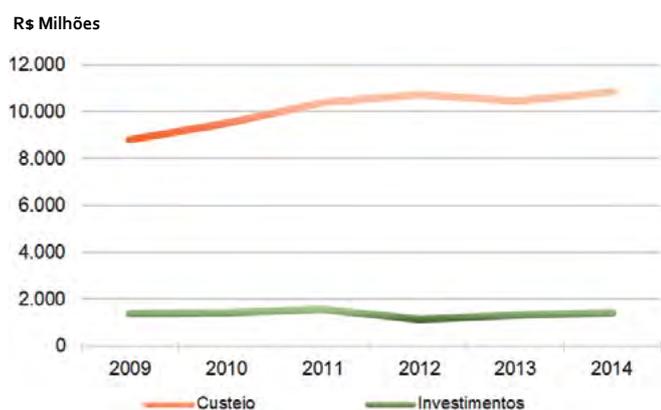
Por fim, no item Demais, destacam-se os programas do setor da Indústria, principalmente as ações relacionadas à construção e instalação de infraestrutura laboratorial do Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que receberão R\$ 60,4 milhões.

Região Sudeste

SÃO PAULO



O Estado de São Paulo (SP) possui uma população de aproximadamente 41 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia do estado é bastante diversificada. As indústrias de álcool, de açúcar, têxtil, automobilística e de aviação, os setores de serviços e financeiro e o cultivo de laranja, cana de açúcar e café formam a base de uma economia que responde por cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.



Para a Saúde, do total dos R\$ 10,3 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 7,5 bilhões serão utilizados em procedimentos destinados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que receberão R\$ 840,4 milhões.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 768 milhões será destinado para execução de projetos nos modais rodoviário, marítimo, hidroviário e ferroviário. O transporte rodoviário contará com R\$ 213 milhões com destaque para a construção do Rodoanel – Trecho Norte, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. No modal ferroviário, destaca-se a ação relacionada à construção da ferrovia Norte-Sul, no trecho Ouroeste – Estrela D’Oeste, que receberá R\$ 294 milhões. No transporte hidroviário, destaca-se a ação relacionada ao

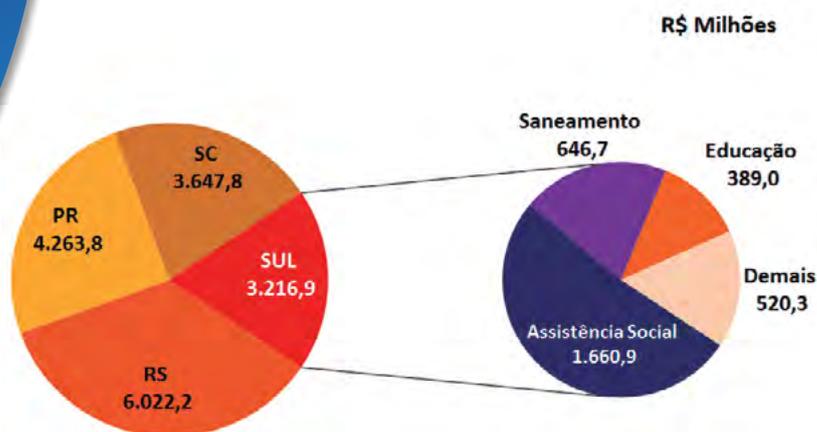
apoio a implantação de melhoramentos no canal de navegação da hidrovia do rio Tietê, que contará com R\$ 157 milhões.

Na Educação, os R\$ 626,6 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 361 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 171,2 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Para Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as dos serviços de proteção social básica e especial de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 171,3 milhões.

Região SUL

A Região Sul é composta por três Estados, Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). Possui a menor extensão territorial do País, 6,8% do território nacional, e uma população de aproximadamente 26 milhões de habitantes (Censo 2010). A região receberá R\$ 17,1 bilhões do orçamento federal de 2014, dos quais R\$ 3,2 bilhões não foram atribuídos a nenhum Estado específico, mas para Região Sul como um todo.



Dos R\$ 3,2 bilhões, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, Saneamento e Educação.

Na área de Assistência Social, R\$ 1,6 bilhão será alocado integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Saneamento, dos R\$ 646,7 milhões alocados, R\$ 520,8 milhões serão utilizados para melhorar o sistema de drenagem urbana em municípios com população superior a 50 mil habitantes. Além disso, outros R\$ 121,5 milhões servirão para o aprimoramento do sistema de esgotamento sanitário

e abastecimento de água, também para municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Na Educação, os R\$ 389 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao apoio à alimentação escolar na educação básica.

Por fim, no item Demais, destaca-se a área de Urbanismo, principalmente as ações relacionadas ao apoio à urbanização de assentamentos precários que contará com o valor de R\$ 374,3 milhões.

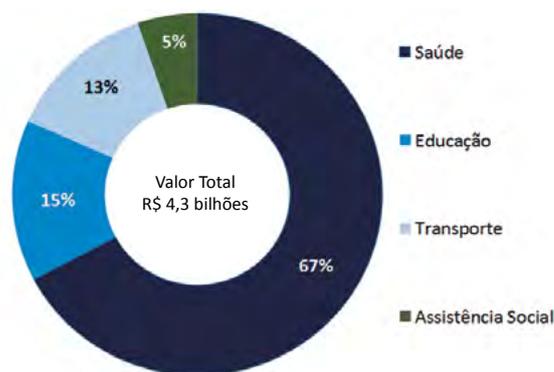
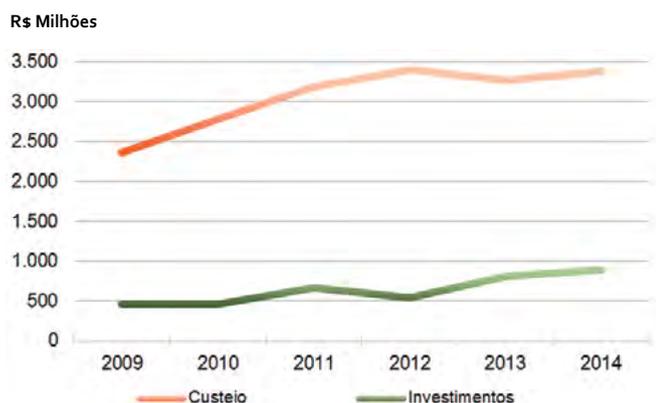
Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa região.

Região Sul

PARANÁ



O Estado do Paraná (PR) possui uma população de aproximadamente 10,5 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia paranaense é baseada principalmente na produção agropecuária merecendo destaque também a agroindústria, as indústrias automobilística, de papel e celulose.



Na Saúde, dos R\$ 2,9 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1,9 bilhões serão utilizados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que receberão R\$ 426,2 milhões.

Na Educação, os R\$ 615,2 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 418,1 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com

R\$ 101,6 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, serão alocados R\$ 560,1 milhões. O transporte rodoviário contará com R\$ 452,6 milhões, com destaque para manutenção de trechos rodoviários na região sul e da construção do trecho rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR. O transporte marítimo receberá R\$ 82,3 milhões.

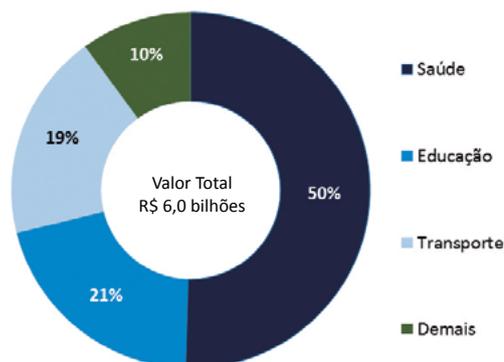
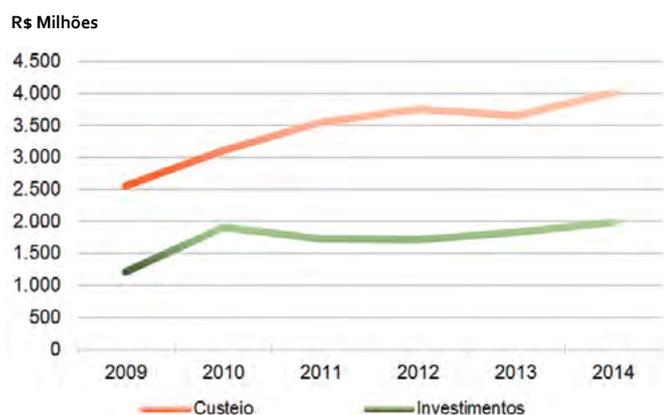
Na Assistência Social, destacam-se as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como os serviços de proteção social básica e os especiais de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 82,1 milhões.

Região Sul

RIO GRANDE DO SUL



O Estado do Rio Grande do Sul (RS) possui uma população de aproximadamente 10,6 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia rio-grandense-do-sul tem como destaques a indústria alimentícia e metal-mecânica, principalmente na região da capital, Porto Alegre. Também é intensa a produção de sapatos e artefatos de couro, bem como vinhos e produtos agropastoris.



Na Saúde, do total de R\$ 3,3 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 2,2 bilhões serão utilizados em procedimentos destinados na atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, que receberão R\$ 290,5 milhões.

Em Educação, R\$ 1,2 bilhão será disponibilizado principalmente para ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 673,6 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional

contará com R\$ 240,5 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica localizados no Rio Grande do Sul.

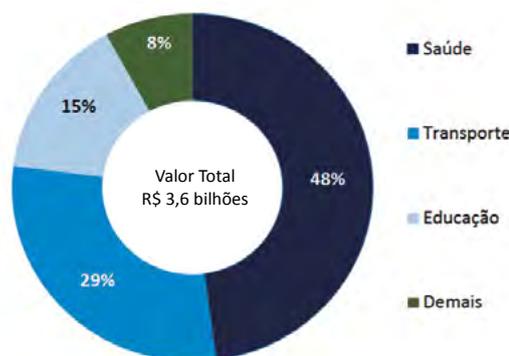
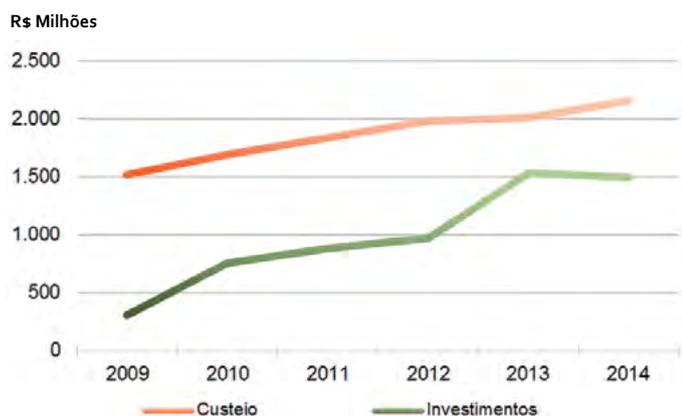
Na área de Transporte, será alocado R\$ 1,1 bilhão. O transporte rodoviário contará com R\$ 1 bilhão, com destaque para a manutenção de trechos rodoviários do Estado e da adequação dos trechos rodoviários Porto Alegre - Pelotas - na BR-116; e Rio Grande – Pelotas, na BR-392. O transporte marítimo receberá R\$ 70 milhões.

Por fim, no item Demais, destacam-se os programas do setor de Urbanismo, principalmente as ações relacionadas ao funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros, que contarão com R\$ 75,8 milhões.

Região Sul

SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina (SC) possui uma população de aproximadamente 6 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia catarinense é baseada tanto na agropecuária quanto na indústria (cerâmica, metal-mecânica e têxtil) e no extrativismo mineral.



Para a Saúde, do total de R\$ 1,7 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1,1 bilhão será utilizado para atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). As ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – Saúde da Família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde receberão R\$ 343,6 milhões.

Na área de Transporte será alocado R\$ 1,1 bilhão. O transporte rodoviário contará com R\$ 942,8 milhões, com destaque manutenção de trechos rodoviários do Estado e da adequação dos trechos rodoviários Palhoça - divisa SC/RS, na BR 101/SC e do trecho Navegantes - Rio do Sul, na BR-470/RS. O transporte marítimo também receberá recursos principalmente para o alinhamento e reforço do berço 4 no Porto de Itajaí (SC), no valor de R\$ 51 milhões.

Na Educação, os R\$ 551,1 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 286,8 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 179,7 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

No item Demais, destacam-se os programas do setor de Gestão Ambiental, R\$ 58,6 milhões, principalmente as ações relacionadas à realização de projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações e para a contenção de erosões marinhas e fluviais; e implantação de adutora Chapecozinho com 57 km.



Apoio:



Elaboração:

Secretaria de
Orçamento Federal

Ministério do
Planejamento

